

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

Luciano de Oliveira Battisti

**AGROECOLOGIA E DISTRIBUTISMO – ANÁLISE DE SISTEMAS DE
BASE ECOLÓGICA NA REGIÃO CENTRAL DO RIO GRANDE DO
SUL**

**Santa Maria, RS, Brasil
2016**

Luciano de Oliveira Battisti

**AGROECOLOGIA E DISTRIBUTISMO – ANÁLISE DE SISTEMAS DE BASE
ECOLÓGICA NA REGIÃO CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Extensão Rural**.

Orientador: Prof. Dr. José Geraldo Wizniewsky

Santa Maria, RS, Brasil.
2016

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Battisti, Luciano de Oliveira

AGROECOLOGIA E DISTRIBUTISMO – ANÁLISE DE SISTEMAS DE BASE ECOLÓGICA NA REGIÃO CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL / Luciano de Oliveira Battisti.- 2016.

110 p. ; 30 cm

Orientador: José Geraldo Wixniewsky

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, RS, 2016

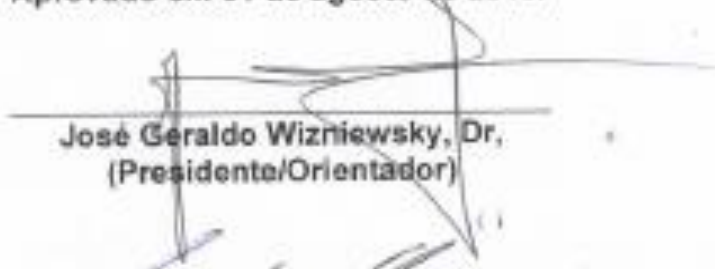
1. Chebsteron 2. Desenvolvimento 3. Distributismo 4. Ecologia 5. Sustentabilidade I. Wixniewsky, José Geraldo II. Título.

Luciano de Oliveira Battisti

AGROECOLOGIA E DISTRIBUTISMO – ANÁLISE DE SISTEMAS DE BASE
ECOLÓGICA NA REGIÃO CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Extensão Rural**.

Aprovado em 31 de agosto de 2016:



José Geraldo Wizniewsky, Dr.
(Presidente/Orientador)



Clayton Hillig, Dr. (UFSM)

participação por parecer
Wilson Itamar Godoy, Dr. (UTFPR)

Santa Maria, RS
2016

“O MUNDO É REDONDO, E O LUGAR QUE PARECE SER O FIM PODE SER O COMEÇO”

Ivy Baker Priest

"POUCO CONHECIMENTO FAZ COM QUE AS PESSOAS SE SINTAM ORGULHOSAS. MUITO CONHECIMENTO, QUE SE SINTAM HUMILDES. É ASSIM QUE AS ESPIGAS SEM GRÃOS ERGUEM DESDENHOSAMENTE A CABEÇA PARA O CÉU, ENQUANTO AS CHEIAS AS BAIXAM PARA A TERRA, SUA MÃE."

Leonardo da Vinci

RESUMO

AGROECOLOGIA E DISTRIBUTISMO – ANÁLISE DE SISTEMAS DE BASE ECOLÓGICA NA REGIÃO CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL

AUTOR: LUCIANO DE OLIVEIRA BATTISTI
ORIENTADOR: PROF. JOSÉ GERALDO WIZNIEWSKY

Em meio a crises ambientais e sociais, vemos uma singela proposta de mudança. Como disciplina, remodelando a forma de produzir e comercializar, preservando recursos naturais e buscando a justiça e equidade entre as pessoas, a Agroecologia tenta se consolidar como paradigma científico e social. Apesar dos esforços e resultados, o objetivo parece longe de ser alcançado. A dificuldade de popularização da Agroecologia evidencia resultados da trajetória do paradigma iluminista e antropocêntrico, de enrijecimento científico e desenvolvimento ilimitado. O mesmo paradigma influenciou os sistemas políticos atuais, capitalismo e socialismo, com suas variações. Ambos foram geradores de desequilíbrios na liberdade, equidade e proteção ambiental e são incapazes de dar condições à Agroecologia. Assim sendo, busca-se trazer à tona um sistema político e econômico deixado para trás, no correr da história: o Distributismo. Primando por ideais diferenciados, tem o poder de gerar o ambiente ideal para a Agroecologia. Para apresentar as principais características de ambos, mostrando que, não apenas são próximos, mas complementares, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de pressupostos, seguida de observações práticas, na região central do RS, Brasil, com profissionais de áreas rurais. Além de visitas e observações, foram conduzidas entrevistas com seis produtores em fase de transição agroecológica, cinco extensionistas rurais da Emater RS e cinco professores da UFSM, nas quais responderam a perguntas sobre o meio rural, sustentabilidade, Agroecologia, motivações, vantagens e limitantes de aplicações de sistemas de base ecológica, entre outras. As análises e conclusões mostram a proximidade e necessidade da coexistência entre o Distributismo e a Agroecologia.

Palavras-chave: Chesterton, desenvolvimento, ecologia, sustentabilidade.

ABSTRACT

AGROECOLOGY AND DISTRIBUTISM - ANALYSIS OF ECOLOGICAL BASE SYSTEMS IN CENTRAL REGION OF RIO GRANDE DO SUL

AUTHOR: Luciano de Oliveira Battisti
ADVISER: PROF. Dr. JOSÉ GERALDO WIZNIEWSKY

Between environmental and social crises, we can see a simple proposal to change. As a discipline, reshaping the way to produce and commercialize, preserving natural resources and seeking justice and equity between people, Agroecology looks to consolidate as scientific and social paradigm. Despite the efforts and results, the goal seems to be far away to reach. The difficulty of popularization of Agroecology shows results of the trajectory of Enlightenment paradigm, anthropocentric, scientifically conservative and seeking unlimited development. The same paradigm had influenced the current political systems, capitalism and socialism, with its variations. Both were imbalances generators in freedom, fairness and environmental protection and are unable to give conditions to Agroecology. Therefore, we seek to bring out a political and economic system left behind in the course of history: Distributism. Excelling by different ideals, it has the power to create the ideal environment for Agroecology. To present the main characteristics of both, showing that not only are close, but complementary, a literature search was conducted, followed by practical observations in the central region of the RS, Brazil, with professionals from rural areas. In addition to visits and observations, interviews were conducted with six farmers in agroecological transition, five workers of regional cooperative extension service (Emater RS) and five teachers of UFSM, submitted questions on rural work, sustainability, Agroecology, motivations, advantages and limiting applications of ecology-based systems. The analysis and findings show the proximity and necessity of coexistence between Distributism and Agroecology.

Key words: Chesterton, development, ecology, sustainability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Mesorregião Centro Ocidental Rio Grandense.....	47
Figura 02 - Municípios onde residem os produtores entrevistados.....	48
Figura 03 - Horta orgânica em propriedade pesquisada	49
Figura 04 - Fruticultura em propriedade pesquisada	49
Figura 05 - Agrofloresta em propriedade pesquisada.....	49
Figura 06 - Agrofloresta em propriedade pesquisada.....	49
Figura 07 - Pastoreio Racional Voisin (PRV) em propriedade pesquisada.....	49
Figura 08 - Pastoreio Racional Voisin (PRV) em propriedade pesquisada.....	49
Figura 09 - Municípios onde trabalham os técnicos entrevistados.....	50
Figura 10 - Atividade da Emater e RS Biodiversidade, com produtores, sobre atividades agrícolas e pecuárias no âmbito da Agroecologia	51
Figura 11 - Trajetória profissional dos entrevistados nos meios rural e urbano.	57
Figura 12 - Interesse dos produtores na diversidade de atividades produtivas.	58
Figura 13 - Relação dos produtores com a sucessão familiar na propriedade..	61
Figura 14 - Conclusões de professores sobre sucessão familiar rural	62
Figura 15 - Utilização, por parte dos produtores, dos conhecimentos de nível superior, nas atividades da propriedade.....	67
Figura 16 - Razões elencadas por produtores e extensionistas, que levam os produtores a migrar para sistemas de base ecológica	70
Figura 17 - Vantagens da transição na opinião dos produtores	71
Figura 18 - Limitantes da transição na opinião dos produtores.....	72
Figura 19 - Vantagens da transição na opinião dos extensionistas	73
Figura 20 - Limitantes da transição na opinião dos extensionistas	74
Figura 21 - Preocupação com a produção de alimentos saudáveis e com as futuras gerações na visão dos produtores entrevistados	80
Figura 22 - Preocupação com a produção de alimentos saudáveis e com as futuras gerações na visão dos extensionistas entrevistados.....	80
Figura 23 - Conceitos de Agroecologia de todos os entrevistados.....	89
Figura 24 - Conceitos de “Modelos Convencionais de Produção” de todos os entrevistados	93

Figura 25 - Preocupação das novas gerações com a questão ambiental na visão dos grupos de entrevistados	94
Figura 26 - Meios de comunicação que mais alcançam os produtores, na opinião dos entrevistados	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 01-	Planejamento de Agroecossistemas sustentáveis	24
Tabela 02-	Cinco razões para apoiar a revitalização da agricultura familiar camponesa	27
Tabela 03-	Princípios camponeses associados à Agroecologia	44
Tabela 04-	Formação e área de atuação dos professores entrevistados	52
Tabela 05-	Dados gerais dos participantes (profissão, sexo e escolaridade) ...	55
Tabela 06 -	A sucessão familiar na visão dos extensionistas	63
Tabela 07 -	Respostas dos professores quanto à preocupação com alimentos saudáveis e com as futuras gerações	81
Tabela 08 -	Interação com outros profissionais na visão dos professores	83
Tabela 09 -	Como as universidades podem auxiliar os produtores na visão dos extensionistas	84
Tabela 10 -	Como as universidades podem auxiliar os produtores na visão dos professores	85
Tabela 11 -	Conceitos indicados pelos produtores como definidores da Agroecologia	86
Tabela 12 -	Conceitos indicados pelos extensionistas como definidores da Agroecologia	87
Tabela 13 -	Conceitos indicados pelos professores como definidores da Agroecologia	88
Tabela 14 -	Opiniões dos produtores acerca dos modelos convencionais de produção	90
Tabela 15 -	Opiniões dos técnicos acerca dos modelos convencionais de produção	91
Tabela 16 -	Opiniões dos professores acerca de modelos convencionais de produção	92

LISTA DE SIGLAS

Emater	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA	16
1.2	OBJETIVOS	16
1.2.1	Objetivo geral	16
1.2.2	Objetivos específicos	16
2	A AGROECOLOGIA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	18
2.1	ALGUNS PRESSUPOSTOS	18
2.2	AGROECOSSISTEMAS E AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA	23
2.2.1	Agroecossistemas	23
2.2.2	Agricultura familiar camponesa	25
2.3	DESAFIOS PARA A IMPLANTAÇÃO	27
2.4	AGROECOLOGIA, SUSTENTABILIDADE E SOCIEDADE ATUAL	29
2.5	A VIRTUDE ESTÁ NO MEIO	33
3	O DISTRIBUTISMO – UMA ALTERNATIVA	38
3.1	CARACTERÍSTICAS GERAIS	38
3.2	“TRÊS ALQUEIRES E UMA VACA”	41
4	A EXPERIÊNCIA PRÁTICA - METODOLOGIA DA PESQUISA	45
4.1	NEA/CVT	45
4.2	INDIVÍDUOS ENTREVISTADOS E LOCALIZAÇÃO DA PESQUISA	46
4.2.1	A Região Central do Rio Grande do Sul	47
4.2.2	Produtores rurais em processo de transição agroecológica	48
4.2.3	Extensionistas	50
4.2.4	Professores da UFSM	51
4.3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS	52
5	DIMENSÕES DO DEBATE NA REGIÃO CENTRAL DO RS	54
5.1	DADOS GERAIS DE PRODUTORES RURAIS, EXTENSIONISTAS E PROFESSORES	54
5.1.1	Interação com o meio rural	55
5.1.2	Obtenção da propriedade	57
5.2	MOTIVAÇÕES E INCENTIVOS PARA A TRANSIÇÃO	57
5.2.1	Interesse pela diversidade de atividades	57
5.2.2	Sucessão familiar	60
5.2.3	Formação para as atividades	65
5.2.4	Utilização de formação superior nas atividades	66
5.2.5	Características da propriedade ou do trabalho antes da transição	68
5.2.6	Razões, vantagens e limitantes do processo de transição	69
5.2.7	Quem presta auxílio	78
5.2.8	Preocupação com a produção de alimentos saudáveis e com as futuras gerações	79
5.2.9	Interação com outros profissionais	82
5.2.10	Como as universidades poderiam auxiliar na atividade das propriedades	83
5.3	ELABORANDO CONCEITOS	85
5.3.1	O que entende por Agroecologia	85
5.3.2	O que pensa dos modelos de produção convencionais	90
5.3.3	A preocupação com o ambiente e as gerações mais novas	94
5.3.4	Meios de comunicação que mais utilizam para se informar	95

6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
	REFERÊNCIAS.....	100
	APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA COLETA DE DADOS PRODUTORES RURAIS.....	107
	APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA COLETA DE DADOS EXTENSIONISTAS	109
	APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA COLETA DE DADOS PROFESSORES	110

1 INTRODUÇÃO

É inegável que os modelos produção e consumo, as delicadas questões sobre distribuição de riquezas e desigualdade social e os embates sobre a hegemonia dos sistemas políticos e econômicos geram importantes questões sobre o futuro da sociedade, da economia e do meio ambiente. Assim sendo, os sistemas produtivos vêm passando por profundas transformações ao longo das últimas décadas.

Após as mudanças advindas do que se convencionou chamar de “Revolução Verde”, a introdução de técnicas, sobretudo em países industrialmente subdesenvolvidos, acarretou em aumento da produção, sendo o Brasil um dos grandes beneficiados. Surgiram tecnologias próprias, a disseminação impulsionou surtos de desenvolvimento, expansão de fronteiras agrícolas, disseminação de culturas, intensificação de modelos de criação animal e incrementos genéticos. Modelos padronizados geraram aumento produtivo, possibilitaram melhoria nas condições de muitos produtores, reduzindo dificuldades no trabalho, levando conforto ao meio rural e diminuindo a quantidade de mão de obra necessária e de horas de trabalho.

Este padrão produtivo, como afirmam alguns autores (ALBERGONI & PELAEZ, 2007; ALMEIDA 1998), passou a apresentar limites de crescimento a partir da década de 1980, pela diminuição do ritmo de inovações, aumento dos gastos com pesquisa e desenvolvimento, a identificação de impactos ambientais e de saúde pelo uso intensivo de insumos, a degradação dos recursos naturais e intensificação das desigualdades sociais.

As pretensões de acabar com a fome mundial não foram alcançadas. As modernas técnicas não beneficiaram os produtores de maneira uniforme e o crescimento do agronegócio não foi seguido por melhoria de vida generalizada. Tal modelo produtivo necessita cada vez mais de insumos artificiais e de maiores extensões de terra, intensificando problemas ambientais, fomentando práticas que favoreçam alta produção em curto prazo, enquanto a comprometem a longo prazo.

Robert Goodland, já em 1997 defendeu indícios de que estamos perto dos limites do planeta, quais sejam: apropriação desproporcional da biomassa pelos seres humanos, com organismos sendo utilizados como meros fatores econômicos; indícios significativos do aumento nas médias de temperatura; degradação dos solos

pelo uso excessivo e retirada da cobertura vegetal; transformações e diminuição da biodiversidade da Terra e destruição dos habitats; além da controversa questão sobre os aumentos tanto populacional como dos níveis de consumo.

Neste cenário, adquirem destaque questões sociais, ambientais e de sustentabilidade dos modelos produtivos. Se apresentam, como solução, sistemas alternativos, de base ecológica, inspirados em práticas familiares e tradicionais de produção, apostando em mudanças radicais na forma produtiva. José A. Costabeber afirmava em 1998 que, no final do milênio, encorpava-se uma espécie de segunda transição agrária do século XX. Esta transição agroecológica foi vista como resultado da lenta desintegração e esgotamento do modelo tecnológico anterior. O processo de ecologização, com extensão de valores ambientais às agendas públicas e políticas, foi a essência dessa transição.

A Agroecologia manifesta sua mais forte e radical expressão, repensando, inclusive, formas de consumo e pensamento. Defende a harmonia entre produção e proteção ambiental, sustentabilidade de sistemas e, em muitos casos, inclusão social. Com essas ideias, as práticas de inspiração agroecológica buscam diversificação, revitalização de propriedades, distribuição das terras e a redescoberta de saberes tradicionais e regionais. Teria, assim, potencial para resolução de muitas questões ambientais e sociais, diminuindo a perda de biodiversidade, o uso de insumos químicos, ajudando na recuperação dos solos e da vida dos camponeses.

Opiniões divergem, tanto na agropecuária, quanto nos meios acadêmicos. Os sistemas produtivos da primeira transição são ainda muito influentes e parece não haver consenso sobre vantagens e desvantagens dos modelos utilizados. Em diversas esferas imperam ideais que buscam viabilidade e eficiência econômica, em detrimento de fatores ambientais, sociais e de saúde pública. Como bem observa David Harvey, existem conflitos de pensamentos e atitudes geradores de problemas ambientais e sociais, como a oposição entre ideias ecocêntricas e antropocêntricas, o individualismo versus o coletivismo, dentre outras.

Alguns autores apontam os problemas para o estabelecimento pleno da Agroecologia. Defendem que sua motivação está em ideologias políticas e sociais e que suas propostas carecem de verificação prática e científica. Questionam teorias e metodologias, apontando problemas tecnológicos, dificuldades de inserção dessas tecnologias nos sistemas produtivos e dificuldades de aprofundamento do conhecimento sobre os sistemas agrícolas. Mesmo as fronteiras de diferenciação

entre os modelos de base ecológica, com seus pressupostos, não são claramente definidas e conhecidas. De forma geral, embates políticos entre vertentes mais voltadas para a visão capitalista e correntes simpatizantes com visões socialistas também estão presentes no âmbito produtivo rural, não ficando restrito aos meios acadêmicos.

A polêmica entre sistemas produtivos e políticos é muito forte também no Brasil. Nota-se uma visão voltada para a ecologia conquistando espaços de forma acelerada, entrando em conflito com o agronegócio e a produção de commodities, grandes setores da economia do país. Correntes políticas debatem entre si, mas são incapazes de dar respostas concretas para muitos problemas, entre eles o que diz respeito aos sistemas produtivos.

Eli Diniz, em 1992, elaborou um resumo, que ainda pode ser aplicado. Nos setores ditos de centro à direita, o pensamento não oferece soluções que não estejam atreladas à utilização do receituário liberal tradicional. Por outro lado, à esquerda do espectro político, a situação não é menos crítica. Afetados por uma crise de identidade de ampla envergadura, principalmente pela desagregação dos regimes socialistas em escala mundial, os partidos e grupos de esquerda, mergulhados em confusão teórica e doutrinária, não têm conseguido apresentar propostas alternativas à estratégia liberal. Finalmente, a posição social-democrata, não consegue explicitar com clareza sua proposta, falhando no esforço de definir um perfil nítido face às alternativas polares expressas pelo confronto liberalismo x estatismo.

A controvérsia nos meios acadêmicos e deixa dúvidas acerca de sua motivação. Seriam problemas de ordem estritamente científica, ou motivados por questões políticas e econômicas? Observamos que, com algumas exceções, a busca pela adoção de sistemas produtivos de base ecológica está mais vinculada às visões socialistas de mundo, enquanto, de maneira geral, os setores mais simpáticos ao capitalismo tendem a duvidar de seus pressupostos e defender modos produtivos ditos convencionais. Entretanto, ambos não conseguem dar respostas definitivas.

Nesse âmbito, surge uma alternativa. O sistema ideal para a produção Agroecológica parece ser o criado e defendido por Gilbert Keith Chesterton e Hilaire Belloc, na Inglaterra do início do século XX e que, estranhamente, parece ter desaparecido ao longo da história, ou seja, o Distributismo.

Com efeito, algumas das palavras de William Titterton, referindo-se a Chesterton, exemplificam grande parte dos ideais e esforços desse trabalho:

Não críamos no capitalismo, pois víamos que equivale à escravidão; e víamos que o socialismo simplesmente completaria a escravidão. Propusemos que a Grã-Bretanha, estando à beira de um precipício, se distanciasse dele e buscasse outro caminho. No lugar de coisas grandes, queríamos coisas pequenas. Queríamos a propriedade em um milhão de mãos: em um milhão de famílias. Porque insistíamos na verdade fundamental de que a família é a unidade básica do estado e em que é a família que deve possuir a propriedade. Por quê? Porque se a propriedade não está amplamente distribuída no estado, os cidadãos não podem ser livres. (TITTERTON, 1936)

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Apresentados estes elementos, podemos fazer as perguntas: Com efeito, pode-se implementar e ampliar a Agroecologia com base nos modelos políticos, econômicos e sociais vigentes na atualidade? Não sendo possível, qual seria o modelo ideal para a plena realização da Agroecologia? Podemos associá-la ao Distributismo?

Assim sendo, no presente trabalho, duvidando de todos os sistemas políticos defendidos atualmente, a ideia central foi buscar elementos para mostrar que a aplicação da Agroecologia não pode ter o êxito esperado dentro do mundo capitalista altamente liberal e, muito menos, no mundo socialista, fortemente controlado pelo Estado.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Analisar e aproximar os ideais da Agroecologia às propostas políticas e econômicas do Distributismo, a partir das suas teorias e de experiências práticas de adoção de sistemas de produção de base ecológica na região central do Rio Grande do Sul.

1.2.2 Objetivos específicos

- a. Questionar produtores rurais, técnicos extensionistas envolvidos com sistemas de produção de base ecológica e professores de áreas de ciências rurais, acerca de temáticas relacionadas ao meio rural e a sistemas produtivos de base ecológica.

- b. Identificar características, vantagens e pontos críticos para a adoção de sistemas de base ecológica, bem como para a implantação da Agroecologia.

- c. Fazer uma relação lógica e crítica, da Agroecologia com o sistema econômico distributista, demonstrando sua compatibilidade, bem como mostrando que ambos se possibilitam e complementam.

2 A AGROECOLOGIA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

2.1 ALGUNS PRESSUPOSTOS

A Agroecologia configura um campo de estudo muito estimulante, pois abriga dentro de si uma espécie muito dinâmica de contradição. Associada a conceitos epistemológicos inovadores, mudanças de enfoque científico e produtivo e oposição a modelos convencionais descendentes científicos e políticos da “Revolução Verde”, ao mesmo tempo se relaciona com conhecimentos tradicionais e a redescoberta dos saberes regionais e familiares.

Gliessmann (2001), a define como a aplicação de conceitos da ecologia ao manejo de agroecossistemas sustentáveis, ou seja, um conjunto de técnicas e saberes, com princípios ecológicos somados a valores culturais e práticas agrícolas que foram desecologizadas e desculturalizadas no processo de tecnificação e capitalização.

Emerge como disciplina, com princípios de estudo e manejo de agroecossistemas, mantendo-os produtivos, conservando recursos naturais e a viabilidade cultural, social e econômica (ALTIERI, 2012). Pretende ser um paradigma produtivo, com ciências e práticas que buscam recuperar saberes tradicionais, visando a produção sustentável, em contrapartida às práticas consideradas predatórias da agricultura contemporânea (LEFF, 2002).

Opondo-se a algumas técnicas consagradas, a Agroecologia gera dúvidas, não existindo consenso quanto aos seus conteúdos. Há incertezas na sua relação com sistemas ambientalmente sustentáveis e suas compartimentalizações, reduzindo suas premissas a tipos específicos de agricultura alternativa. Caporal & Costabeber (2002) apontam a tentação de relacionar a Agroecologia com estilos de agricultura menos agressivos, com tipos de agricultura alternativa, vinculando com noções como produção com lógica de trabalho dada pela Natureza, produção de alimentos sem esgotamento de recursos naturais, agricultura que preserva o ambiente, justa socialmente e que não exclui, entre outros.

Como hoje é conhecida, surgiu no debate agrícola e de desenvolvimento rural a partir dos anos 1970, embora sua construção remonte à década de 1920. Costa Neto & Canavesi (2002), esclarecem que o termo Agroecologia foi utilizado pela primeira vez na década de 1930, como aproximação da ecologia à agricultura,

constituindo-se em espécie de sinônimo de “ecologia aplicada”, e Hernández (2004) indica que a noção de eco-desenvolvimento é uma proposta na qual entraram, pela primeira vez, preocupações ambientais. Teria surgido no final dos anos 1970, como resultado da Conferência das Nações Unidas em Estocolmo, reconhecendo efeitos ambientais do desenvolvimento e da crise global.

Desde as primeiras publicações até os anos de 1960, a Agroecologia era entendida mais como a aplicação da ecologia na agricultura. A partir de 1970, com o surgimento de movimentos ambientais, a agroecologia passa a ser tratada como disciplina científica, incorporando um quadro conceitual com métodos holísticos para estudo dos agroecossistemas. Atualmente o foco vai além dos agroecossistemas, englobando todo o sistema alimentar (GLIESSMAN, 2002; FRANCIS, et. al., 2003; WEZEL et. al., 2009;).

Em suas raízes, conforme Cuéllar-Padilla & Calle-Collado (2011) apresenta duas vertentes principais. A primeira, de origem pré-moderna, compreende as práticas empíricas das comunidades agrícolas tradicionais, acumuladas ao longo de séculos de trabalho e experimentação empírica realizados na agricultura. A segunda, apresenta a perspectiva pós-moderna, proveniente de movimentos sociais e contraculturais, em oposição à conhecida “Revolução Verde”. Albergoni & Pelaes resumem o que se define como sendo essa revolução:

Um paradigma tecnológico derivado da evolução dos conhecimentos da química e da biologia, que definiram uma trajetória tecnológica baseada no uso intensivo de insumos químicos (fertilizantes e pesticidas)(...) Apoiada em uma promessa de aumento da oferta de alimentos que proporcionaria a erradicação da fome, a Revolução Verde resultou em um novo modelo tecnológico de produção agrícola que implicou na criação e no desenvolvimento de novas atividades de produção de insumos (químicos, mecânicos e biológicos) ligados à agricultura. Esse modelo produtivo passou, no entanto, a apresentar limites de crescimento a partir da década de 1980, com a diminuição do ritmo de inovações, o aumento concomitante dos gastos em P&D e a identificação dos impactos ambientais advindos do uso intensivo desses insumos, em especial dos agrotóxicos. (ALBERGONI & PELAES, 2007)

Esse estilo dominante de produção agropecuária teve suas raízes nos sistemas iniciados em meados do século XIX, alcançando plena instalação após a Segunda Guerra Mundial, consolidando-se nos EUA e sendo difundido para países do chamado terceiro mundo. O fenômeno, desde então conhecido como “Revolução Verde”, alterou os sistemas, em especial a agricultura, de seus formatos tradicionais para um

baseado em insumos industriais, criando a chamada agricultura moderna (CAPORAL & COSTABEBER 2001).

Apoiada na promessa de aumentar a oferta de alimentos e proporcionar a erradicação da fome, essa revolução resultou em novo modelo tecnológico de produção agrícola, implicando na criação e no desenvolvimento de novas atividades de produção de insumos químicos, mecânicos e biológicos, ligados à agricultura (ALBERGONI & PELAEZ, 2007).

A revolução também pressupunha a possibilidade de expansão do mesmo padrão tecnológico dominante, por meio de tecnologias supostamente menos danosas ao ambiente, mas essa hipótese tecnicista apresenta ainda um viés excludente social e economicamente, sem enfrentar as questões chave da sustentabilidade, incluindo as diversidades biológica e cultural (CAPORAL & COSTABEBER, 2001).

Com o objetivo de modificar essas concepções, foram surgindo diversas ideias e técnicas de cunho sustentável, sendo agrupadas ao redor do que pretende ser um novo paradigma, ou seja, a Agroecologia. Embora o termo seja utilizado há mais tempo, foi por meio do trabalho de Miguel Altieri, Stephen Gliessman e alguns outros autores que o conceito começou a ganhar sentido e visibilidade na cultura contemporânea. Com efeito, relacionando o funcionamento de ecossistemas naturais e o manejo tradicional e indígena dos agroecossistemas aos conhecimentos científicos, estes autores produziram sínteses e definiram mais claramente o conceito moderno de Agroecologia (MATTOS et al., 2006).

Assim, Altieri e Nichols (2000), a classificam com disciplina científica que enfoca o estudo da agricultura, de uma perspectiva ecológica, se definindo como um marco teórico com a finalidade de analisar os processos agrícolas de maneira mais ampla. Esta abordagem considera os ecossistemas agrícolas como unidades fundamentais de estudo. Os ciclos de minerais, as transformações de energia, processos biológicos e as relações socioeconômicas são investigadas e analisadas como um todo, tendendo a reorientar a ênfase na pesquisa agrícola, além de considerações disciplinares, para as complexas interações entre as pessoas, culturas, solo, animais, etc.

Stephen Gliessman (2002), demarca a Agroecologia como a aplicação de conceitos e princípios ecológicos para a concepção e gestão de agroecossistemas sustentáveis. Ela fornece o conhecimento e a metodologia necessários para

desenvolver uma agricultura que é ambientalmente saudável enquanto também é altamente produtiva e economicamente viável. Assim sendo, estabelece condições para o desenvolvimento de novos paradigmas na agricultura, praticamente eliminando a distinção entre a geração de conhecimento e a aplicação dos mesmos.

É possível perceber também que a Agroecologia serve como uma espécie de “guarda-chuva” para diversos tipos de práticas agrícolas alternativas, que foram nascendo das necessidades de incorporação de dimensões ecológicas à produção, ou seja, a Agroecologia se institui pela incorporação de uma dimensão ecológica à produção agropecuária, estabelecendo-se pela contraposição aos princípios da agricultura moderna. Primeiramente foram surgindo as noções de agricultura de base ecológica, de várias escolas ou correntes que propunham a aplicação de princípios ecológicos à produção agropecuária, partindo da incorporação de técnicas alternativas ao modelo convencional e à diversificação de sistemas de produção e visando a redução ou eliminação do uso de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos. A denominação “Agricultura de Base Ecológica” surge recentemente, então, como tradução da variedade de manifestações que vinham sendo tratadas como agriculturas alternativas, podendo-se citar algumas, como a Agricultura Natural, a Agricultura Orgânica, a Agricultura Biológica, a Agricultura Regenerativa, a Agricultura Biodinâmica, a Agricultura de Baixos Insumos Externos e a Permacultura, entre outras (MATTOS et al., 2006).

Assim sendo, Agroecologia e agricultura orgânica não devem ser vistas como sinônimos, na medida em que, no primeiro caso, a Agroecologia seria uma ciência, com limites teóricos bem definidos, que procura inter-relacionar o saber de diferentes áreas do conhecimento, com o objetivo de propor um encaminhamento para a agricultura que respeite as condicionantes ambientais impostas pela natureza a esta atividade econômica. Isto, porém, sem esquecer que o processo de produção agrícola deve estar necessariamente vinculado a um desenvolvimento social e econômico sustentável, ou seja, a agricultura deve ser entendida como uma atividade econômica que permita suprir as necessidades presentes dos seres humanos, respeitando os limites ambientais de forma a não restringir opções futuras (ASSIS & ROMEIRO, 2002).

Outro autor importante, Sevilla Guzmán (2006), conceitua que a Agroecologia propõe uma alternativa à ciência convencional, para alcançar o desenvolvimento

rural, encontrando nas técnicas de pesquisa-ação participativa a sua realização prática. Portanto é, simultaneamente, uma abordagem científica de análise e avaliação de agroecossistemas e uma proposta de práxis técnico-produtiva e sócio-política de todo o manejo ecológico dos recursos naturais.

Enfim, a Agroecologia tende a ser vista como uma complexa rede, onde interagem conhecimento científico, saber tradicional e prática econômica e social. Alguns autores (CAPORAL et al., 2005; PLOEG, 2008) a definem como a união destes três campos: 1 - científico ou teórico, contrapondo os modelos industriais de agricultura, casando áreas do conhecimento como agricultura, ecologia e ciências humanas; 2 - prático, com as técnicas agrícolas sustentáveis, os saberes tradicionais e a aproximação de produtores e consumidores em circuitos curtos de mercado; 3 - o social, que se ocupa da ética, da segurança e saúde alimentar, equilíbrio ambiental e justiça social. Com efeito:

A Agroecologia se consolida como enfoque científico na medida em que este campo de conhecimento se nutre de outras disciplinas científicas, assim como de saberes, conhecimentos e experiências dos próprios agricultores, o que permite o estabelecimento de marcos conceituais, metodológicos e estratégicos com maior capacidade para orientar não apenas o desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis, mas também processos de desenvolvimento rural sustentável. É preciso deixar claro, porém, que a Agroecologia não oferece, por exemplo, uma teoria sobre Desenvolvimento Rural, sobre Metodologias Participativas e, tampouco, sobre métodos para a construção e validação do conhecimento técnico. Mas busca nos conhecimentos e experiências já acumuladas, ou através da Investigação-Ação Participativa ou do Diagnóstico Rural Participativo, por exemplo, um método de intervenção que, ademais de manter coerência com suas bases epistemológicas, contribua na promoção das transformações sociais necessárias para gerar padrões de produção e consumo mais sustentáveis (CAPORAL et al., 2005).

Em suma, pode ser definida como além de uma ciência, pois ocupa-se do estudo de toda estrutura e função dos ecossistemas agrícolas a partir do ponto de vista das suas relações ecológicas e culturais. O pensamento agroecológico é constituído da fusão entre cientistas estudando a integridade dos ecossistemas, produtores incluindo práticas agrícolas para conservar recursos naturais e garantir a qualidade dos alimentos produzidos e movimentos sociais que se baseiam em princípios éticos da ciência agroecológica, reivindicando processos de equidade, solidariedade e competitividade com igualdade, partilhando entre si vários fundamentos filosóficos e éticos de respeito pela vida (SICARD, 2009).

2.2 AGROECOSSISTEMAS E AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA

2.2.1 Agroecossistemas

Após breve explanação teórica sobre a Agroecologia, pode-se fazer duas perguntas: 1 - Como tornar conhecidos e amplamente aceitos seus conceitos? 2 - Como aplicar, na prática, os seus métodos?

A Agroecologia propõe um desenvolvimento rural ligado ao estilo de vida do camponês, como enfrentamento da crise ecológica e social atual. Conecta-se com iniciativas alternativas, aliadas a movimentos de recampesinação. É inegável que esse desenvolvimento rural, seguindo critérios agroecológicos, está sendo conduzido, tanto por agricultores de comunidades rurais quanto pela sociedade civil, articulados em torno de novos movimentos sociais, a partir das cidades (CALLE et al., 2009; GUZZMAN, & MONTIEL 2009).

Tais sistemas alternativos estão se caracterizando por iniciar um reequilíbrio nas relações de poder entre produção e consumo, aproximando produtores e consumidores, estabelecendo relações mais equilibradas e que transcendem as quantidades puramente comerciais e os preços, atualizando assim valores historicamente ligados ao campesinato. (GUZZMÁN, 2006; GUZZMÁN & MONTIEL 2009).

Entretanto, para entendermos a forma como a Agroecologia pretende se estabelecer e alterar as relações sociais, econômicas e ecológicas, é importante compreendermos dois conceitos interligados e que são as chaves deste processo de transição: os agroecossistemas e a agricultura familiar camponesa.

Um agroecossistema é um local de produção agrícola, como uma fazenda, vista como ecossistema em si. O principal desafio nessa concepção de agroecossistema sustentável seria obter as características de um ecossistema natural, mantendo uma colheita desejável (GLIESSMAN, 2002).

Nele, o fluxo de energia precisa ser concebido para reduzir dependências de entradas não renováveis, equilibrando energia que entra e sai do sistema na forma de colheita. Deve-se manter ciclos de nutrientes quase fechados no sistema, de modo que os que saem, sob a forma de cultura, possam ser substituídos de forma sustentável. Mecanismos de regulação de populações também são melhores em

sistemas que oferecem resistência a pragas e doenças pelo aumento de habitats e permitindo a presença de inimigos naturais. Com essa estabilidade, produtividade e equilíbrio dinâmico para atingir um sistema sustentável, diminuem as interferências antropogênicas externas e pode-se esperar um retorno aos processos ecológicos mais naturais (GLIESSMAN 2002).

Entretanto, para alguns pesquisadores, como Altieri (1999) e Sicard (2009), a definição de agroecossistema não se resume a esses fatores, ela supera limites físicos e ecossistêmicos, pois influem e são influenciados por fatores culturais, sociais, econômicos e políticos. Na tabela 01, são apresentados os principais pontos para um agroecossistema sustentável, conforme Altieri (2012).

Tabela 01 - Planejamento de Agroecossistemas sustentáveis.

Otimizar uso de insumos localmente disponíveis	Combinação de diferentes componentes do sistema, como plantas, animais, solo, água, clima e pessoas, buscando a complementação e obtenção dos maiores efeitos sinérgicos possíveis.
Reduzir uso de insumos externos	Redução de insumos externos à propriedade e não renováveis (com grande potencial causador de danos ambientais e à saúde de produtores e consumidores), buscando uso mais restrito e localizado de insumos que eventualmente continuem sendo empregados.
Contar com recursos do agroecossistema	Substituição de insumos externos pela reciclagem de nutrientes, pela melhor conservação e pelo uso eficiente de insumos locais.
Melhorar a relação entre modelos de cultivo	Melhora da relação entre modelos de cultivo, potencial produtivo e as limitações ambientais de clima e paisagem, de modo a assegurar a sustentabilidade de níveis atuais de produção a longo prazo.
Conservar a biodiversidade	Uso eficiente do potencial biológico e genético das espécies de plantas e animais presentes dentro e no entorno do agroecossistema.
Aproveitar o conhecimento e práticas locais	Aproveitamento desse conhecimento, inclusive abordagens e técnicas inovadoras que, mesmo quando não plenamente compreendidas pelos cientistas, já são amplamente adotadas pelos agricultores.

*Adaptado de ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável** (2012).

Ora, pela reflexão acerca dos pontos indicados por Altieri, bem como das diferenças entre tipos de agricultura, suas estruturas e objetivos, conclui-se que a agricultura familiar é o ambiente básico ou “incubatório” para o desenvolvimento da

Agroecologia. As relações familiares e sociais, os objetivos econômicos e o uso de técnicas de base ecológica no ambiente camponês da agricultura familiar proporcionam o meio ideal para a prática agroecológica.

2.2.2 Agricultura familiar camponesa

Abramovay (1992) indicava que, na agricultura capitalista contemporânea, predominam as estruturas da agricultura familiar e da patronal, de larga escala. O autor distingue agricultura familiar e patronal com base na classificação de Nikolitch, que define a primeira como uma unidade de produção que conta apenas com o trabalho familiar ou com uma quantidade de trabalho assalariado que, em média, não ultrapassa a contribuição da própria família e a segunda, àquelas em que os membros da família não executam nenhuma atividade diretamente ligada ao processo de trabalho ou o executam, mas em proporção menor que a oferecida pela mão-de-obra contratada.

Essa agricultura familiar, ou modo de vida camponês, baseado no acesso e controle dos meios de produção, no uso prioritário da força de trabalho familiar, na produção voltada para o auto-consumo e venda de excedentes pode, pela conscientização dentro das famílias, ser parte do processo de construção da autonomia camponesa e da soberania alimentar, baseado em uma agricultura camponesa agroecológica (HADICH et al., 2011).

Esse mundo camponês é dinâmico, complexo e diverso, e está imerso em espaços interculturais que promovem a elaboração de modos de vida segundo valores referenciais, dos quais alguns podem ser destacados: 1 - Produção voltada prioritariamente à auto-suficiência, o que confere relativa autonomia social e econômica frente à sociedade global; 2 - Importância estrutural da família e da comunidade, onde a solidariedade e a reciprocidade desempenham papel fundamental na reprodução sócio-econômica; 3 - Sistemas poliprodutivos, onde cultivos agrobiodiversos são combinados com criações de animais e atividades não-agrícolas; 4 - Adaptação de suas culturas e modos de produção ao território e aos ecossistemas que ocupam (MENDRAS, 1978; LEFEBVRE, 1986; WANDERLEY, 1999; NEVES, 2009; CARVALHO & BOCATTO-FRANCO, 2012).

Além disso, esse campesinato deve ser visto como uma classe social, não apenas um setor econômico, uma forma de organização da produção ou modo de vida. Possui organização produtiva baseada no trabalho familiar e no uso como valor. O reconhecimento de sua especificidade não implica a negação de diversidade de formas de subordinação às quais pode se apresentar submetido, nem da multiplicidade de estratégias por ele adotadas diante de diferentes situações e que podem conduzir ora ao “descampesinamento”, ora à sua reprodução enquanto camponês (MARQUES, 2008).

Assim sendo, vemos que o posicionamento político-ideológico também está presente e exerce influências na questão. Neste caso, parte-se da crítica às bases estruturantes do sistema de produção, concebendo o cotidiano da vivência camponesa como renovação contínua da luta, a qual, talvez, somente seja possível por ser também pautada pela racionalidade ecológica, provocando o acirramento de antigas e produção de novas contradições ao confrontar-se com a hegemonia da racionalidade econômica. Nesse meio, a Agroecologia seria compreendida na interação dos camponeses com pesquisadores, entidades e grupos sociais, o que, por sua vez, traz o desafio do diálogo em meio à pluralidade epistemológica (HADICH et al., 2011).

Enquanto houver forte desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico, associado ou não ao capital industrial e financeiro, o campesinato permanecerá como conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço, cuja densidade histórica nos remete a um passado de conflitos e a um futuro como possibilidade (MARQUES, 2008). E é nesse futuro que repousam as esperanças de ampliação da Agroecologia. Mas alterações que envolvam apenas o microambiente dos sistemas agrários não é suficiente para uma transição eficaz e ampla.

Na verdade, a dinâmica dos agroecossistemas, de acordo com Sicard (2009) não termina nos limites do campo de cultivo ou da fazenda, visto que influenciam e sofrem influências de fatores culturais. Entretanto, os limites sociais, econômicos e políticos de um agroecossistema são difusos, já que mediados por processos de decisão intangíveis, provenientes do âmbito do agricultor e de outros atores individuais e institucionais. Ainda que a matriz envolvente de vegetação natural e as características dos outros elementos biofísicos influenciem sua dinâmica, as tendências de mercado e políticas agrícolas também determinam quando e o que vai

ocorrer, quais tecnologias usar e consumidores atender, abrindo o espectro de fronteira ou limites dos agroecossistemas.

Os camponeses, tradicionais ou neo rurais, são os atores principais da transição. Pelas suas práticas teve início a efetiva Agroecologia. Pela interação entre o modo de ser camponês e os agroecossistemas, a mudança começou. Tal processo não é simples, e exige remodelagem profunda de valores, conceitos, estilos de vida e da nossa economia. Estamos falando de uma necessária reforma agrária, mas que não signifique somente uma redistribuição de terras, mas uma mudança radical da sociedade, focando em dois referenciais imprescindíveis: o campesinato e a Agroecologia (CARVALHO & BOCATTO-FRANCO, 2012).

Precisamos de um paradigma de desenvolvimento agrícola alternativo que incentive as formas de agricultura mais ecológicas, diversificadas, sustentáveis e socialmente justas. Nesse aspecto, há muito tempo, argumenta-se que os pequenos produtores são de suma importância para que as comunidades sejam capazes de atender às demandas por alimento, enquanto conservam a integridade ecológica. Dessa forma, há pelo menos cinco razões para apoiarmos a manutenção, revitalização e ampliação do número de pequenas propriedades rurais, como demonstrado na tabela 02 (ALTIERI, 2012).

Tabela 02 - Cinco razões por que devemos apoiar a revitalização da agricultura familiar camponesa.

1	Pequenas propriedades rurais são a chave para a segurança alimentar mundial
2	Pequenas propriedades rurais são mais produtivas e conservam mais os recursos naturais do que as grandes monoculturas
3	Pequenas propriedades diversificadas representam modelos de sustentabilidade
4	Pequenas propriedades rurais representam um santuário de agrobiodiversidade livre de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs)
5	Pequenas propriedades rurais resfriam o clima

* Adaptado de ALTIERI, M. (2012) Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável.

2.3 DESAFIOS PARA A IMPLANTAÇÃO

Apesar de todos os esforços e estudos e da importância inegável do estabelecimento e consolidação da Agroecologia, vemos que, para muitas pessoas,

ela ainda é uma temática distante e não muito bem entendida, não existindo definição clara sobre o seu campo epistemológico.

Aparentemente, esses pressupostos agroecológicos só trazem benefícios à sociedade e ao meio ambiente. Por que, então, a dificuldade no seu estabelecimento como paradigma forte e amplo?

Alguns autores defendem que o estabelecimento de um movimento social seria a condição para a afirmação de suas propostas. Entretanto, é necessário que se dê atenção a aspectos mais domésticos, mas também importantes. Em geral, podem ser sintetizados nos seguintes itens: resistências apresentadas devido ao caráter ideológico da intervenção técnica e social mais geral; falta de entrosamento entre agentes sociais da mesma área e que enfrentam os mesmos problemas; o ainda pequeno e insuficiente acompanhamento de campo e sistematização das experiências agroecológicas; dificuldades tecnológicas, ou seja, limites ou problemas ainda não bem solucionados na prática agroecológica de campo; e a baixa capacitação profissional para a complexidade dos sistemas produtivos e da Agroecologia (ALMEIDA, 2003).

Gomes (2005) também elenca uma série de limitantes que precisam ser superados para que a Agroecologia se fortaleça, quais sejam:

1 - Ruptura epistemológica: disciplina científica em oposição a conhecimentos além da ciência, ou seja, a Agroecologia é considerada uma disciplina científica que transcende os limites da própria ciência, ao pretender incorporar questões não tratadas pela ciência clássica;

2 - Rigor ou intencionalidade implícita no uso de conceitos, como interdisciplinaridade, sustentabilidade e equidade, por exemplo, podem ser usados para expressar intenções sérias, mas também como modismo ou oportunismo, caracterizando apropriação indevidas de conceitos;

3 - Uso do método: rigor x flexibilização, com aplicação do método científico: nessa perspectiva, leva à perda da noção da complexidade do todo;

4 – Fundamentalismo da ciência x ideologia: a consideração de que o discurso ambiental e a própria agroecologia estejam mais próximos do campo ideológico do que da ciência, pode representar uma espécie de ameaça;

5 - Construção do diálogo: articulação entre os conhecimentos científicos e os saberes cotidianos, ou seja, o diálogo de saberes não acontecerá se não ocorrer o necessário diálogo entre as pessoas;

6 - Complexidade do mercado de C&T: Estado versus Sociedade: uma tese tem adquirido adeptos, a de que seria conveniente uma nova relação, com um pouco menos de Estado e um pouco mais de sociedade, pois há certa desconfiança das organizações sociais em relação ao Estado, que também abriga disputas internas de poder, além das dificuldades internas das universidades, onde impera a compartimentalização cartesiana.

7 - Apelo ambiental: nos últimos tempos, surgiram oportunidades de financiamento de projetos de pesquisa em agroecologia e é possível que muitos pesquisadores vejam, nos editais destinados à pesquisa agroecológica, oportunidades para se manter em atividade, ou seja, transformando oportunidade em oportunismo.

8 - Novas oportunidades e força inercial do paradigma: ainda que o espaço e os recursos para a pesquisa agroecológica sejam crescentes, o perfil e a formação dos pesquisadores, muitas vezes, continuam sendo convencionais.

9 - O desafio tecnológico: é preciso descobrir ou validar insumos que viabilizem a independência dos agricultores, e que não representem apenas uma mera substituição de pacote;

10 - O desafio da ética: A ciência convencional, caracterizada pela separação, quase absoluta, entre a prática científica e a ética, levando a ideia de progresso ilimitado. Isso, ao extremo, teve como consequência o aumento da exclusão social, da alienação e da perda da dignidade para um contingente cada vez maior de pessoas;

Os desafios estão postos e começam a ser identificados. Como fazer para superá-los?

2.4 AGROECOLOGIA, SUSTENTABILIDADE E SOCIEDADE ATUAL

Aparentemente nenhuma política já implantada, nenhum pacote ou proposta econômica, tampouco teoria científica poderá impulsionar as necessárias mudanças antes de uma virada na forma como os indivíduos encaram o mundo, sem mudanças nos aspectos morais e de posicionamento perante a humanidade e a Natureza. A forma de pensar o mundo, de responsabilizar-se pelo planeta e utilizar recursos deve ser reconstruída, embasada em respeito, altruísmo e numa postura tal que, Natureza e indivíduos, não sejam tratados como meros meios. Nenhuma ação em prol do ambiente ou da humanidade poderá surtir efeito, sem que cada indivíduo encare os

demais como portadores da mesma importância que dá a si mesmo e sem que perceba a Natureza como essencial para a existência de todos.

A época atual é extremamente individualista e consumista, a busca pela satisfação e o prazer é constante. Tudo está em mudança e de forma acelerada. Essa modernidade, esse estado de constante alteração modificou tudo, inclusive as ideias produtivas. É oferecida uma diversidade brutal de produtos. O mundo é encarado como uma gama praticamente infinita de possibilidades e a incerteza atual fixa-se em que mercadorias produzir, como saber o que será procurado e desejado e na oferta incrivelmente ampla de possibilidades dentre as quais escolher. Os indivíduos precisam optar e parecem angustiar-se e não querer comprometer-se com decisões fixas, mantendo as portas sempre abertas e pensando nas opções deixadas para trás. Tal realidade produz uma alegria duvidosa de liberdade, que pode ser geradora de infelicidade, pelo excesso de escolhas (CARROL, 1997).

Esta época, que L. Carrol e Z. Bauman chamaram de modernidade líquida, é bem característica. A humanidade, por razões de sobrevivência similares as de outras espécies, apresenta tendência natural ao individualismo e tal característica é aumentada pela sociedade de consumo sem limites, que busca produzir sempre mais e procurar por riqueza e poder, em um ciclo constante, talvez para suprimir a própria angústia. Mas como surgiu esta maneira de pensar e viver?

A civilização ocidental foi muito influenciada por concepções individualistas e antropocêntricas do iluminismo, que colocou o homem no centro do universo, criando a ideia de domínio sobre tudo. Soma-se a ideia científica cartesiana que, para explicar a natureza e seus fenômenos, compartimentalizou e dividiu o universo, reduzindo nossa capacidade de avaliar o todo. Esta construção ocorreu de forma lenta, pelo trabalho de vários pensadores.

Segundo Strathern (1997) John Locke foi responsável pelo início da forma científica atual de pensar, apresentando uma filosofia alicerçada no empirismo. Com Francis Bacon, essa escola ganha mais força. Suas considerações centralizam a noção de domínio sobre a natureza, fazendo uso da experiência e dos sentidos. Ele construiu um modelo científico que busca obter conhecimento para controlar a realidade e a natureza. Bacon tinha consciência do papel da ciência no progresso da humanidade e procurou sistematizar e promover a dúvida crítica a partir do saber tradicional, por meio da investigação metódica, classificação sistemática,

experimentação e aplicação rigorosa do conhecimento, obedecendo regras definidas, no que ficou conhecido como Método Científico (COSTA GOMES, 2011).

Outro momento de consolidação do pensamento atual surgiu como oposição à filosofia empirista britânica, ou seja, o Racionalismo. Apesar de contar com outros pensadores de renome em suas fileiras, é consenso que o movimento surge das ideias de René Descartes. Costa Gomes indica ainda que, no racionalismo, os conhecimentos válidos e verdadeiros sobre a realidade são procedentes da razão e não dos sentidos ou da experiência (COSTA GOMES, 2011).

Posteriormente surge o Positivismo, atribuído a Augusto Comte, autor de *Système de Philosophie positive* e *Cathéchisme Positiviste* (LACERDA, 2009). Este, assume a fé no progresso da ciência como única forma de conhecimento reconhecidamente válido. A ciência proporcionaria conhecimento puramente descritivo, que deve estender-se a todos os campos do saber. Todo conhecimento deve fundamentar-se na experiência e toda proposição não verificável empiricamente deve ser erradicada da ciência (COSTA GOMES, 2011).

Esta concepção positivista perpassa o tempo, sendo ampliada e perpetuada por cientistas do Círculo de Viena, criadores do neopositivismo. A mudança começa a ocorrer com o Racionalismo Crítico de Karl Popper e a ideia de falseabilidade da ciência e com Thomas Kuhn, criador da ideia da oposição entre a ciência normal e as revoluções científicas.

Nesta época a ciência começa a perder um pouco do seu lugar de supremacia. (COSTA GOMES, 2011). A partir das ideias de Kuhn e da nova filosofia da ciência, com suas anomalias e revoluções, a concepção de ciência linear, única detentora dos métodos válidos do saber, começa a sofrer crises, abrindo espaço para debates contemporâneos.

Entretanto, ideias antropocêntricas, individualistas e racionalistas ainda são muito fortes na sociedade, dificultam a capacidade de enxergar o mundo de maneira holística, de ver nos demais indivíduos a mesma importância atribuída a si mesmo e enxergar o ambiente como lar, essencial para a sobrevivência de todos. Essa maneira de pensar e posicionar-se parece estar arraigada e dificulta alterações sociais e ecológicas, sejam para mudanças ou recuperação de visões. Existem indícios disso nos resultados dos sistemas políticos e econômicos empregados historicamente.

Esta trajetória, nascida de esforços iluministas de transformação, conduziu política e economicamente ao capitalismo dominante, a muitas desigualdades e, por que não dizer, à insanidade com que o ambiente é manejado. Como espécie de reação, ganharam força ideias de cunho marxista (e suas variantes). Estas prometeram acabar com os vícios e abusos do capitalismo, recuperar a dignidade social, melhorar o mundo e restaurar o equilíbrio, mas não cumpriram as promessas, gerando problemas tão ou mais graves que os do capitalismo.

Na prática, é possível ver que todos os sistemas políticos e econômicos são originários e submetem-se à mesma influência iluminista, impregnadas de ideias materialistas e individualistas, enxergam o mundo e as pessoas como meios para alcançar os seus próprios fins.

Em todos os modelos sempre se centraliza a riqueza ou poder, em grupos dominantes que acabam produzindo desigualdade, pobreza, perda de valores intrínsecos ao ser humano. Chesterton, em sua crítica aos modelos instalados já alertava a esse respeito:

Eu sou um daqueles que acredita que a cura para a centralização é a descentralização. Isso foi descrito como um paradoxo. Há, aparentemente, algo travesso e fantástico em dizer que, quando o capital se acumula nas mãos de poucos, a coisa correta a fazer é retirá-lo destes e colocá-lo nas mãos de muitos. O socialista o colocaria nas mãos de ainda menos pessoas; mas essas pessoas seriam políticos. (CHESTERTON, 1925)

O pensamento também está impregnado pela visão compartimentalizada e simplificadora do mundo. Não será pelo simples acúmulo de conhecimentos que a problemática será alterada, tampouco através de mudanças impostas. Não é possível mudar a postura com relação ao meio ambiente, sem antes mudar a forma de encarar a existência. Não é possível alcançar o desenvolvimento sustentável, tratando tudo que existe como meios e não fins, sem quebrar a linha de pensamento gerada pelo iluminismo que permeia os sistemas de governo, de economia e de sociedade e que levaram ao nítido fracasso dos nossos modelos de imposição de “cima para baixo”, com conhecimentos embasados apenas no método científico, mercado ou política.

Para modificar tais tendências, é necessária maior democratização do conhecimento. É preciso reaprender a complexidade, reconhecer a existência de

hierarquia de âmbitos de decisão, envolvendo mais os cidadãos, rompendo com a visão influenciada pelo pensamento estritamente ligado ao consumismo.

Assim sendo, provavelmente o problema esteja centrado nos enfoques equivocados de mudança. Tenta-se alterar os rumos ambientais e sociais por meios políticos já testados, por investigações e debates científicos afastados do âmbito cotidiano. Se não existir mudança na forma como os indivíduos encaram o mundo e os demais, nenhuma medida externa será eficaz. A sociedade está imersa nas ideias elaboradas a partir do iluminismo, que produziu os efeitos colaterais materialistas, individualistas e de desprezo pelos valores tradicionais.

2.5 A VIRTUDE ESTÁ NO MEIO

Aristóteles argumenta, em sua famosa obra “*Ética a Nicômaco*”, que o meio-termo é a justa medida para os caminhos da vida. O meio-termo era visto, pelo filósofo, como um estado ideal, sendo que os excessos eram considerados vícios, excessos em qualquer direção. É preciso, portanto, buscar o equilíbrio. Assim, a partir destas afirmações, cunhou-se o termo: “A Virtude está no meio”. Qual poderia ser então um caminho para o “meio-termo”, no que se refere à política e economia com vistas à sustentabilidade?

No texto “*Kant: o ser humano entre natureza e liberdade*”, Valerio Rohden faz uma interessante associação da ética kantiana e seu imperativo categórico, com a postura dos indivíduos em relação à natureza.

Immanuel Kant, em sua argumentação ética, especificamente na “*Fundamentação da Metafísica dos Costumes*”, expõe seu imperativo categórico, que pode ser utilizado como uma das luzes para o caminho da mudança. Basicamente afirma que nossas ações, para serem consideradas moralmente corretas, precisam ser passíveis de se tornar leis universais, ou seja, ser realizadas por todos, sem gerar o caos ou levar o mundo ao colapso. Além disso, a humanidade, tanto em cada indivíduo em si, como em qualquer outro, deveria ser encarada sempre como um fim, nunca simplesmente como um meio (KANT, 1986).

Em sua obra posterior, “*Crítica da faculdade do Juízo*”, Kant expõe sua ética de maneira voltada ao julgamento feito sobre o mundo, inclusive sobre o lugar da

humanidade na Natureza e como deve agir em relação a ela (KANT, 2005). Rohden, referindo-se às propostas de Kant, afirma:

A novidade, aqui, é que a relação moral do homem com a natureza transforma não só essa relação de modo geral, mas também deveria transformar as atuais relações vigentes com ela, que tão bem conhecemos. A relação moral do homem com a natureza é uma relação em vista da humanidade atual e futura. Ela é, para os homens de boa vontade, uma garantia de que a esse nível a natureza poderá ser universalmente assegurada e preservada como condição geral da vida. (ROHDEN, 2006)

A “*Crítica do Juízo*” tem profundas implicações para a Ética e Educação Ambientais. Nela, é afirmada a existência de juízos determinantes, que se impõem do universal para casos particulares e os juízos reflexivos, que partem das experiências particulares para o âmbito universal. Os reflexivos seriam de dois tipos: juízos de gosto (estéticos) e juízos teleológicos (focados nas finalidades). Estes dois tipos são importantes para a Educação Ambiental, pois são animados pelo sentimento de vida. A *Crítica do Juízo* é fundamental para compreendermos como chegar a uma apreciação estética da natureza e, através desse juízo de gosto, aprendermos a amar e cuidar da vida e da natureza. Através do prazer estético, o ser humano sente-se bem no mundo e isso faz com que cuide da natureza (ROHDEN, 2006).

Seguindo este preceito, pode-se romper com a ideia de que a natureza seja apenas um depósito de recursos para a civilização. O ambiente é, antes de tudo, o lugar da humanidade no Universo, necessário à sua sobrevivência e, aprendendo a admirar o ambiente, é possível protegê-lo muito mais.

Rohden aborda também a ideia de fim último. Aqui, o ser humano é encarado enquanto ser da natureza e enquanto seu fim. Kant aponta duas alternativas para a dignidade dos demais humanos e da natureza. Na primeira o homem é o propósito final de um objetivo da Natureza ou do Criador, e assim, torna-se senhor da natureza, porque todas as coisas foram feitas para ter seu ápice na humanidade. Na segunda opção, não existiria um plano de criação, não haveria outra consciência (a não ser a do próprio homem) dando sentidos e finalidades à natureza. Ele, entretanto, só se relacionará finalisticamente com a natureza enquanto conceber-se como fim para si próprio (fim terminal), portanto, livre. Como fim para si mesmo e não mais como um elemento da cadeia natural, o ser humano torna-se moral. Em qualquer uma das hipóteses, sendo livres e providos da mesma importância, os homens já não podem

reduzir nenhum outro a simples meio, mas devem considerá-lo sempre também como fim ou como sujeito moral. (ROHDEN, 2006).

Essa é uma visão muito interessante, pois o segredo seria criar nos indivíduos este senso de finalidade para si mesmos lembrando que, por semelhança, seja no plano da criação ou na espécie, todos têm a mesma finalidade e, portanto, a mesma dignidade. Seria uma alternativa para o problema do individualismo e antropocentrismo desmedido.

Quando os seres humanos se reconhecem como igualmente livres, autônomos e co-legisladores de um reino de fins, eles tampouco abusarão da natureza, que é como o seu próprio corpo: a matéria e a forma de expressão da sua vida. Dessa maneira, sejam os homens a finalidade última da natureza ou mais um elemento dela (o único com consciência de finalidades), os seres humanos são livres e responsáveis por agir de forma que não agridam os demais e tampouco a Natureza, que é vital para todos os seres e toda a humanidade (ROHDEN, 2006).

De maneira semelhante, também Capra (2002) demonstra a importância dos significados e finalidades para os seres humanos, quando afirma que possuem a necessidade contínua de captar sentidos dos mundos exterior e interior, de encontrar o significado do ambiente e de suas relações com os outros seres humanos, procurando agir de acordo com esses significados.

Por muito tempo tenta-se implementar mudanças na sociedade e no mundo, de uma perspectiva externa. Não está na hora de investir em um projeto mais lento, mas com resultados mais consistentes? A história está repleta de exemplos fracassados e tentativas de mudança onde as pessoas foram obrigadas a mudar de opinião pela força, sem aprender antes a ver o mundo de forma diferente.

David Harvey lembra e comenta um pouco sobre fenômenos paradoxais que parecem estar relacionados a esta hipótese:

A experiência histórico-geográfica dos movimentos revolucionários no poder (e de todo tipo de utopismo materializado) indica a profunda gravidade desse problema da não-preparação para a mudança radical. Muitos movimentos revolucionários não se libertaram, ou não tiveram condições de libertar-se, de maneiras de pensar inseridas nas circunstâncias materiais de seu passado. (HARVEY, 2008)

Tal problema é tratado por Harvey como um paradoxo natural, e Marx tenta justificar como parte do processo de implantação de um novo modelo. Entretanto,

pode-se sustentar que não são por processos revolucionários forçados, embates entre indivíduos, classes e nações, nem pela destruição de valores éticos e culturais, que mudanças devem ser feitas, mas, antes, pela conscientização da posição no mundo e pelo cultivo da liberdade responsável, valorizando o ambiente como indispensável à sobrevivência e os demais indivíduos como familiares.

Nessa compreensão, a ordem no sistema econômico, sua capacidade de produzir coisas úteis e oferecer meios para nossa satisfação, só pode ser mantida com um fluxo constante de matéria-energia de baixa entropia. Em outras palavras, nossa fonte primordial de bem-estar é um sistema natural onde predomina a ordem. É necessário um desenvolvimento de maneira ecológica, social e economicamente sustentável. Na verdade, se o desenvolvimento não for sustentável, não será desenvolvimento, será um processo destinado ao fracasso (CAVALCANTI, 2010).

As dimensões econômicas e financeiras gigantescas de nossa ordem global, segundo Pengue (2008), deixam-se perceber na crise econômica, mas a expansão dessas dimensões se encontra em todas as partes do mundo econômico e na mudança das escalas, que superam as humanas, não apenas no âmbito capital, mas também no mundo empresarial globalizado, no crescimento expansivo de grupos corporativos, com suas formas de apropriação do mundo, com a população e natureza.

Assim sendo, o caminho de mudança e melhora das condições de vida na Terra não passa pela economia em escala, antes seria pelo reconhecimento da dimensão humana deste mundo. Continuando, Pengue cita Ernst Schumacher, que afirmava, em 1973, que “o pequeno é bonito”, colocando ênfase nos conceitos de capital natural, dando destaque a uma economia alternativa, baseada na escala humana, descentralizada e sustentada em tecnologias próprias. Uma mudança em direção a uma nova racionalidade ambiental.

É desnecessário lembrar que os nossos atuais modelos políticos e econômicos não estão dando conta de fazer as alterações de direção de forma correta. A despeito do viés político de cada país, as alterações normalmente apontam para uso de novas tecnologias, aumento das escalas de produção, centralização administrativa e cultural, sem existir um empenho real em reduzir as dimensões de nossa economia e tampouco mudar hábitos de consumo. Essa nova atitude em relação ao todo é desejável. Em certa medida, todos sabem que isso deve acontecer, mas como fazer essas alterações?

Em uma outra vertente de pensamento, existem os criadores e proponentes de uma teoria política e econômica que busca aplicar princípios de descentralização do poder, de valorização dos indivíduos e do meio ambiente, conhecida como Distributismo, que nos leva a um dos pontos centrais deste trabalho, ou seja, propor a teoria distributista como o meio de mudar a forma de pensamento, produção e consumo, somando-se à Agroecologia e utilizando seus pressupostos e técnicas como um dos alicerces para a transição de sistemas.

3 O DISTRIBUTISMO - UMA ALTERNATIVA

3.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS

A concepção distributista, oferece uma perspectiva teórico-prática de aplicação destes ideais de altruísmo, responsabilidade e conexão com a natureza, possibilitando condições de liberdade, iniciativa e florescimento da vida das pessoas e de sua cultura, dando espaço para o pleno desenvolvimento e colaboração entre todos. Aparece, assim, como possibilidade criadora do espaço político e social para a implantação de um ideal contrário aos excessos resultantes da tradição iluminista.

Mas, afinal das contas, o que é o Distributismo? Embora possa ser indicado por muitos como um sistema econômico ou social, abrange muitos outros aspectos das relações humanas. Sua construção se dá em cima do trabalho de dois grandes pensadores da Inglaterra: Gilbert Keith Chesterton e Hilaire Belloc.

Apresentando estilos literários bastante diferentes, Belloc possui uma exposição mais sistemática, Chesterton um estilo mais solto e dado à elaboração de paradoxos. A diferença estilística, no entanto, não esconde uma unidade de pensamento profunda. Embora Belloc seja tido como o fundador do distributismo, muitas análises mantêm o foco nas obras de Chesterton, principalmente pelo fato de que, embora não tenha sido o fundador, foi o principal propagador das ideias distributistas e líder do movimento. Tanto Chesterton quanto Belloc tiveram passagem pelo socialismo, mas a ruptura com esta corrente e lançamento da base do pensamento distributista se deu em um debate travado na revista *New Age* nos anos de 1907 e 1908 (SILVA, 2012).

Tal debate colocou em lados opostos as duplas de intelectuais Chesterton e Belloc e Bernard Shaw e H. G. Wells. Neste debate foram, pela primeira vez, expostos pela dupla de intelectuais algumas das ideias que constituiriam o distributismo.

O sistema distributista foi embasado na Doutrina Social da Igreja, mais precisamente nas ideias expostas nas encíclicas papais "*Rerum Novarum*", escrita em 1891 pelo papa Leão XIII e que trata sobre a condição dos operários e "*Quadragesimo anno*" publicada em comemoração aos 40 anos da "*Rerum Novarum*", em 1931 pelo Papa Pio XI, falando sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social.

Em 1913, Hilaire Belloc publicou seu livro “O Estado Servil”, considerado o marco inaugural do distributismo, por ser a obra na qual, pela primeira vez, o termo aparece. Belloc ainda publicou outras obras, como “A restauração da propriedade”, publicado em 1936. Mas o principal veículo de aprofundamento e divulgação das ideias distributistas viria a ser o semanário “G.K. Weekly”. É necessário dizer que o distributismo foi principalmente um movimento de ideias, não existindo um partido ou um sindicato que o tenha levantado como bandeira. Existiu uma Liga Distributista, sendo um movimento mais de cunho intelectual que político (SILVA, 2012).

A ideia do Distributismo, foi amplamente complementada e defendida por Chesterton em diversas obras, sendo as principais sobre Distributismo o livro “O que há de errado com o mundo”, lançado em 1910 e as publicações do semanário G.K Weekly, que acabaram reunidas no livro “Um esboço da sanidade – Pequeno manual do Distributismo”, com primeira edição, em inglês, publicada em 1927.

Em 1926, com o objetivo de obter fundos para manter a G.K’ Weekly, havia sido fundada a Liga Distributista, o principal movimento defensor do sistema. Chesterton foi eleito seu primeiro presidente, cargo que ocupou até o seu falecimento. A Liga, que se reunia em uma taberna em Devereux, atingiu seu ápice em 1928, com um número aproximado de dois mil membros. A principal atividade da Liga foi a promoção de debates (NASCIMENTO, 2016).

O ideário do Distributismo consiste, basicamente, numa crítica ao capitalismo, propondo uma alternativa embasada em alguns princípios característicos da Idade Média. Ao mesmo tempo, apesar dos defensores do Distributismo também discordarem do socialismo, não o encaravam como outro inimigo a ser combatido, pois era considerado a consequência direta do capitalismo e não uma alternativa a ele. Ambos os sistemas têm os mesmos problemas, sendo o maior deles a concentração da propriedade. São faces da mesma moeda, ambos sofriam e sofrem dos mesmos males, sendo o maior deles a concentração da propriedade. O primeiro a concentra nas mãos de poucos indivíduos, o segundo nas mãos do Estado (SILVA, 2012).

Um resumo de suas características apontaria que a propriedade privada é um bem a que todos devem ter acesso e, se isso não for possível, ao menos a grande maioria. Possui como bases três fundamentos presentes na Doutrina Social da Igreja: Propriedade Privada, Princípio da Solidariedade e Princípio da Subsidiariedade. O

primeiro e mais importante - a Propriedade Privada: para Chesterton a propriedade era sagrada. Defendia que a propriedade privada deveria ser distribuída com suficiente e decente igualdade. O segundo - o Princípio da Solidariedade: o Estado deveria trabalhar de maneira subsidiária para o bem comum de cada comunidade. O importante é trabalhar para e pelo bem comum, ou seja, tomar aquelas medidas que promovam a virtude entre as pessoas e dessa maneira a felicidade. O terceiro - o Princípio da Subsidiariedade: o que possa fazer uma entidade pequena não faça uma entidade grande. A entidade menor é o indivíduo, assim é que aquelas coisas que possam fazer o indivíduo não o faça as grandes empresas. O princípio de subsidiariedade deveria reger tanto na face econômica quanto política (DE LEON, 2010; DA SILVA, 2012).

O Distributismo defende, assim, a restauração da sociedade, chegando à escala humana, estimulando pequenas unidades de produção e consumo, surgidas de forma natural. Deve-se conseguir estabelecer a economia com a maior quantidade de agricultores independentes, pequenas empresas dotadas de autogestão, famílias com mais autossuficiência, redes de distribuição e consumo organizadas localmente, tudo sendo pautado pela solidariedade do Estado e entre indivíduos. Este modelo pode ser relacionado com as guildas e corporações de ofício típicas do período medieval.

Seus idealizadores buscam uma alternativa conservadora, em alguns pontos, para restaurar antigos valores, retornar a modos de vida anteriores às revoluções industriais e iluministas e, assim, descentralizar o poder e a propriedade, barrando o liberalismo consumista destrutivo e os ímpetos ditatoriais coletivistas:

Os tradicionalistas propõem que seja restaurada a dignidade da família; se implemente a descentralização do estado e o poder volte aos municípios; se proporcione o ressurgimento de instituições intermédias como as corporações, os grêmios e as universidades autônomas; se declare o fim do laicismo ou secularização das instituições públicas, se limite a livre concorrência, a usura e os lucros desmedidos; se ponha um freio à concentração da riqueza e à consequente proletarização da sociedade. (BELLOC, 1945)

É uma proposta tão singela, procurada, inovadora para nossa época e, ao mesmo tempo, tão negada, que levou Chesterton a escrever: “Quando o Sr. Belloc escreveu a respeito do Estado Servil, ele estava apresentando uma teoria econômica tão original que quase ninguém ainda percebeu do que se trata.” (CHESTERTON, 1926).

Em suma, as principais características do Distributismo centram-se no estímulo à empresa familiar, ao sistema de proteção social baseado na auto-organização (não na dependência do Estado) e no denominado amor ao “homem comum”. Ainda conforme Silva, no modelo distributista, é importante focar não apenas na produção de riqueza e distribuição, mas na criação de condições em que o homem possa ser feliz, em que possa realizar tudo que é fundamental. Para o Distributismo as necessidades humanas precisam ser o centro da economia (SILVA, 2012).

3.2 “TRÊS ALQUEIRES E UMA VACA”

Esta expressão aparece em determinados escritos de Chesterton e refere-se às necessidades de pulverizar o acesso à propriedade, tanto no sentido de habitação, quanto no que se refere à posse da terra para produção e sustento. O pensamento distributista dá forte ênfase à questão da propriedade privada e da relação que transcende o aspecto econômico, mas alcança patamares sentimentais de relação do homem com a terra, com a sua propriedade e sua casa:

A casa que restitui ao homem o que ele é. Na rua, na função, o homem espalha a sua própria substância, gasta-se no que é, aflige-se em sua unidade, sofre em sua liberdade; em casa, todas as funções sociais as maiores e as menores, ficam no capacho da entrada, e o homem que chega, que toma posse de seus domínios, é um homem inteiro e livre. Em casa ele recupera, com o chinelo, a personalidade e o nome de batismo [...] A casa é, portanto, uma clausura para aumento da liberdade e reconquista da unidade. (CORÇÃO, 1946)

Dale Ahlquist, também dissertando sobre a questão da necessidade da propriedade e revitalização das noções de valores e união das famílias, na visão de Chesterton, afirma:

O lar é o único lugar da liberdade. “Propriedade é meramente a arte da democracia. Significa que todo homem deveria possuir algo que possa moldar de acordo com sua própria imagem (...) Dar a quase todas as pessoas casas comuns deixaria quase todas as pessoas satisfeitas”. Mas em uma sociedade em que a maior parte das pessoas não pode ter o próprio lar, e não pode manter-se apropriadamente, mas precisa ser o escravo assalariado de outro, facilmente demitido, facilmente substituído e facilmente deslocado, precisando depender do governo para suprir sua necessidade, (...) uma grande pressão é posta sobre a família, e significa que a sociedade irá desmoronar de baixo para cima. A sociedade está especialmente em perigo quando o homem comum, atordoado pela perda da religião, do lar, da família, já não sabe nem mesmo o que ele quer (AHLQUIST, 2006).

A revitalização dos laços saudáveis no âmbito familiar, por meio do retorno aos modelos mais simples de vida, menos consumistas e menos focados em acumulação de riquezas também é evocada por Chesterton como forma de diminuir clássicas diferenças sociais como, por exemplo, no caso dos sexismos, em que o autor se utiliza de exemplos de divisão de trabalho familiar, que eram próprios para a época, e que representavam a importância da interdependência dos membros familiares:

Por que a mulher deveria depender financeiramente do homem?" A resposta para essa pergunta é que, entre as pessoas pobres e práticas, ela (a mulher) não depende, exceto no sentido em que ele (o homem) também depende dela. Um caçador tem de rasgar suas roupas – é preciso que alguém as costure. Um pescador tem de pescar seus peixes – é preciso que alguém os cozinhe. Está bastante claro que essa concepção moderna da mulher como um mero "parasita bonito e pegadiço", um "joguete", etc. surgiu da lúgubre contemplação de algumas ricas famílias de banqueiros, em que o banqueiro ia à cidade e fingia fazer algo, enquanto sua esposa ia ao parque e não fingia fazer nada. (CHESTERTON, 1912)

Hoje, vivemos em uma sociedade na qual muito da desigualdade entre homens e mulheres já foi alterada. Mas, em absoluto, não foi resolvida. Na perspectiva distributista, essa e outras questões não serão resolvidas pela luta entre as classes, mas, antes, pela colaboração. Colaboração entre homens e mulheres, entre pais e filhos, produtores e consumidores.

E qual seria então a proposta distributista para restabelecer as relações saudáveis entre as pessoas, famílias, e comunidades, pulverizando a propriedade privada, diminuindo a fome, o inchaço populacional das cidades e o desemprego? A resposta está no incentivo ao campesinato e na reestruturação das relações produtivas e comerciais de ciclo curto.

Chesterton enfatiza muito a necessidade de incentivo a uma maior quantidade de pequenas e médias propriedades, impulsionando também a ampliação do trabalho artesanal, a regionalização produtiva e a recuperação das relações de confiança. Em outras palavras, a necessidade de melhorar a situação de vida dos camponeses, relacionando a produção com valores humanos e éticos.

No ver distributista, isso não seria difícil, pois é um retorno às condições naturais, sem ser necessário elaborar todo um sistema de leis que regulem como fazer isso:

Não se fazem leis para um campesinato. Faz-se um campesinato; e os camponeses fazem as leis. (...) Quero dizer que o caráter de um campesinato não depende de leis. O caráter de um campesinato depende dos camponeses. Os homens permaneceram lado a lado, por séculos a fio, em suas fazendas separadas e razoavelmente iguais, sem que muitos deles perdessem suas terras, sem que qualquer um deles comprasse a maior parte da terra. Ainda assim, com bastante frequência, não havia qualquer lei impedindo-os de comprarem a maior parte da terra. Os camponeses não podiam comprá-la pois os camponeses não iriam vendê-la. (...) essa forma de igualdade moderada, ao existir, não é apenas uma fórmula legal; é também um fato psicológico e moral. (CHESTERTON, 1926)

Podemos dizer que, de forma semelhante, a Agroecologia busca exatamente os mesmos ideais de campesinato, com características similares, como apontam diversos autores, principalmente os que se ocupam mais da relação entre agricultura familiar e sistemas de base ecológica.

Entre as características do princípio camponês, Van der Ploeg qualifica de mecanismos de conversão alternativos os dispositivos que permitem a camponeses e consumidores, pela reciprocidade, evitar recorrer ao mercado de intercâmbio capitalista, no qual impérios transformam bens e relações em valores de troca. Encontramos mecanismos fundados em relações de reciprocidade simétrica, ajuda mútua, compartilhamento de recursos, que associam à produção ou à circulação de valores materiais, a produção de valores éticos. De outro lado aparecem dispositivos “de conversão” ou de interface que permitem uma articulação entre o sistema de intercâmbio mercantil e o sistema de reciprocidade. É o caso da venda direta de produtos na fazenda ou em feiras de produtores, criando uma relação comercial, mas também física e humana entre produtores e consumidores. Esses fatores qualificam produtos, protegem da concorrência do sistema de intercâmbio capitalista e criam identidade local, territorial ou patrimonial. (PLOEG, 2008)

Em um esforço de compreensão de quem seriam os sujeitos “camponeses”, e associá-los com princípios da agroecologia, Camargo (2007) elaborou uma lista, com 9 Aspectos extraídos de trabalhos, tais como os de MARQUES (2002) e WOORTMANN (1990) e que estão representados na tabela 03:

Tabela 03 - Princípios camponeses associados à agroecologia.

1	Terra, trabalho e família como os valores morais e categorias “nucleantes”, e a honra, a hierarquia e a reciprocidade como princípios organizatórios.
2	Preocupação com o auto-consumo e segurança alimentar da família segundo suas necessidades e desejos. Prevalece o valor de uso sobre o valor de troca.
3	Para prover segurança alimentar à família, promovem a diversificação da produção por meio do uso diferenciado das terras, aproveitando suas especificidades físico-biológicas. A construção de mosaicos produtivos tende a respeitar e beneficiar-se de características e potencialidades dos agroecossistemas locais.
4	Organização do espaço tendo também como premissa a importância da interação de atividades produtivas, com modelos em que resíduos ou produtos podem ser insumos para outras atividades, refletindo na redução da dependência de insumos externos e de riscos.
5	Estabelecimento de relações de vizinhança e reciprocidade entre famílias produtoras que trocam produtos, de origem animal ou vegetal, maquinários e a própria força de trabalho. Ainda que não mensurados monetariamente, tal dinâmica impacta positivamente a contabilidade da produção familiar.
6	Compreensão de co-evolução homem/natureza, quando a organização do espaço rural compreende o uso potencial e de longo prazo das espécies e dos recursos, inclusive aquelas desconhecidas, não visando promover exclusivamente o manejo do que possa resultar em ganho econômico imediato.
7	Contato direto e intenso com o agroecossistema, propiciando que a produção ocorra normalmente em pequena e média escala, viabilizando a compreensão das relações sistêmica naquela localidade. Por outro lado, os limites da propriedade nem sempre coincidem com a área de usufruto de recursos, compartilhando espaços.
8	Mesmo quando subordinados a complexos agroindustriais, os camponeses detêm autonomia para tomar decisões, orientadas também pela racionalidade ecológica, o que os leva a compreender seu agroecossistema como lócus de reprodução da vida e repleta de significados.
9	Sob a racionalidade ecológica, os camponeses apresentam formas diferenciadas de sociabilidades, bem como de relações homem/natureza

Por fim, pode-se dizer que, não só o sistema distributista parece ser o ambiente político e econômico ideal para a aplicação dos princípios agroecológicos, como a Agroecologia, em si, parece funcionar como a ferramenta técnico-científica e modo produtivo prático para o funcionamento do conceito chave do começo do Distributismo - o campesinato.

4 A EXPERIÊNCIA PRÁTICA - METODOLOGIA DA PESQUISA

Da mesma maneira como a Agroecologia é construída, com base em pressupostos teóricos, conhecimentos empíricos elaborados na prática rural e iniciativas de cunho social, pela melhoria das condições de vida, o Distributismo foi pensado e proposto, de forma teórica, para ser um sistema político e econômico que só pode vir a cabo pelo conjunto ampliado de muitas ações práticas e atitudes sociais de retomada de valores humanos.

Assim sendo, também este trabalho foi elaborado em cima de um arcabouço teórico, sendo seguido por uma pesquisa de aproximação com as experiências práticas, tanto produtivas, quanto de pesquisa. Um dos objetivos era observar, em um microambiente, se os pressupostos teóricos e anseios sociais de ambos os paradigmas podem ser verificados e relacionados na prática.

Para tanto, foram realizadas saídas de campo, com visitas a produtores rurais em fase de transição agroecológica, em conjunto com o núcleo de pesquisa e extensão em agroecologia da UFSM (NEA/CVT), participações em dias de formação, proporcionados pela Emater RS e pela UFSM e, por fim, entrevistas com grupos profissionais envolvidos com a temática agroecológica.

4.1 NEA/CVT

O Grupo de Pesquisa em Agroecologia, Agrobiodiversidade e Sustentabilidade Professor José Antônio Costabeber, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), é um projeto aprovado na chamada MCTI / Mapa / MDA / MEC / MPA / CNPq. O mesmo é relacionado à implantação e manutenção de um Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA) e um Centro Vocacional Tecnológico (CVT) na temática.

O NEA/CVT vem desenvolvendo atividades de caráter interdisciplinar, orientadas pelo enfoque agroecológico. Busca a sensibilização e capacitação de agricultores familiares e gestores públicos. Igualmente, pretende qualificar recursos humanos que sejam capazes de aumentar a competência tecnológica e científica, de maneira a ampliar a sustentabilidade e competitividade dos sistemas de produção de base ecológica no Território da Cidadania Central do estado do Rio Grande do

Sul, articulando esforços de pesquisa, ensino e extensão com ações das diversas instituições atuantes no desenvolvimento regional (UFSM, 2014).

O grupo tem como objetivos promover extensão e pesquisa, monitorar a sustentabilidade em propriedades rurais familiares de forma participativa e gerar vínculos entre instituições de ensino e instituições de assistência técnica e extensão. Recebeu seu nome em homenagem ao professor José Antônio Costabeber, falecido em julho de 2013. Além de professor, era engenheiro agrônomo e foi extensionista rural na Emater durante 31 anos, sendo um dos precursores e defensores dos princípios da Agroecologia. Seu legado intelectual é referência obrigatória sobre o tema no Brasil e em outras partes do mundo (UFSM, 2014).

As ações em conjunto com o grupo foram desenvolvidas em municípios do Território da Cidadania Central do RS e, basicamente, consistiram em visitas às propriedades rurais, onde integrantes do grupo fizeram questionários para aplicação dos princípios do indicador de sustentabilidade “*Marco para la Evaluación de Sistemas de Manejo de Recursos Naturales Incorporando Indicadores de Sustentabilidad*” (MESMIS).

Tal indicador é uma ferramenta metodológica que ajuda a avaliar a sustentabilidade de sistemas de gestão de recursos naturais, com ênfase no contexto de camponeses a nível local, fornece uma reflexão crítica para melhorar as chances de sucesso de sistemas de gestão alternativos. É destinado a evitar que a análise simplesmente forneça uma classificação de sistemas de gestão em escalas de sustentabilidade. Também têm o objetivo de ajudar a compreender as limitações e possibilidades de sistemas de gestão e propõe um processo de avaliação participativa que enfatiza a dinâmica de grupo e feedback contínuo da equipa de avaliação (MESMIS, 2016).

4.2 INDIVÍDUOS ENTREVISTADOS E LOCALIZAÇÃO DA PESQUISA

Além das visitas e observações conduzidas junto aos produtores, nas atividades do Núcleo de estudos da UFSM, uma parte essencial da pesquisa foi o conjunto de entrevistas realizadas com os indivíduos. Os entrevistados fazem parte de três grupos profissionais distintos: produtores rurais, extensionistas e professores universitários.

Os locais escolhidos para a coleta dos dados estão intimamente relacionados com os territórios onde ocorrem as atividades de extensão realizadas pelo NEA/CVT. Todos os entrevistados, de alguma forma, estão envolvidos com atividades de produção ou ensino e pesquisa em municípios da região central do Rio Grande do Sul e, de alguma forma, realizam suas atividades em contato com a realidade rural.

4.2.1 A Região Central do Rio Grande do Sul

A coleta de dados da a pesquisa foi realizada na região Central do estado do Rio Grande do Sul. Todas as entrevistas foram conduzidas em municípios da Mesorregião Centro Ocidental Rio Grandense, representada na figura 01. Algumas observações e atividades, além das entrevistas, foram conduzidas no município de Cachoeira do Sul, integrante da área vizinha, ou Mesoregião Centro-Oriental.

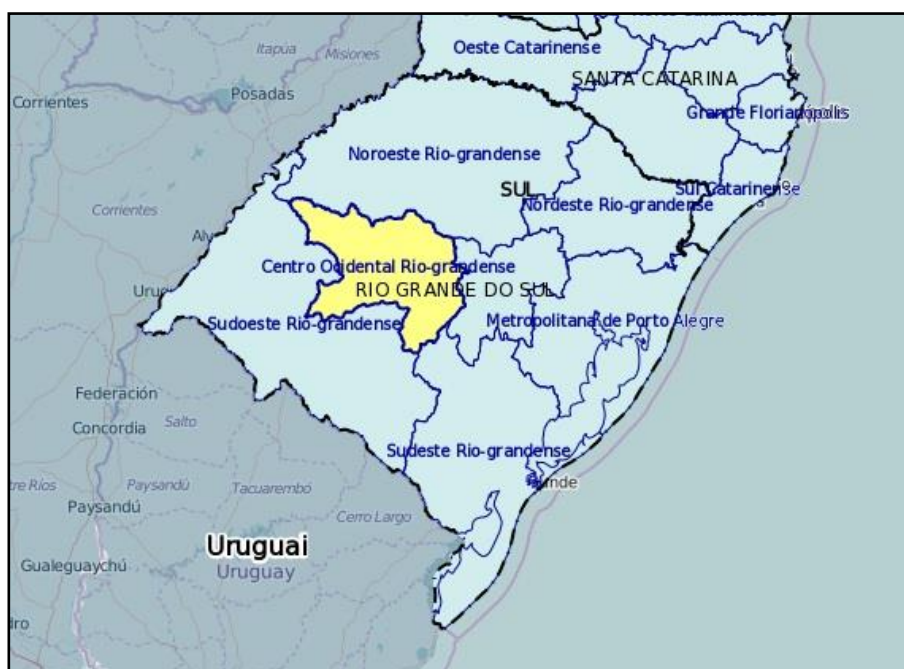


Figura 01 – Mesorregião Centro Ocidental Rio Grandense (Fonte: IBGE).

Estas mesorregiões são integrantes do Território da Cidadania da Região Central - RS, que abrange uma área de 32.457,00 Km². A população total do território é de 647.823 habitantes, dos quais 125.974 vivem na área rural, o que corresponde a 19,45% do total. Possui 31.965 estabelecimentos de agricultura familiar (envolvendo o trabalho de 81379 pessoas), 1.250 famílias assentadas e 10 comunidades quilombolas e seu IDH médio é 0,81.

É composto por 34 municípios: Tupanciretã, Unistalda, Vila Nova do Sul, Itaara, Ivorá, Jaguari, Júlio de Castilhos, Novo Cabrais, Paraíso do Sul, Pinhal Grande, Restinga Seca, Santa Maria, São Francisco de Assis, São Pedro do Sul, São Sepé, São Vicente do Sul, Toropi, Agudo, Cacequi, Cachoeira do Sul, Capão do Cipó, Dilermando de Aguiar, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Jari, Mata, Nova Esperança do Sul, Nova Palma, Quevedos, Santiago, São João do Polêsine, São Martinho da Serra e Silveira Martins (MDA, 2016).

4.2.2 Produtores rurais em processo de transição agroecológica

Os produtores entrevistados possuem suas propriedades nos municípios de Agudo, Júlio de Castilhos, Santa Maria e Santiago, conforme representado na figura 02.

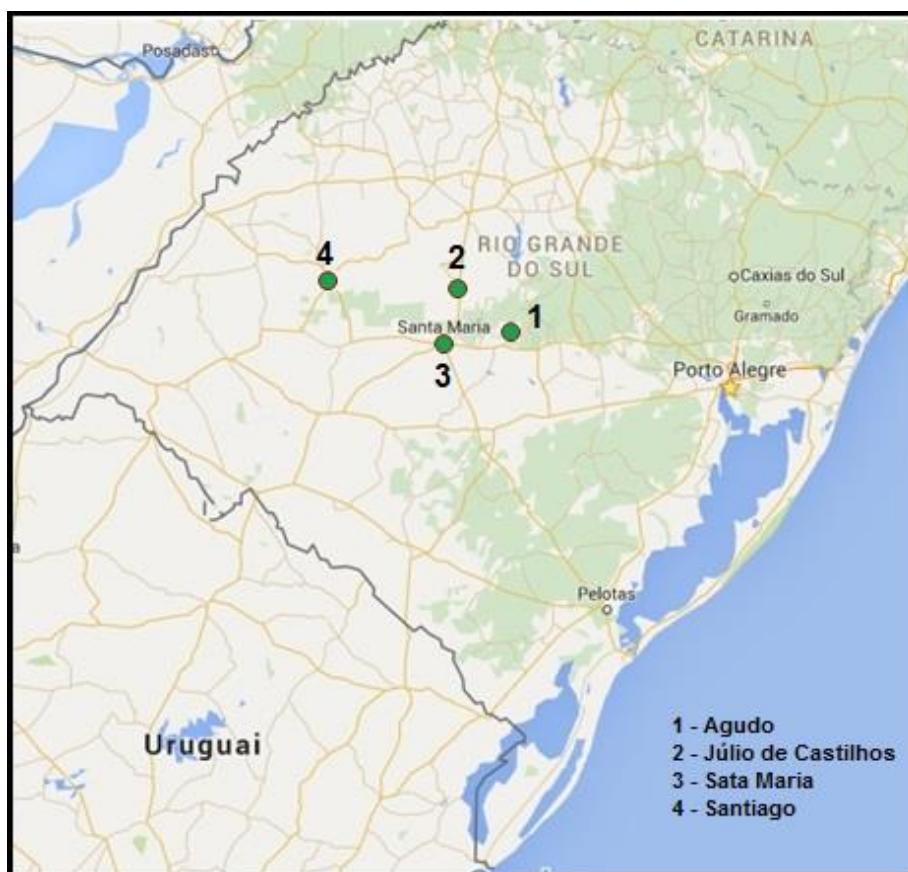


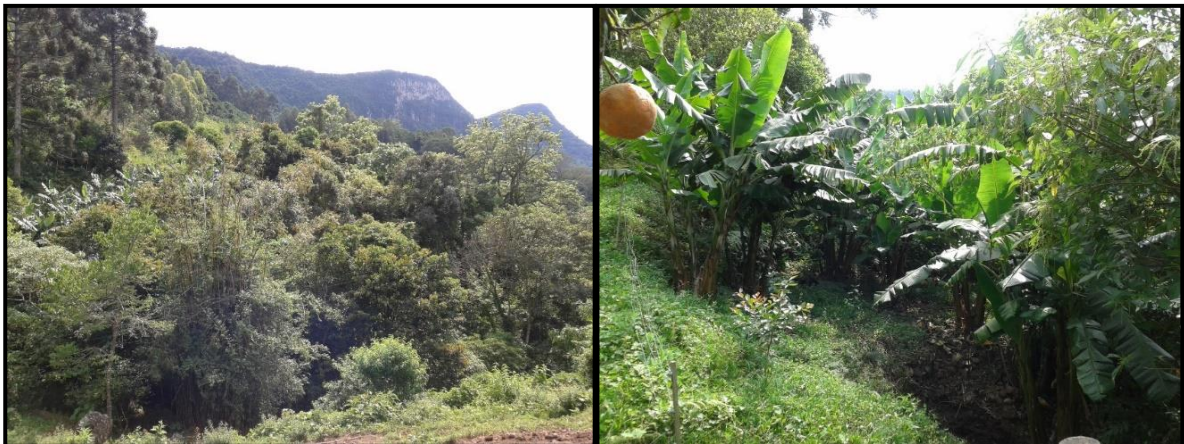
Figura 02 - Municípios onde residem os produtores entrevistados.

As propriedades incluídas no trabalho de pesquisa estão em processo de transição agroecológica, sendo que, em três delas (uma em Júlio de Castilhos e duas

em Santa Maria), os proprietários já iniciaram as atividades em sistemas de base ecológica, enquanto nas três demais (uma em Agudo, uma em Santiago e uma em Santa Maria), as atividades enquadravam-se nos moldes convencionais, mas estão sendo alteradas para sistemas ecológicos. Nas figuras 03 a 08 pode-se ver imagens das propriedades, exemplificando algumas atividades realizadas.



Figuras 03 e 04 - Horta orgânica e fruticultura em propriedade pesquisada.



Figuras 05 e 06 - Ágrofloresta em propriedade pesquisada.



Figuras 07 e 08 - Pastoreio Racional Voisin (PRV) em propriedade pesquisada.

4.2.3 Extensionistas

Os cinco extensionistas entrevistados são todos vinculados à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Rio Grande do Sul (Emater RS), exercendo suas atividades nos municípios de Agudo, Jaguari, Santa Maria, Santiago e São João do Polêsine, como pode ser visto na Figura 09.

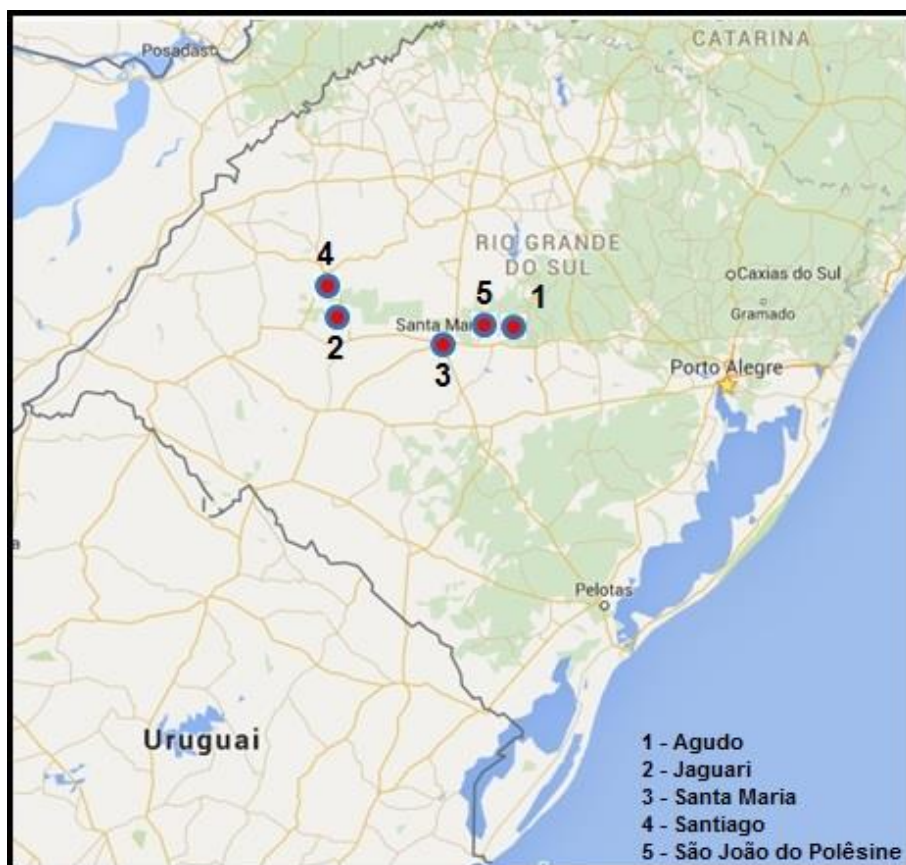


Figura 09 - Municípios onde trabalham os técnicos entrevistados.

Entre os objetivos do trabalho estava a obtenção de informações de diferentes pontos de vista. Para tanto, procurou-se entrar em contato também com profissionais que trabalham com extensão rural e, portanto, possuem uma visão ampla, que inclui diversos produtores. Além disso, exercem um papel de ligação entre pesquisa e ensino e a produção na prática, observando como teorias podem ser aplicadas, se funcionam e como estão sendo entendidas e trabalhadas.

Para acessar essas informações, entrevistas foram conduzidas de forma individual com técnicos dos municípios listados anteriormente e também pela

observação e participação em atividades de campo conduzidas pela Emater em propriedades assistidas, como a que é mostrada na figura 10.



Figura 10 – Atividade da Emater RS e RS Biodiversidade, com produtores, sobre atividades agrícolas e pecuárias no âmbito da Agroecologia.

4.2.4 Professores da UFSM

Também como parte da coleta de amplo espectro de informações sobre a Agroecologia, e outros pontos referentes ao meio rural, com suas atividades e motivações, foram conduzidas entrevistas com professores universitários.

O objetivo foi incluir e comparar conceitos, teorias e análises, partindo das entrevistas realizadas e de ideias elaboradas com relação aos processos de adesão a modelos de base ecológica.

Os professores entrevistados durante os procedimentos da pesquisa são todos docentes da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), todos com doutoramento e com formação e atividades de ensino relacionadas às ciências rurais, como é possível observar na tabela 04.

Tabela 04 – Formação e área de atuação dos professores entrevistados.

PROFESSOR	GRADUAÇÃO	DEPARTAMENTO
1	Agronomia	Defesa Fitossanitária
2	Veterinária	Extensão Rural e Educação Agrícola
3	Agronomia	Extensão Rural e Educação Agrícola
4	Agronomia	Tecnologia e Ciência dos Alimentos
5	Agronomia	Fitotecnia

4.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS

Para a pesquisa foram aplicados princípios de ação qualitativa e quantitativa. Qualitativa porque foi trabalhada uma série de informações que não podem ser medidas, mas passíveis de interpretação, podendo ser atribuídos significados a esses conhecimentos. Quantitativa, porque para alcançar alguns objetivos específicos, foi necessária a identificação, classificação e análise de dados, expressando do em números as informações coletadas.

O método foi o estudo de caso, estruturado a partir de entrevistas e questionários, baseados em roteiros semiestruturados, com perguntas referentes a eixos de interesse da pesquisa. Conforme Triviños (1987), a entrevista com roteiro semiestruturado parte de questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses de interesse da pesquisa, oferecendo amplo campo de interrogativas, surgidas das respostas do informante que, seguindo a linha do seu pensamento e experiências dentro do foco principal, colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. Assim sendo, o trabalho foi conduzido de forma aberta, pois as concepções foram se integrando e as informações gerando novas ideias.

Ao conceber o processo de pesquisa como esse mosaico, que descreve um fenômeno complexo, a ser compreendido, é fácil entender que as peças individuais representem um espectro de métodos e técnicas, que precisam estar abertas a novas ideias, perguntas e dados. Ao mesmo tempo, a diversidade nas peças deste mosaico inclui perguntas fechadas e abertas, implica em passos predeterminados e

abertos, utiliza procedimentos qualitativos e quantitativos (FLICK et al., 2000; GUNTHER, 2006).

O trabalho também pode ser enquadrado como um estudo exploratório e descritivo. Exploratório, pois tem a finalidade de desenvolver e modificar conceitos e ideias, com vistas à formulação de problemas mais precisos, com o objetivo de proporcionar visão geral acerca de determinado fato. Descritivo, pois descreve as características de determinada população ou fenômeno enquanto explora o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 1985), buscando a resolução de problemas, melhorando práticas por meio de observação, análise e descrições objetivas, através de entrevistas e validação de conteúdos (THOMAS et al, 2007).

Para a captação de informações, os indivíduos participaram de entrevista semi-estruturada, por meio de questionário que apresenta a mesma temática e, basicamente, as mesmas perguntas, com pequenas alterações para adaptação à realidade de cada grupo, ou seja, produtores, extensionistas e professores, como pode ser visto nos apêndices 01, 02 e 03.

Além das entrevistas, uma gama das informações e experiências coletadas na pesquisa e que deram origem aos temas abordados, foram obtidas por meio de atividades desenvolvidas em conjunto com o NEA / CVT.

As análises estatísticas para detecção de diferenças significativas entre os resultados de cada grupo foram conduzidas utilizando o Teste Exato de Fischer, indicado quando o tamanho das amostras independentes é pequeno e necessita-se determinar a probabilidade exata de ocorrência de uma frequência observada, ou de valores mais extremos (GUIMARÃES, 2001).

Os gráficos apresentados, por sua vez, foram elaborados com a ferramenta Excel, do Microsoft Office.

5 DIMENSÕES DO DEBATE NA REGIÃO CENTRAL DO RS

Neste capítulo são apresentados e discutidos os resultados das entrevistas com produtores, extensionistas e professores, sendo discutidas as relações entre essas atividades realizadas na região central do estado e as concepções agroecológicas, demonstrando, pela análise de uma microrregião, que o Distributismo pode ser aplicado e relacionado com o paradigma da Agroecologia.

O conjunto de informações obtidas e atividades acompanhadas permitiram, com base nas realidades das áreas estudadas, reflexões acerca dos métodos produtivos atuais, dos anseios, objetivos e dificuldades dos produtores, das observações e práticas dos extensionistas, e das experiências e estudos de educadores da área.

Foi realizado um apanhado de características familiares, sociais e de formação, de motivações e opiniões dos participantes acerca das atividades, objetivos, dificuldades e limitações, bem como conceitos sobre a temática. Os dados são apresentados, então, em três subgrupos principais: 1 - Dados gerais (contendo as informações básicas sobre trabalho, família e formação, 2 - Motivações e incentivos para a transição (buscando motivos que levam os produtores a migrarem para modelos de base ecológica) e 3 - Bloco conceitual (onde os entrevistados elaboraram conceitos sobre a dinâmica que envolve a Agroecologia e sua relação com o rural).

5.1 DADOS GERAIS DE PRODUTORES RURAIS, EXTENSIONISTAS E PROFESSORES

Como foi dito, seis propriedades rurais, em processo de transição agroecológica, foram acompanhadas e tiveram algum de seus proprietários entrevistado. Além destes, cinco técnicos extensionistas e cinco professores foram submetidos aos questionamentos e deram seus pareceres.

Inicialmente, alguns dados pessoais foram coletados dos indivíduos, mediante questionário. Alguns destes dados foram omitidos, a fim de proteger a privacidade dos entrevistados. As demais informações, que não os revelam, mas podem contribuir no entendimento de posicionamentos e opiniões, são apresentados na tabela 05.

Tabela 05 - Dados gerais dos participantes (profissão, sexo e escolaridade).

INDIVÍDUO	GRUPO	SEXO	ESCOLARIDADE
1	Produtor	M	Magistério
2	Produtor	M	Curso técnico
3	Produtor	M	Ens. Fundamental Incompleto
4	Produtor	F	Ens. Fundamental Incompleto (não alfabetizada)
5	Produtor	F	Curso superior
6	Produtor	M	Curso técnico
7	Extensionista	M	Curso superior e especialização
8	Extensionista	M	Curso superior
9	Extensionista	M	Curso técnico
10	Extensionista	F	Curso superior
11	Extensionista	M	Curso superior
12	Professor	F	Curso Superior e Ph.D.
13	Professor	M	Curso superior e doutorado
14	Professor	F	Curso superior e doutorado
15	Professor	F	Curso superior e doutorado
16	Professor	M	Curso Superior e Ph.D.

A primeira análise interessante a ser feita diz respeito ao fato de que, nesta amostra, existiu uma boa diversidade de características dos atores, não havendo diferença significativa entre o número de mulheres e homens. Também diversos níveis de escolaridade foram contemplados nas visitas, sendo possível coletar informações a partir das mais diferentes visões de mundo e de diferentes categorias de saber, não ficando restritos ao saber acadêmico ou ao conhecimento apenas empírico.

5.1.1 Interação com o meio rural

No quesito “interação dos participantes com o meio rural”, foi possível verificar que todos os produtores provinham de famílias que viviam e trabalhavam no meio rural. Entretanto, no quesito relação do próprio entrevistado com o meio, metade dos entrevistados, além de provenientes de família rural, sempre se mantiveram em atividades rurais, enquanto a outra metade dos produtores é constituída de oriundos

de família rural, tendo trabalhado na infância e adolescência com essas atividades, mas indo, posteriormente, viver e trabalhar no meio urbano.

Em se tratando dos extensionistas, o panorama é um pouco diferente. Três indivíduos são oriundos de família rural e trabalharam neste meio na infância e adolescência até migrarem para o meio urbano, possuindo hoje acesso a propriedades rurais através do trabalho ou por meio de familiares. Um deles, na infância, morou no interior, mas não trabalhou no meio rural, enquanto também um teve contato com o meio rural através de parentes, visitas, e atividades profissionais depois de formado.

Neste mesmo âmbito, professores também falaram sobre sua relação com o meio. Três deles provém de família rural, trabalharam quando crianças e adolescentes, até irem para o meio urbano e hoje possuem acesso a propriedades rurais, enquanto os demais têm contato com o meio rural através de parentes, visitas, e atividades de trabalho.

Os dados de interação de cada entrevistado, no quesito “atividades profissionais”, relacionadas aos meios rural e urbano foram agrupados para comparação e estão apresentados na figura 11. Por meio destes dados, pode-se verificar que os entrevistados possuem, em sua maioria, boa gama de conhecimentos de ambos os meios, tanto urbano quanto rural, ou seja, não possuem uma percepção restrita a apenas uma visão de mundo.

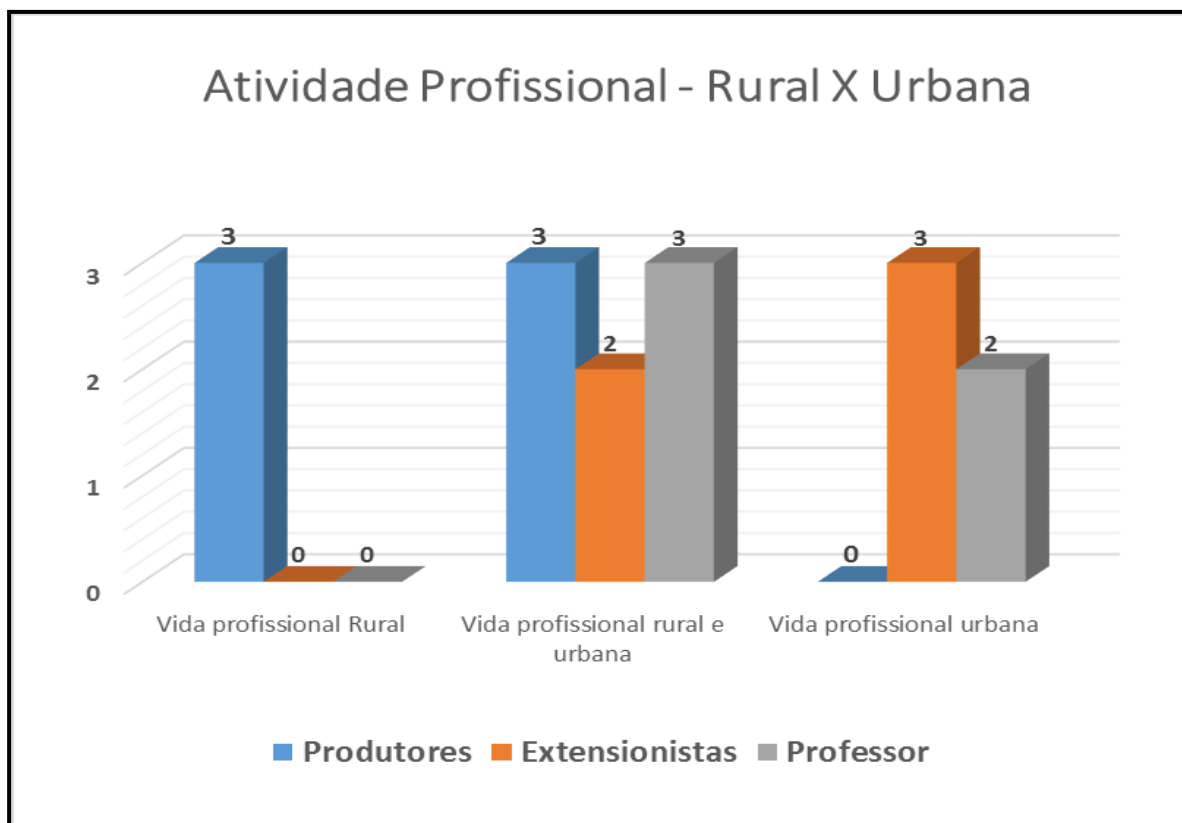


Figura 11 – Trajetória profissional dos entrevistados, em relação aos meios rural e urbano.

5.1.2 Obtenção da propriedade

A forma de obtenção das propriedades também se apresentou bem diversificada, o que possibilitou opiniões de pessoas convivendo com diferentes perspectivas econômicas e de posse com relação às terras utilizadas.

Das propriedades estudadas, duas foram adquiridas por meio de compra, enquanto os demais produtores obtiveram o uso das terras, cada um de uma forma diferente, sendo um por herança, outro assentamento, um arrenda uma propriedade da família, enquanto o último trabalha na propriedade do pai, em conjunto com os pais.

5.2 MOTIVAÇÕES E INCENTIVOS PARA A TRANSIÇÃO

5.2.1 Interesse pela diversidade de atividades

Quando questionados sobre a possibilidade e desejo de trabalhar com apenas um tipo de atividade, podendo manter o mesmo padrão social e qualidade de vida,

quatro responderam não considerar possível, pois têm interesse na diversificação. Um dos entrevistados informou não considerar possível manter o mesmo padrão, mas, se fosse possível, gostaria e um destes produtores já obtém sua renda de uma atividade principal, no caso a produção leiteira. Na figura 12 observa-se um gráfico comparando o interesse em trabalhar com diversidade de produtos, nas opiniões dos produtores.



Figura 12 – Interesse dos produtores na diversidade de atividades produtivas.

A base da Agroecologia, como vimos, é o agroecossistema, definido como sistema funcional de relações e complementaridade entre organismos vivos e seu meio ambiente, no tempo e espaço, mantendo um equilíbrio estável, mas dinâmico. A Agroecologia permite uma análise de entradas e saídas de um ecossistema agrícola. O produtor precisa pensar mais no enredo ecossistêmico para entender o que vem de dentro de sua fazenda ou de fora e suas relações. Para tanto, propõe-se quatro componentes principais de estudo da sustentabilidade dos agroecossistemas: os fluxos de energia, a ciclagem dos nutrientes; os mecanismos de regulação populacional e o equilíbrio dinâmico do sistema (FRANCIS et al., 2003).

A maior parte dos produtores entrevistados está trabalhando com base ecológica por interesse na diversificação. Possuem um bom entendimento da questão ecossistêmica e da importância desse equilíbrio. Foi possível observar que

gostavam da ampla diversidade de atividades. Obviamente esse interesse não estava apenas no gosto pela diversificação em si, pois alguns salientaram que assim obtinham mais ganhos e podiam ficar mais seguros de não ter prejuízos no caso de problemas na produção de algum dos produtos. Além disso, todos os produtores se alimentam também da própria produção, o que os leva a aumentar o número de itens trabalhados na propriedade

Um dos produtores indicou, especificamente, que não cultivava somente um produto por achar que não é lucrativo, mas apontou que existe boa quantidade de consumidores interessados nos produtos e que, se não os vende, aproveita na propriedade.

Com efeito, Chesterton fala sobre esse retorno à satisfação de produzir seu próprio alimento e poder comercializar com vizinhos, esse retorno ao contato direto com o todo, ou fuga da monotonia de viver de uma atividade só. Ele lembra, em suas obras, que as atividades do camponês, mesmo em períodos em que não sejam capazes de gerar muita riqueza, sempre são capazes de garantir a sobrevivência, alimentar, diminuir gastos, principalmente em casos de variadas atividades produtivas. O autor chega a usar uma comparação interessante, quando afirma que, na perspectiva distributista:

Viver na terra era algo bastante diferente do que apenas arrancar coisas dela (...) É óbvio que a maioria dos argumentos sobre o inevitável fracasso de se vender nabos em *Sussex* são argumentos sobre seu fracasso em vendê-los, não sobre seu fracasso em comê-los. (CHESTERTON, 2016)

Extensionistas e professores, por sua vez, foram questionados de maneira um pouco diferente. Foi-lhes perguntado se optariam em trocar sua atividade atual e trabalhar em atividade rural, caso pudessem manter o mesmo padrão de vida. A maioria dos extensionistas (3) respondeu que optaria e que isso é um plano para o futuro, ou seja, não o fazem agora porque pretendem garantir uma situação econômica favorável. Um dos demais (1) afirmou que optaria, mas teme alguns problemas, como obtenção de terra, manutenção de uma renda fixa e dificuldades na obtenção de mão de obra na propriedade. Apenas um dos extensionistas afirmou que isso é um plano para o futuro, mas que atualmente não trocaria, pois tem um senso de dever e consciência, achando que pode ajudar outros produtores por meio da extensão e gosta de trabalhar nesse meio.

Os professores, quando confrontados com a mesma pergunta, informaram menores intenções de troca de atividades no momento presente. Quatro (4) docentes informaram que não trocariam. Todos disseram gostar de atividades no campo, mas cada um apresentou diferentes motivos para não ir para o meio rural: 1 - quer garantia de salário, gosta da profissão e gostaria de conciliar as atividades; 2 - considera o trabalho rural pesado, com falta de reconhecimento, pouca chance de crescimento e pouco tempo livre; 3 – considera difícil adquirir terras, deseja ficar próximo aos filhos (que vivem na cidade) e se diz acostumado ao meio urbano; 4 - sensação de dever, pois acha justo e gosta de trabalhar na formação de alunos, além de indicar a questão da idade mais avançada. Apenas um dos professores indicou que trocaria, hoje em dia, sua atividade, justificando que optou pela carreira acadêmica apenas pela estabilidade profissional.

Como visto, os principais impedimentos para o retorno ao rural, para extensionistas e professores, são de cunho econômico. Apresentam uma desconfiança em relação à estabilidade profissional nas atividades rurais. A maioria indica que não troca de atividade porque precisa de garantias ou porque gostaria de conciliar suas atividades, o que vem ao encontro também do interesse por diversidade de atividades.

5.2.2 Sucessão familiar

Um ponto chave da questão de estudo, tanto do ponto de vista da agroecologia e agricultura familiar camponesa, como do viés da teoria distributista é a questão da família e sua sucessão.

Essa temática vem preocupando muitos camponeses e ocupando muitos pesquisadores sociais. Quando focalizamos a juventude rural nessa perspectiva, dois pontos são extremamente recorrentes: a tendência emigratória dos jovens, (em parte justificada pela visão negativa da atividade agrícola e dos benefícios por ela propiciados) e as características ou problemas na transferência dos estabelecimentos agrícolas à nova geração (BRUMER, 2007)

Na perspectiva agroecológica defende-se que essa tendência não é necessariamente estática, podendo ser alterada com práticas mais corretas ambientalmente e economicamente viáveis. Também os distributistas defendem que a permanência nas atividades campesinas, aliada às necessárias mudanças na

forma de produzir e comercializar, mas, sobretudo, no reforço da importância das relações familiares, alterariam essa lógica.

Assim sendo, todos os entrevistados foram questionados com relação a essa problemática delicada, sendo que, para os produtores, foi questionado se tinham preocupação com a sucessão, enquanto extensionistas e professores foram questionados sobre como esse problema é encarado pelos produtores em geral. A pergunta foi feita de maneira aberta e os entrevistados foram elencando opiniões e pontos sobre a temática. Os resultados obtidos demonstraram conclusões diferentes entre opiniões dos indivíduos dos grupos.

As respostas dos produtores podem ser observadas na figura 13, que apresenta um gráfico com os principais pontos citados.

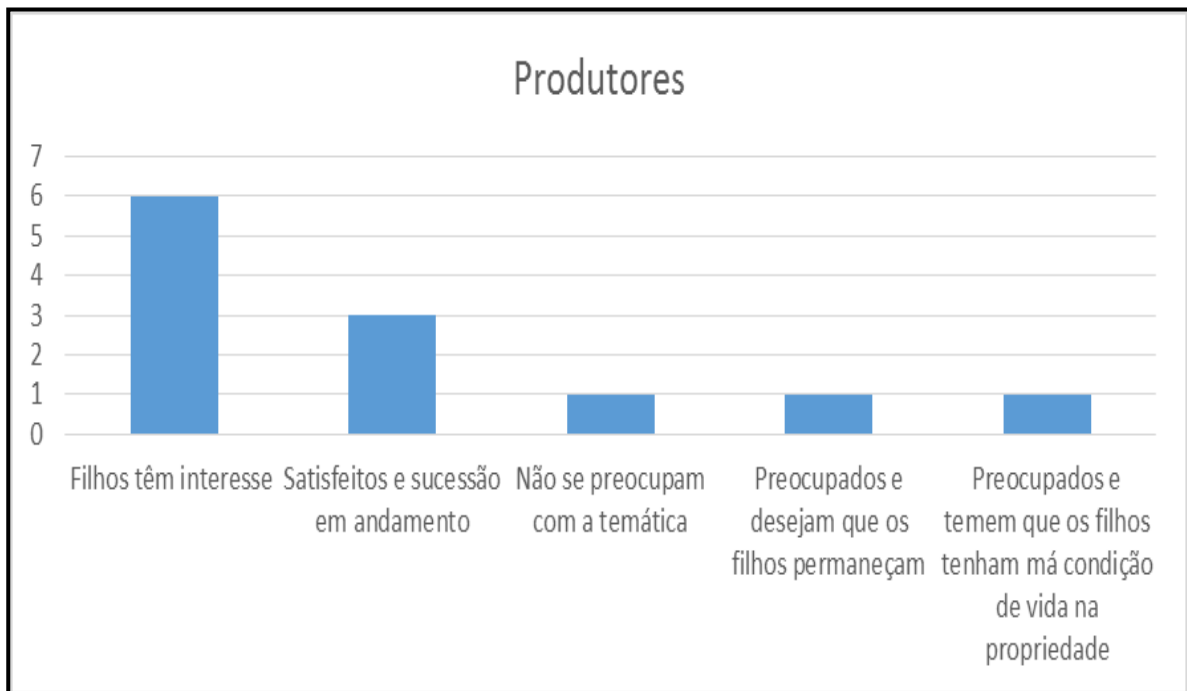


Figura 13 - Relação dos produtores com a sucessão familiar na propriedade.

As respostas dadas pelos professores também puderam ser agrupadas em tópicos, surgidos das conversas, e refletem as conclusões dos docentes. Tais opiniões são embasadas na experiência de vida e das relações com produtores e alunos e estão apresentadas na figura 14.

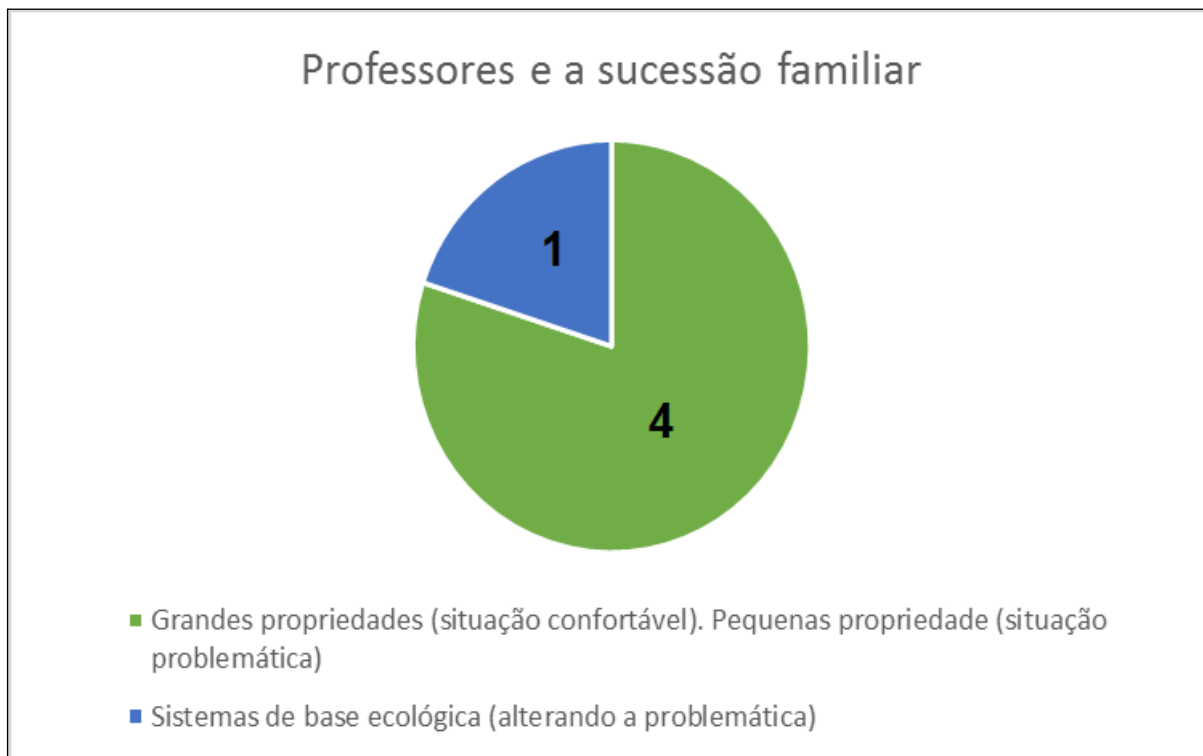


Figura 14 - Conclusões dos professores acerca da sucessão familiar no meio rural.

No caso dos extensionistas, não foi possível agrupar respostas. Dissertaram sobre a situação geral dos produtores do seu município, com os quais mantêm contato e prestam serviços. Os conceitos dados pelos entrevistados, sobre a situação geral e algumas comparações entre diferentes modelos produtivos, foram listados e apresentados, de forma sistemática, na tabela 06.

Tabela 06 – A sucessão familiar na visão dos extensionistas.

EXTENSIONISTA	SUCESSÃO FAMILIAR
1	<ul style="list-style-type: none"> - Possuem exemplos de produtores do município cujos filhos retornam à propriedade para auxiliar, não todos - Alguns produtores têm filhos pequenos e a valorização dos produtores e consumidores pode ser atrativo para essas gerações
2	<ul style="list-style-type: none"> - Sim, todos se preocupam - Não fazem muita coisa - A maioria quer que os filhos estudem e saiam.
3	<ul style="list-style-type: none"> - Ainda não formada a ideia da agricultura como futuro - Melhorando um pouco a percepção, devido à internet e facilidade de comunicações - Pessoas do meio urbano estão se aproximando mais do mundo rural que os filhos dos agricultores
4	<ul style="list-style-type: none"> - Ocorre um êxodo rural velado, estão vendendo as propriedades e indo para a cidade - Os jovens estão saindo - Um problema no município - Vários dos jovens que ficam são filhos de arroteiros convencionais.
5	<ul style="list-style-type: none"> - Produtores em transição desejam que os filhos fiquem - Há casos de retorno dos filhos às propriedades - A Juventude só fica no meio rural se diminuir a quantidade de serviço, sofrimento e se melhorar as condições de renda.

Pela análise das respostas, é fácil perceber que a problemática da sucessão está também presente na área estuda, como era esperado. Entretanto, os princípios agroecológicos vêm funcionando como ferramenta de mudança dessa situação, em diversos casos, como apontado pelos próprios produtores e por alguns docentes e extensionistas. Chama muito a atenção o fato de todos os produtores indicarem que seus filhos têm interesse em continuar o trabalho das propriedades, sendo que alguns já estão inseridos, fato esse que, na maioria dos casos, os deixa felizes.

Pode-se inferir então que, de forma geral, é desejo dos jovens continuar nas propriedades de suas famílias mas, principalmente por dificuldades econômicas, por falta de ligação afetiva com a atividade ou pela dificuldade de inserir novas ideias e técnicas, acabam se afastando, abandonando as atividades e migrando para as

idades. Um dos extensionistas, dialogando sobre a sucessão entre os produtores, chegou mesmo a revelar:

“Todo agricultor, todo pai, gostaria que seu filho ficasse junto com ele. Se tu tens uma empresa, tu gostarias que teu filho fosse teu sócio no futuro. Tu tens lá uma propriedade agrícola, o teu sonho é que teu filho continuasse, tocasse ela. Mas, tocasse com que? Com qualidade de vida, com renda, com condições de se desenvolver. E boa parte dos filhos gostaria de ficar no interior. Eu nasci no interior, eu sei disso.”

É importante salientar que a maioria dos produtores apontou que as atividades de base ecológica, em si, chamam a atenção dos filhos que, em alguns casos, mesmo sendo muito jovens, começam a ter interesse e demonstrar vontade de permanecer na propriedade. Uma das produtoras, de quem o filho mais jovem já trabalha na propriedade (decidiu concluir o ensino superior e fazer carreira no meio rural), afirmou que a filha e o genro, que moram na capital, estão encerrando suas atividades na cidade e em processo de mudança para a propriedade, para viver da terra.

A condição camponesa e da agricultura familiar, nos princípios da Agroecologia, propicia o ambiente para diminuir os problemas da sucessão, para fortalecer laços familiares e aproximar as pessoas, diminuindo o desemprego nas cidades e a problemática da falta de mão de obra no campo.

Chesterton foi muito enfático nesse resgate dos valores familiares. A colaboração e amor entre os integrantes da família é muito importante, assim como a ligação com o lugar onde vivem. A Agroecologia parece funcionar como ponte para reaproximação de pessoas e mudança da visão produtiva como mera atividade econômica, criando fortes vínculos e diminuindo impulsos individualistas e consumistas:

A família é a fábrica que produz a humanidade, e o inimigo do amor e da família é o próprio EU. O individualismo é uma ilusão de adolescente. Alguém declara seu amor e pede em casamento a mulher amada propondo-lhe se ela quer ajudá-lo a livrá-lo de si mesmo (CHESTERTON, 1994).

Esse resgate e fortalecimento de laços com a terra e dos valores familiares, trabalhando e reafirmando a importância de produzir juntos, emerge como importante caminho para resolver a questão da permanência no meio rural e também

da sucessão familiar. Vemos isso em algumas falas dos produtores, como uma que afirmou:

“Nós somos os camponeses mesmo, a gente botou a camiseta e vai usar, como eu sempre digo: até que eu morra eu vou usar “ser camponesa”.

Com essa efetiva aproximação e valorização familiar, até mesmo as práticas ecológicas podem chegar até aos produtores por meio de seus filhos. Quando pais e filhos se respeitam e possuem boa convivência, podem se ajudar. Uma das propriedades estudadas evidenciou claramente este fato, pois o início das práticas de base ecológica se deu porque um dos filhos, estudando na cidade, entrou em contato com a temática e foi introduzindo-a na propriedade. Hoje a condição da família está muito melhor, com aumento da renda, diminuição do volume de trabalho, além do filho estar trabalhando com os familiares.

Tal questão também encontrou respaldo na fala de um dos professores, que afirmou, categoricamente, enquanto falava sobre meios eficazes para conduzir às mudanças na forma de pensar nosso sistema de produção rural:

“Isso vem pela educação dos filhos. Eu tenho que mexer com esse cara lá fora, que já está em outro patamar, teve outra formação, em outro jeito, através do filho dele, que vai chegar para administrar a propriedade. Eu não vejo outro jeito. (...) Eu também participo dessa ideia: a coisa é gradativa, educacional.”

5.2.3 Formação para as atividades

Dentre vários detalhes observados durante as visitas, destaca-se também a influência que o nível de formação e conhecimento das temáticas rurais, ambientais e agroecológicas, entre outras, exercem sobre as decisões e práticas adotadas.

Os participantes foram questionados sobre como era sua formação e acesso a cursos. Neste caso observou-se a influência e importância de entidades como a Emater, bem como grupos e associações, pois três dos produtores informaram que obtém sua atualização através de reuniões e formações via Emater, enquanto um deles por meio de reuniões e formações da associação de assentados, ligados ao MST. Os dois restantes fizeram formações no passado, mas agora estão mais engajados nas atividades do trabalho e um pouco mais afastados das formações.

Estes dois últimos não ressaltaram as atividades da Emater, obtendo sua formação passada através da prefeitura, UFSM, entre outros órgãos de ensino e ONGs.

Os extensionistas indicaram também uma formação mais ou menos continuada. Dois deles informaram que fizeram cursos e atualizações e continuam fazendo. Também dois informaram que não fizeram cursos sobre a temática, conhecendo mais por estudos particulares e autodidatas. Finalmente, um deles relatou já ter participado de cursos, mas que atualmente não está podendo, apenas aprendendo de forma experimental e com os produtores.

Quando questionados sobre o mesmo ponto, três professores responderam que têm participado de congressos e palestras em geral, enquanto os dois outros disseram que não estão podendo, devido ao tempo, mas já participaram.

5.2.4 Utilização de formação superior nas atividades

Complementando a questão anterior, os produtores foram interpelados sobre a utilização de suas formações acadêmicas, ou de familiares, na aplicação de atividades nas propriedades, ou seja, se utilizavam conhecimentos de nível superior em suas atividades e, em caso positivo, como. O conjunto de respostas é apresentado na figura 15.



Figura 15 - Utilização, por parte dos produtores, de conhecimentos de nível superior.

Pelo conjunto de respostas, vemos que não é necessária formação acadêmica para levar a cabo, com êxito, os pressupostos da Agroecologia. No entanto, a maior parte dos entrevistados afirmou usar os conhecimentos acadêmicos de sua formação ou de familiares para atividades do dia a dia, como medicina familiar, nutrição e cuidados veterinários. Estes conhecimentos são, muitas vezes, combinados com os empíricos e tradicionais e utilizados para a melhoria das atividades e da vida dos moradores.

Ainda dois entrevistados indicaram usar seus conhecimentos nas questões administrativas da propriedade, sendo que uma das produtoras respondeu:

“A gente pegou conhecimento do meu esposo que era gerente de loja, do meu na área de marketing, do meu filho na área de administração, e aí tu trata a tua propriedade como se fosse uma empresa, tu tens um empreendedorismo, o que é muito falado ultimamente. Então tu tens que ter esse conhecimento pra ter visão de negócio.”

É importante perceber como os conhecimentos parecem ser utilizados juntos, na dinâmica da propriedade. Saberes empíricos e acadêmicos são somados e se complementam, não havendo uma hegemonia de “pacotes fechados” produtivos, mas também não há uma negação dos conhecimentos adquiridos na academia. Pelos

dados dos produtores, vimos que existem vários níveis de escolaridade entre eles e também que, de forma geral, buscam formação para as atividades e suas vidas, procurando integrar esses conhecimentos.

Esses dados vêm ao encontro do que afirma Gomes (1999), quando diz que as bases epistemológicas da Agroecologia não devem se apoiar no simples rechaço e tampouco na adoração à ciência. Seria preciso rechaçar o cientificismo, promovendo uma ciência comprometida com a sociedade e com suas necessidades. Articulação crítica entre conhecimento científico e saberes populares, implica em enfrentar a alienação e a ignorância alojadas na cultura popular e as distorções e reducionismo do conhecimento científico. Não se pode admitir nem o conhecimento científico como instrumento de dominação nem a valorização condescendente e paternalista do saber popular. Estas bases, construídas no pluralismo metodológico e epistemológico, entretanto, não significam nem a abolição do procedimento rigoroso e sistemático nem produção de conhecimento de segunda categoria.

Observa-se que os produtores que estão se enquadrando nessas perspectivas possuem maior controle de suas atividades. Somando essa ideia de aplicação de variados conhecimentos à boa receptividade com novos conhecimentos e observando-se a melhoria nas condições de vida de quem está optando pela transição, percebe-se os frutos das oportunidades e liberdade proporcionadas aos indivíduos que buscam agir corretamente, livres de conflitos ideológicos mal orientados. Esse panorama parece conduzir a avanços significativos, a exemplo da citação:

Uma nação de camponeses e artesãos, cuja riqueza se baseia em suas ferramentas, na sua habilidade e em seus materiais, pode rir dos patrões, dos especuladores e dos políticos. É uma nação livre e sem medo. O assalariado, por mais importante que seja seu trabalho e por maior que seja sua habilidade, está nas mãos dos exploradores que são donos daquilo pelo qual ele vive. (CHESTERTON, 1935)

5.2.5. Características da propriedade ou do trabalho antes da transição

Para efeito de comparação, os participantes foram questionados sobre como era sua forma de produção anteriormente e por quais motivos trabalhavam assim. Do universo estudado, três produtores já iniciaram suas propriedades com ideias de base ecológica, embora já tenham trabalhado com outros sistemas no passado. Dois

deles indicaram que a propriedade, anteriormente, era conduzida aos moldes ditos convencionais. Um dos produtores indicou uma situação intermediária, pois sua propriedade era de produção extensiva de leite, sendo que não estava incluída nos moldes produtivos de alta performance, mas também não tinha uma visão agroecológica ou orgânica de produção.

5.2.6. Razões, vantagens e limitantes do processo de transição

Neste ponto, começam a ter mais destaque as questões sociais, econômicas e ideológicas da transição. Ao serem questionados sobre os motivos de mudar de sistemas, os produtores elencaram alguns livremente que, posteriormente, foram enquadrados em 5 eixos principais: 1 - Quesitos financeiros e de renda, onde se encontram motivos relacionados à procura por emprego, aumento da renda, entre outros; 2 - Questões de saúde e qualidade de vida, relacionadas tanto à produção sem agroquímicos, quanto ao consumo de produtos saudáveis; 3 - Questões de tradição e de gosto pela atividade; 4 - influência da mídia, propagandas e 5 - Sugestão da Emater, para melhora nas condições de vida.

Também os extensionistas responderam, com base nas experiências às quais prestam assistência. Três motivos coincidiram com os apontados pelos produtores: 1- Financeiro e emprego; 2 - Questões de saúde e de qualidade de vida e 3 - Gosto pelo rural e lembranças de atividades passadas. Além destes, foram elencados também: 4 - Meio ambiente e Natureza, englobando conceitos de preocupação ecológica e de sustentabilidade; 5 - Filosofia de vida e questões ideológicas; 6 - Pressão dos consumidores por produtos saudáveis e 7 - Problemas com mão de obra nas atividades anteriores.

O gráfico, apontando o número de vezes que cada conceito foi apontado pelos indivíduos dos dois grupos, pode ser visto na figura 16.



Figura 16 - Razões elencadas por produtores e extensionistas, que levam os produtores a migrar para sistemas de base ecológica.

Os professores, como não estão intimamente ligados ao trabalho de implantação dos sistemas de base ecológica, não foram interpelados de forma direta sobre as razões que motivam produtores a fazer esse tipo de opção. Entretanto, ao longo das entrevistas, a temática foi abordada de maneira indireta, sendo que algumas partes das falas indicavam suas impressões acerca da motivação. Um dos professores, em meio a temática da agroecologia indicou que:

“A maior parte dos problemas dos agricultores familiares não está nos problemas econômicos. Você proporcionar mais renda não resolve os problemas. Tanto que vemos hoje que os grandes problemas têm a ver com a questão ambiental, têm a ver com a sucessão da propriedade, têm a ver com a saúde do trabalhador, com relação a agrotóxicos, têm a ver com a saúde do consumidor, quer dizer, você simplesmente fazer com que as pessoas ganhem mais dinheiro não resolve a vida delas, elas não se tornam mais felizes por isso.”

Ainda dentro da mesma ideia, uma das professoras manifestou sua opinião sobre o tema, quando afirmou:

“Agroecologia é uma filosofia de vida, para a pessoa que muda a sua produção. Estar em contato, em uma relação boa com a Natureza. É um produto limpo, saudável, saboroso, que vai sair desse tipo de produção, que agrega tudo isso.”

Embora o espaço amostral seja reduzido, é interessante notar que as falas dos professores não coincidiram com determinados fatos apontados pelos produtores no que se refere ao lado financeiro pois, em sua maioria, alegaram problemas financeiros como importantes motivadores da transição. Mesmo assim, as respostas coincidem muito em questões de saúde e segurança alimentar, que foram evocadas também por produtores.

Outro ponto muito importante na avaliação dos processos de transição, além das motivações dos envolvidos, são as vantagens e limitantes das novas atividades, em relação a outros sistemas produtivos. De modo semelhante às razões elencadas anteriormente, também os produtores foram questionados sobre vantagens e limitações.

As respostas, apontadas pelos produtores, foram classificadas em grandes grupos e podem ser vistas nos gráficos das figuras 17 e 18, respectivamente:

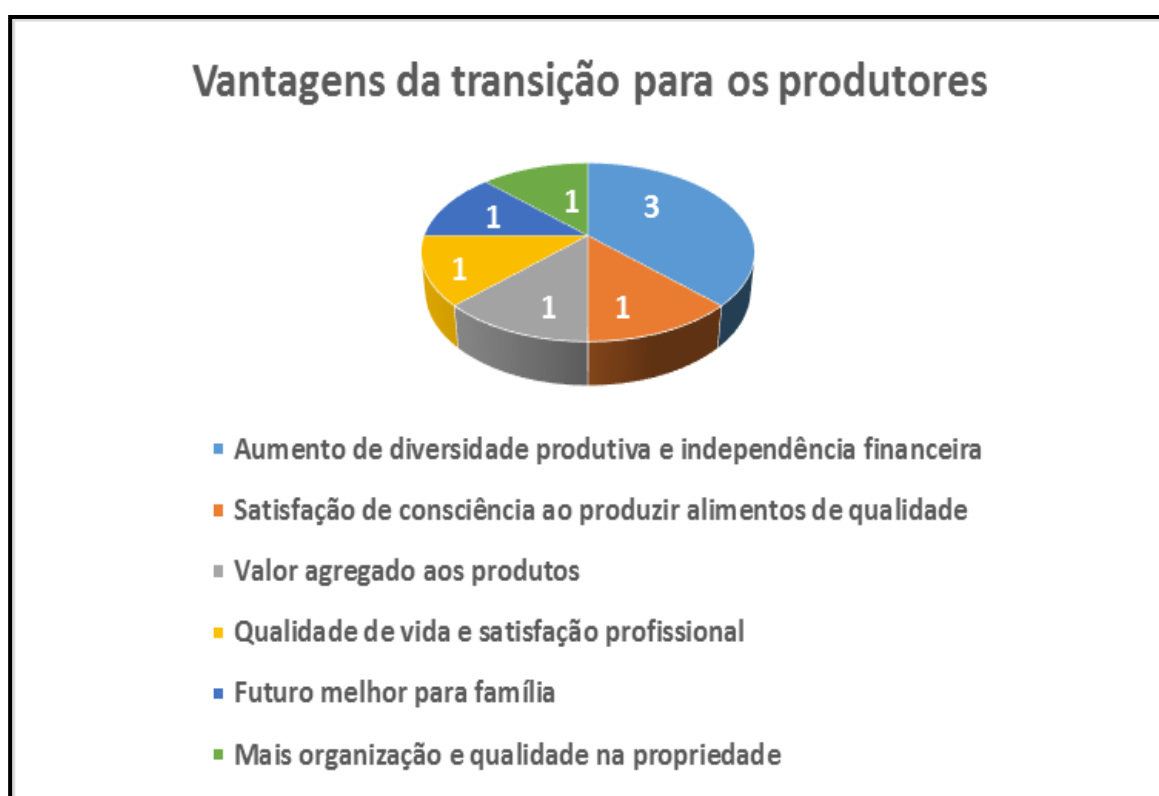


Figura 17 - Vantagens da transição na opinião dos produtores.



Figura 18 - Limitantes da transição na opinião dos produtores.

Analisando estes dados, na perspectiva dos produtores vemos, mais uma vez, que os quesitos financeiros e de trabalho e modo de vida são mais lembrados. Os produtores apontaram as questões de renda, de satisfação no trabalho, qualidade, entre outros. Por outro lado, vemos que três produtores sequer mencionaram pontos limitantes ou negativos das atividades, o que nos leva a supor que, de forma geral, estão bastante satisfeitos.

Os gráficos apenas indicam uma tendência que foi observada e apareceu com frequência nas conversas, ou seja, os produtores estão satisfeitos com o processo de transição e com suas vidas atuais. Apesar de ainda existirem pontos a melhorar, o saldo é positivo. Vale ressaltar algumas declarações feitas:

“Hoje a gente conseguiu, depois de tudo, várias resvaladas e coisas assim, mas a gente conseguiu um padrão de vida bom. Não vou dizer um padrão de vida de rico, mas de pobre também não. Está bom, dá pra sentar, tomar mate de tardezinha, parar quinze minutos pra tomar nossa cervejinha, se for calor, tomar chimarrão, bater uma conversa. Então, esse padrão, a gente conseguiu fazer com essa organização.”

Outro produtor também expressou uma opinião muito similar:

“Mudou... quando eu corria grandes centros, no meu trabalho lá, era um estresse danado. Aqui é doído, é sofrido, é trabalhoso, mas o ambiente é bom, a gente vive muito melhor. Estás me entendendo? A minha qualidade de vida aqui, é estressante no trabalho, mas eu tenho certeza que é muito melhor. Eu tenho certeza de que se eu iria durar sessenta anos, eu vou mais uns dez pra frente, cara. Me sinto bem e as crianças, a mesma coisa. Eles não querem saber de centro, eles querem vir embora aqui, brincar aqui e ficar por aqui.”

Apontando na mesma direção, as respostas dadas pelos extensionistas, aos questionamentos, em relação aos produtores por eles atendidos, indicam pontos similares, como podemos ver nas figuras 19 e 20.

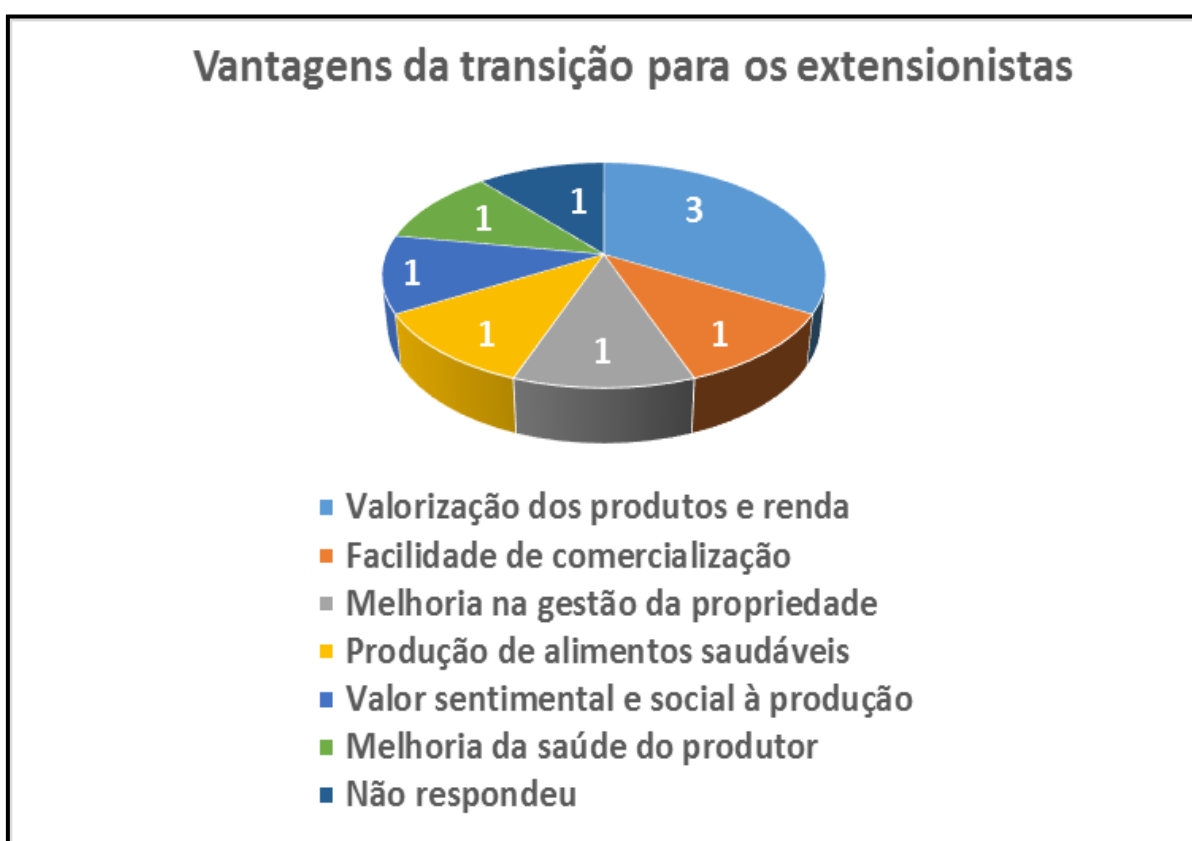


Figura 19 - Vantagens da transição na opinião dos extensionistas.

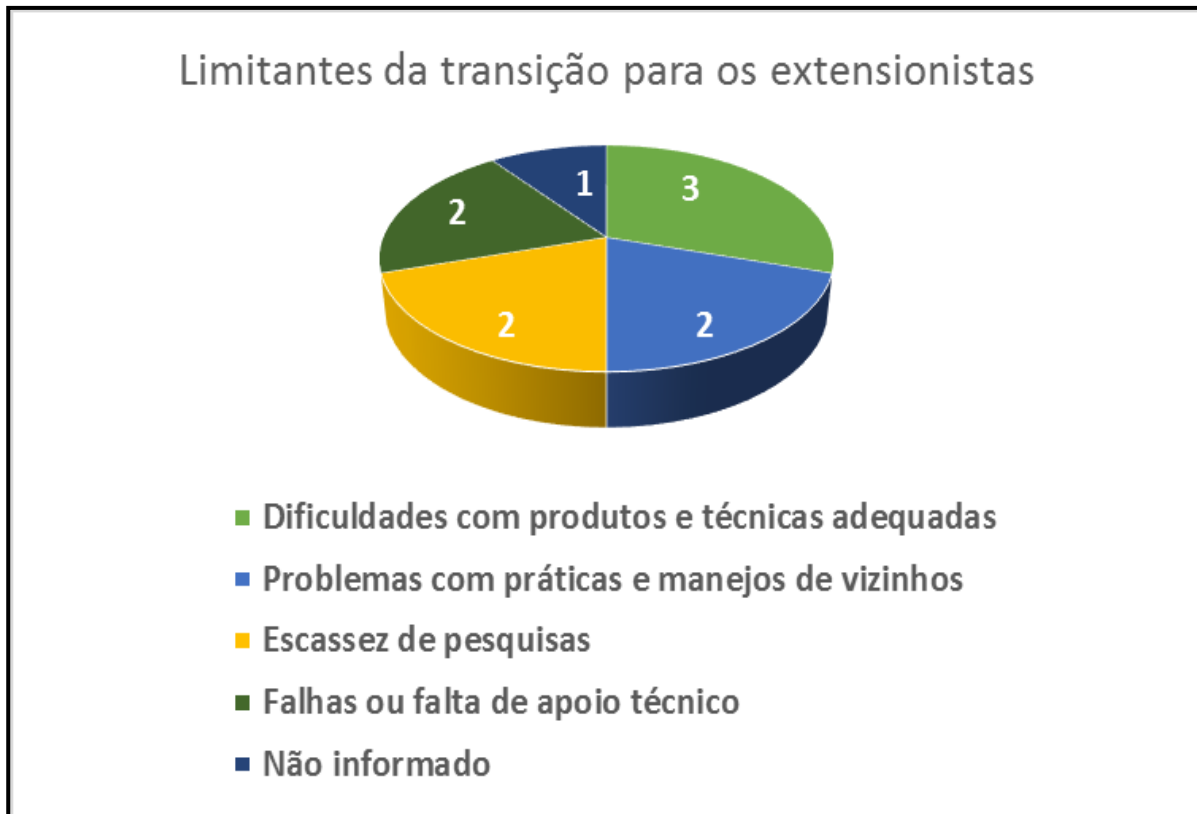


Figura 20 - Limitantes da transição na opinião dos extensionistas.

Como podemos visualizar, do conjunto das respostas, o lado financeiro e de emprego foi o mais importante para os produtores, seguido das questões de saúde e qualidade de vida e de tradição e gosto pelo meio rural. Enquanto isso, os extensionistas deram forte ênfase a motivos muito parecidos, acrescentando o fator ambiental. Alguns professores, como vimos, citaram a qualidade de vida, e que a recepção de dinheiro não é suficiente para resolução dos problemas.

Ora, aqui parecem vir à tona alguns conceitos chave. O “*status quo*” dominante na sociedade aponta, quase sempre, para a posse de dinheiro como solução simples e eficaz para tudo e, portanto, no âmbito político, tudo gira em torno de acumulação de capital *versus* distribuição de renda e liberalismo econômico *versus* estatização da economia, enquanto a maior parte das pessoas luta para sobreviver e mal consegue ter uma vida digna.

Enquanto capitalistas tendem para o liberalismo e o desenvolvimento sem limites, amparados pela “mão invisível” do mercado, os socialistas tendem para fortes intervenções do Estado, estatização da propriedade, e governos provendo todas as necessidades. Em contrapartida, distributistas apontam que as respostas não estão em acumulação de capital, transferência de renda ou disputas de classe. Como efeito, o Distributismo aponta caminhos muito diferentes e vem argumentando

que os demais movimentos políticos não podem levar as pessoas à verdadeira satisfação e felicidade, como vemos nessas críticas diretas aos sistemas capitalistas liberais:

A promessa de luxo, bem-estar e consumo que o capitalismo industrial oferece, no trabalho assalariado, em troca da liberdade dos cidadãos e longe da propriedade é a pior miragem que pode ocorrer ao homem moderno (CASTAGÑO, 2005).

Os ricos literalmente botaram os pobres para fora da velha casa e mandaram-nos para a estrada, dizendo-lhes muito brevemente que aquela era a estrada do progresso. Literalmente obrigaram-nos ao trabalho nas fábricas e à moderna escravidão assalariada, garantindo a todo o tempo que aquele era o único caminho para a riqueza e a civilização (CHESTERTON, 1912)

Na mesma linha de crítica, Chesterton também ataca o socialismo que, apesar de antever que uma das principais causas da pobreza estava na concentração de propriedade nas mãos de poucas pessoas, defende a resolução, em diferentes níveis, por meio do confisco das propriedades e acumulação das mesmas nas mãos do Estado, como podemos ler, por exemplo, no Manifesto do Partido Comunista:

Horrorizais-vos por querermos suprimir a propriedade privada. Mas na vossa sociedade existente, a propriedade privada está suprimida para nove décimos dos seus membros; ela existe, precisamente, pelo facto de não existir para nove décimos. Censurais-nos, portanto, por querermos suprimir uma propriedade que pressupõe como condição necessária que a imensa maioria da sociedade não possua propriedade. Numa palavra, censurais-nos por querermos suprimir a vossa propriedade. Certamente, é isso mesmo que queremos. (...) Neste sentido, os comunistas podem condensar a sua teoria numa única expressão: supressão da propriedade privada. (MARX & ENGELS, 1848)

Ao contrário, pela lógica distributista, e como confirmado pelas respostas dos entrevistados, inferimos que a solução socialista só continua ou agrava os problemas gerados pelo capitalismo, ou seja:

Os bolchevistas dizem que querem eliminar a burguesia; eu pelo contrário quero eliminar o proletariado. O que está errado não é existir uma classe proprietária; o que é errado é existir uma classe sem propriedade (CHESTERTON, 1924)

Como pudemos ver das respostas dos entrevistados, o retorno a uma propriedade produtiva, para alguns dos agricultores, assim como a mudança de

lógica produtiva, para os que já trabalhavam de forma convencional, promoveu várias vantagens econômicas e de qualidade de vida. Além disso, os produtores afirmam que hoje estão mais felizes nesse estilo camponês, possibilitado pelos pressupostos agroecológicos, como comentou um deles:

“Agroecologia é saudável, tu te sentes bem com aquilo que tá fazendo, porque tu sabes que está fazendo uma coisa que não tá agredindo nada e tu tá repassando isso. E esse reflexo te dá em qualidade de vida.”

Como podemos ver, o casamento entre a Agroecologia e o ideal de distribuição da propriedade, somada à solidariedade, possibilita que mais pessoas retomem suas vidas, e tenham prazer no seu sustento, com qualidade de vida, como foi informado neste caso:

“Assim, tu deixar de ser empregado. Todo mundo diz: quando eu me aposentar quero comprar uma chácara. Por que não ter uma chácara e fazer daquilo o teu trabalho?”

Também uma das extensionistas afirmou existir essa conexão da Agroecologia com uma visão de bem-estar, de vida harmoniosa:

“Acho que as pessoas têm que estar de bem com o que fazem. Acho que a Agroecologia, a produção com esse viés, proporcionam isso, que a pessoa seja um pouco mais feliz no que faz.”

De acordo com o Distributismo, essa melhora nas condições de vida, essa sensação de satisfação e felicidade é resultado natural do sistema adotado de produção e vida. Chesterton (1932) afirma que o modo de sanar as enfermidades de nossa civilização atual seria levar a cabo uma concepção real e profunda de liberdade, restaurando a dignidade do homem e a independência da família, apropriadamente salvaguardada pela distribuição da propriedade. A riqueza e o poder, segundo ele, tornaram-se posse de uns poucos, o estado vem mutilando a autoridade da família e reduzindo os artesãos (produtores manuais, trabalhadores) ao nível de um servo.

Na esteira deste pensamento, Gustavo Corção também escreve:

Há uma profunda diferença entre a ideia de se possuir pouco e a de tentar a nada possuir. Pode-se dizer que a primeira significa uma perfeição da posse; a segunda, evidentemente, indica uma negação. Possuir pouco significa possuir bem; possuir muito quer dizer possuir mal, e, portanto, deixar de possuir bem os elementos mais próximos e mais preciosos. O

capitalista é o homem que não se possui e que à força de exercer e se deliciar com o domínio não se domina. (CORÇÃO, 1946)

Pode-se inferir que, o que os distributistas afirmam sobre levar uma vida mais simples, mais próxima do lado natural, com maior número de propriedades bem divididas, está se confirmando nas afirmações e na qualidade de vida dos produtores em transição agroecológica.

Entretanto, as respostas dos extensionistas sobre pontos limitantes ou negativos da transição agroecológica levantaram outro elemento do debate distributista. Como é possível perceber, todos os fatores apontados referem-se a problemas entre a propriedade e indivíduos ou instituições externas a elas, como é possível visualizar na figura 18.

O que indicaria isso? Com efeito, esses dados mostram a problemática da ainda inicial transição agroecológica, ou seja, se faz necessário que muito mais famílias ingressem nesse meio. Como foi visto, o Distributismo, assim como a Agroecologia, é construído por muitas pessoas mudando de vida e se inter-relacionando por meio da solidariedade (um dos 3 pontos alicerces do sistema).

Esse princípio ou premissa, muito importante, não significa a solidariedade vã e falsa, mas uma muito profunda, que poderia ser chamada caridade. Deve funcionar como uma grande mudança em todas as mentes sendo que, no trabalho, não devemos procurar apenas o ganho pessoal, mas o bem comum. Assim, o Estado deve trabalhar de uma forma controlada, para o bem comum de cada comunidade. O importante é trabalhar para o bem comum, adotando medidas que promovam a virtude entre as pessoas e, portanto, a sua felicidade, como já foi dito (DE LEON, 2010).

Em algumas propriedades visitadas, foi possível ver o surgimento de focos desse princípio. Algumas falas de entrevistados deixavam claro que a mudança de vida e o bem-estar dos envolvidos possibilita o surgimento do princípio solidário, até mesmo em coisas simples, como um produtor que se preocupa em oferecer produtos a preços mais acessíveis:

“A gente pensa o seguinte: produzir um produto orgânico, só que com valor acessível para a população, né. A gente está sempre cuidando nos mercados os preços, para não ficar muito fora.”

Ao que parece, os pressupostos da Agroecologia estão facilitando o ressurgimento de lações afetivos entre as pessoas, mesmo no âmbito produtivo, “ressuscitando”, ainda que lentamente, o princípio da solidariedade pela reciprocidade entre as pessoas. Uma das professoras afirmou:

“Agroecologia resgata não só a produção de alimentos, porque tu podes ter uma grande empresa produzindo organicamente, mas isso não é Agroecologia, né... Na agroecologia tu resgatas ou valorizas as relações entre as pessoas.”

5.2.7 Quem presta auxílio

O processo de transição não é nada simples. Sem ajuda é muito complicado trilhar esse caminho. Portanto, foi questionado aos produtores quem os ajudou e ajuda no processo, enquanto aos extensionistas foi perguntado o mesmo, mas com relação aos produtores de seu município.

Produtores indicaram, em sua grande maioria, ou seja, quatro deles, que a Emater foi a grande auxiliadora no processo. Dois dos produtores indicaram que foram ajudados por iniciativas da UFSM. Outro deles indicou ajuda da prefeitura e secretaria da agricultura de seu município, enquanto apenas um afirmou não ter sido ajudado por entidades.

Os extensionistas, por sua vez também indicaram que a Emater acaba fazendo mais este papel, sendo que também quatro deles indicaram a empresa como a grande auxiliadora dos produtores em transição em seus municípios. Universidades e alguns Institutos de ensino foram lembrados por também quatro extensionistas. Outros órgãos governamentais foram apontados por três deles, enquanto ONGs apareceram nas respostas de dois e ajuda de particulares foi indicada por um.

Aqui também vale relembrar a solidariedade como ponto importante da lógica distributista. Assim como os autores indicavam que o Estado deve trabalhar para auxiliar na distribuição da propriedade e na criação das condições para que famílias e indivíduos possam prosperar e ser felizes, foi possível ver, na prática, a ocorrência e funcionamento do princípio.

Dos produtores, os que estavam em melhor situação e com mais sucesso nas atividades, também eram os que tiveram maior ajuda das instituições. Além destes,

também o produtor em situação mais difícil, dos entrevistados, está saindo da situação de miséria graças ao trabalho da Emater, que o acompanha de perto na instalação das práticas de base ecológica.

Embora a amostra do estudo não seja grande o suficiente para maiores conclusões, nos dá uma indicação da possibilidade de eficácia do princípio, o que também é confirmado em outros trabalhos de maior proporção (CAPORAL & COSTABEBER, 2002; CAPORAL, 2003; FINATTO & SALAMONI, 2008) que trazem informações concordantes com o exposto aqui, ou seja, que a práxis de assistência governamental deve contribuir para a construção de estilos de desenvolvimento rural que persigam a solidariedade entre as gerações atuais, não perdendo de vista a que deve ser construída entre as atuais e as futuras gerações. Contudo, nenhuma mudança institucional ou na prática dos agentes poderá ocorrer sem que se estabeleça um processo permanente de formação-ação-reflexão, que podemos sugerir que seja o incentivo às ideias distributistas.

5.2.8 Preocupação com a produção de alimentos saudáveis e com as futuras gerações

Ainda no âmbito da solidariedade, produtores foram questionados sobre a produção de alimentos e as futuras gerações. De forma semelhante, técnicos foram questionados sobre os mesmos temas, mas com o foco no que percebiam da opinião dos produtores a que atendem. Os dados são apresentados nas figuras 21 e 22.

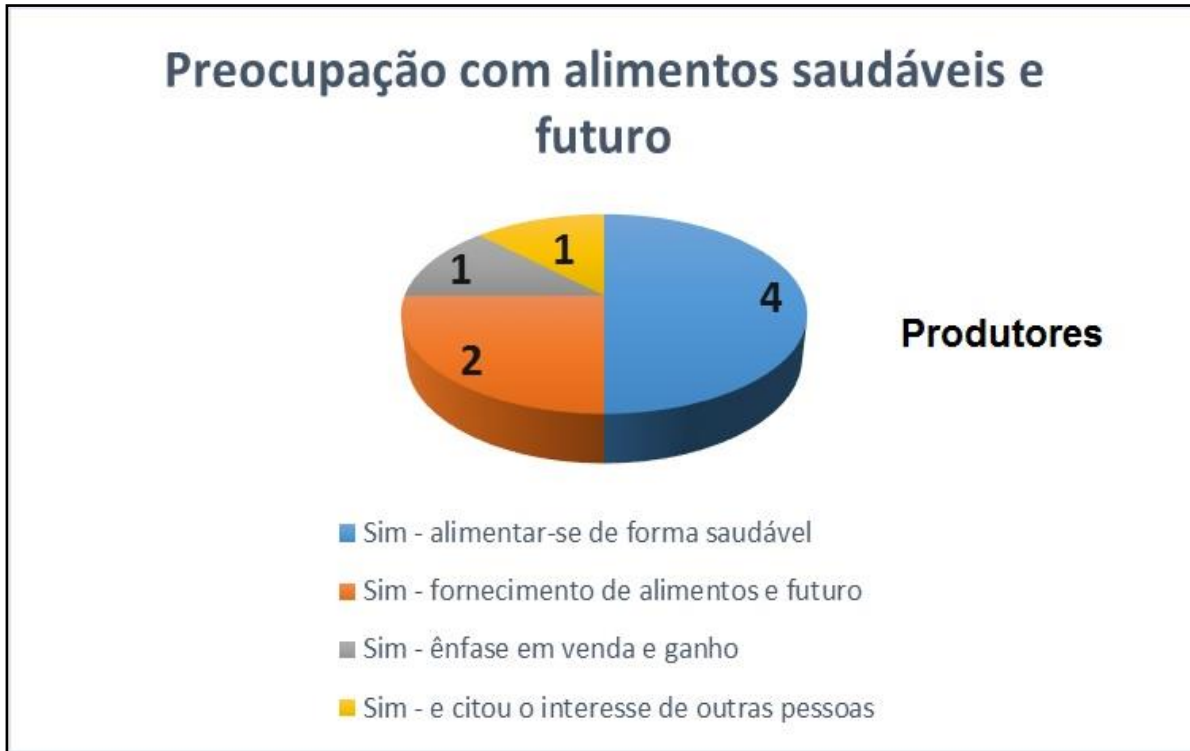


Figura 21 - Preocupação com a produção de alimentos saudáveis e com as futuras gerações na visão dos produtores entrevistados.



Figura 22 - Preocupação com a produção de alimentos saudáveis e com as futuras gerações na visão dos extensionistas entrevistados.

Todos os produtores, como era esperado, afirmaram que alimentos saudáveis figuram entre suas preocupações. Quatro deles afirmaram preocupar-se em comer produtos mais saudáveis. Dois indicaram preocupação com o futuro das pessoas no geral e que se preocupam com o fornecimento de alimentos. Um deles afirmou interesse no valor agregado destes produtos, enquanto também um, além de afirmar pensar sobre o tema, indicou que isso é uma preocupação geral.

Dois extensionistas afirmaram ser preocupações mais dos pequenos produtores. Os demais dividiram-se, sendo que um respondeu que, tanto produtores quanto consumidores, estão preocupados; outro indicou que os produtores não estão preocupados, enxergando os produtos apenas como mercadorias de valor e um ainda não informou.

As respostas dos professores foram mais extensas e elaboradas e, portanto, estão apresentadas na tabela 07.

Tabela 07 – Respostas dos professores quanto à preocupação com alimentos saudáveis e com as futuras gerações.

PROFESSORES	RESPOSTA
2	- Preocupados com o futuro alimentar, saúde e alimentação saudável.
1	- Muito preocupado - Produtores estão mais preocupados que os extensionistas. - Extensionistas mais produtivistas e tendem a exercer poder técnico. - Entre produtores, as mulheres e os jovens são mais acessíveis à temática da sustentabilidade.
1	- Muito preocupada e participa de associação de compradores de orgânicos - UFSM muito tradicional, comprometida com a "Revolução Verde" - Alunos tem o sonho de se formar e ganhar muito dinheiro e a maioria vê os sistemas de base ecológica como problema - Existem diferenças de abordagem e preocupação entre os cursos universitários.
1	- Algumas pessoas querem mudar tudo, outras acham que não dá para mudar nada (extremismos) - É preciso ponderação, pois nem sempre o discurso é aplicável - Acredita que existe preocupação, mesmo em sistemas ditos convencionais - Para sobreviver se faz o possível, mesmo que não seja o ideal (sem perder o ideal de vista) - Há pessoas gananciosas, o caminho para educá-las é pelos filhos, que vão administrar o futuro.

Os dados nos mostram que essas preocupações existem, mas ainda não estão amplamente disseminadas. É preciso avançar na mudança de pensamento, além das mudanças técnicas e científicas da Agroecologia. Dessa forma, haverá também um escape da sustentabilidade das mãos e sites dos que fazem pseudodiscursos de desenvolvimento sustentável e passe a ser incorporada como verdadeira onda de solidariedade sincrônica e diacrônica, criando-se uma ética da solidariedade entre as atuais gerações e destas para com as futuras gerações (CAPORAL, 2009).

5.2.9 Interação com outros profissionais

Outro ponto crucial para o funcionamento do Distributismo e da Agroecologia, como já é possível inferir, diz respeito à interação profissional entre as pessoas. Mudanças significativas de métodos e posturas dificilmente se consolidam quando a interação entre os indivíduos é permeada por tensões e não existe reciprocidade.

Visto isso, na pesquisa os produtores foram questionados quanto sua interação com os demais produtores vizinhos. Quatro deles afirmaram ter boa relação com os demais e, destes quatro, dois afirmaram que, além da relação amistosa, ainda se ajudam ativamente e compartilham ideias de base ecológica. Outros dois afirmaram que não compartilham as ideias de transição. Os últimos dois produtores responderam que a interação é fraca, não se ajudando e que os vizinhos não têm interesse nos princípios agroecológicos.

Ao serem confrontados com a mesma pergunta, extensionistas, com exceção de um, que não respondeu, foram muito homogêneos em suas respostas. Todos os demais responderam que a convivência é muito tranquila com os produtores e outros extensionistas, mesmo com os que não compartilham das ideias de cunho agroecológico, não existindo interferências e, em alguns casos, mesmo colaboração. Afirmaram que os produtores por eles atendidos têm interesse na ajuda técnica, mesmo os que trabalham com métodos convencionais.

Os professores, por sua vez, relataram situações diversas, existindo maiores diferenças de postura e opinião entre os colegas. As respostas dos cinco docentes estão agrupadas na tabela 08.

Tabela 08 – Interação com outros profissionais na visão dos professores.

PROFESSOR	INTERAÇÃO COM OS DEMAIS
1	<ul style="list-style-type: none"> - No departamento existe uma ala que trabalha mais com controle químico e uma ala mais voltada ao controle agroecológico, biológico - A relação profissional básica existe, havendo uma animosidade leve, e colocação de rótulos pelas ideias.
2	<ul style="list-style-type: none"> - Professores são muito autoritários (posição e técnica) e possuem paradigmas científicos arraigados - Existem animosidades entre visões, disputas e atritos devido às ideias.
3	<ul style="list-style-type: none"> - Depende do ambiente (pessoas ganham muito dinheiro vendendo produtos) e é difícil argumentar contra - Difícil contrapor bem-estar e saúde geral x financeiro - Existe atrito na universidade, ou seja, alguns professores acreditam que a alternativa viável é apenas a convencional e alguns estão comprometidos com empresas.
4	<ul style="list-style-type: none"> - Cita interações em sua família - Em monoculturas é complicado produzir sem agrotóxicos - Outros profissionais ou mesmo produtores da família não perguntam sobre questões agroecológicas.
5	<ul style="list-style-type: none"> - Se afasta de extremistas - Tem relação muito boa com produtores - Busca o correto e o ideal, não ideologias - Defende que é preciso ser ético e indica que há professores que não o são. - Não participa de reuniões polêmicas e não tem tempo para interagir muito com outros professores - Gosta de poder resolver o problema dos produtores.

5.2.10 Como as universidades poderiam auxiliar na atividade das propriedades

Foi pedido também que os produtores dessem sugerissem como as universidades podem ajudar mais em suas atividades, visto que são centros de produção, validação e difusão de conhecimentos.

As respostas dos produtores foram um pouco vagas, demonstrando que não havia muito entendimento das reais atividades que podem ser realizadas pelas instituições de ensino superior, o que pode ser evidência de distanciamento entre as realidades.

Dois produtores afirmaram o desejo de ajuda em questões burocráticas da propriedade e de obtenção de infraestrutura. Dois deles acham necessária a

realização de mais pesquisas e análises nas propriedades. Um sugeriu mais assistência aos produtores e um deles não soube informar.

As respostas de extensionistas e professores estão apresentadas nas tabelas 09 e 10.

Tabela 09 – Como as universidades podem auxiliar os produtores na visão dos extensionistas.

EXTENSIONISTA	COMO AS UNIVERSIDADES PODEM AUXILIAR
1	<ul style="list-style-type: none"> - Cursos nas propriedades sobre: manejos de doenças, alternativas de cultivo, estratégias de mercado e economia, publicidade, etc.
2	<ul style="list-style-type: none"> - Visita aos produtores mais destacados - Estabelecer vínculos contínuos e cronogramas anuais - Fomentar pesquisas de produtos agroecológicos - Articular pontos de vendas, feiras, fazendo ligação de produtores com locais de vendas - Oferta de cursos para produtores e extensionistas - Parcerias com Emater e prefeituras - Levar informações para os produtores, principalmente de mercados.
3	<ul style="list-style-type: none"> - Aproximar pesquisa e produtor, vir a campo - Estudar a questão de produção para o meio urbano - Pesquisar coisas mais funcionais, mais voltadas ao âmbito prático, como o estudo de abelhas em conjunto com o sistema.
4	<ul style="list-style-type: none"> - Tentar melhorar a característica de transitoriedade das pessoas Fortalecer a extensão, aproximando da Emater - Pesquisas estão funcionando.
5	<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecer a extensão - Propor pesquisas mais próximas das propriedades, voltadas para a realidade externa à universidade e que busquem mais explicações para práticas que estão sendo testadas.

Tabela 10 – Como as universidades podem auxiliar os produtores na visão dos professores.

PROFESSOR	COMO AS UNIVERSIDADES PODEM AUXILIAR
1	<ul style="list-style-type: none"> - Estímulo às Feiras - Pesquisa e assistência aos produtores, pois é muito mais fácil produzir pelos pacotes tecnológicos. Para mudar, precisam de auxílio - Universidades não estão preparando técnicos e profissionais para agroecologia e nem para atuar com segurança em modelos convencionais
2	<ul style="list-style-type: none"> - Todos somos conservadores na academia. - As resistentes inclusões de diversidade, cotas, etc., podem ajudar, trazendo novas ideias.
3	<ul style="list-style-type: none"> - Universidade não está comprometida com tais questões - A maioria dos professores não se preocupa com sustentabilidade ecológica - Uma mudança está começando, embora com muito atraso.
4	<ul style="list-style-type: none"> - Mais interação, contato com o meio rural - Divulgação das pesquisas e ideias - Produtor precisa de ajuda e as empresas vão até eles (a academia parece pouco ou nada) - Importância de ampliar trabalhos como os dos núcleos agroecológicos e afins das universidades.
5	<ul style="list-style-type: none"> - Mais interação com a comunidade - Existe dificuldade para a comunidade entrar em contato com a universidade - Acredita que o cenário começa a melhorar, mas é preciso atingir mais a comunidade e receber mais também.

5.3. ELABORANDO CONCEITOS

Finalmente, foram abordadas questões onde os entrevistados foram convidados a elaborar conceitos teóricos, com base nos seus conhecimentos e experiências. Foram estimulados a responder livremente, sem tentar repassar ideias lidas de outros autores ou mesmo pré-concebidas por instituições, entre outros.

5.3.1 O que entende por Agroecologia

O primeiro Conceito, com o qual os entrevistados foram confrontados, foi sobre a definição do termo “Agroecologia”. As respostas dos entrevistados aparecem nas tabelas 11, 12 e 13.

Tabela 11 - Conceitos indicados pelos produtores como definidores da Agroecologia.

PRODUTOR	AGROECOLOGIA
1	<ul style="list-style-type: none"> - Saúde (física e mental) - Consciência leve - Fazer o que se gosta - Convivência em harmonia.
2	<ul style="list-style-type: none"> - Produção orgânica e ecológica - Tentar fazer o certo - Produtos orgânicos como futuro - Manejo integrado da propriedade - Mudança de estilo de vida - Prática trabalhosa, mas não estressante.
3	<ul style="list-style-type: none"> - Produtos ecológicos, bem pensados e sem veneno - Produção com restrição de certos produtos, sem produtos tóxicos. - Complicado fazer sem ajuda.
4	<ul style="list-style-type: none"> - Prática saudável - Comer sem venenos - Complicada devido às práticas de vizinhos.
5	<ul style="list-style-type: none"> - Um contexto, em que se cuida da natureza, um cuidado geral - Manter um ecossistema equilibrado dentro da propriedade - Cuidar desde o inseto que se acha que é predador até o último da cadeia.
6	<ul style="list-style-type: none"> - Produção mais saudável (sem agrotóxicos, antibióticos) - Produção mais correta, mais benéfica para saúde da população.

Tabela 12 - Conceitos indicados pelos extensionistas como definidores da Agroecologia.

EXTENSIONISTA	AGROECOLOGIA
1	<ul style="list-style-type: none"> - Uma ciência, em permanente construção e ligada à sustentabilidade da propriedade - Uma agricultura limpa.
2	<ul style="list-style-type: none"> - Uma ciência, dentro da agricultura, formando uma espécie de ramo - Um ramo da agricultura, havendo outros, como o agronegócio - Ramo voltado para produção sustentável ambiental, social e economicamente, produzindo um produto ecológico.
3	<ul style="list-style-type: none"> - Uma atividade muito antiga - A agricultura em si, na forma anterior à Revolução Verde - Um formato em que se pensava mais no futuro - Está sendo resgata e aliada a técnicas e estudos.
4	<ul style="list-style-type: none"> - Preocupação com a saúde do produtor e do consumidor - Ser contra a dependência do produtor a empresas de insumos - Questão econômica e social, evitando ao máximo afetar o ambiente.
5	<ul style="list-style-type: none"> - Uma ciência, não é apenas um modo de vida - Conjunção entre um modo de vida e tecnologia, práticas e técnicas, para compor um sistema equilibrado.

Tabela 13 - Conceitos indicados pelos professores como definidores da Agroecologia.

PROFESSOR	AGROECOLOGIA
1	<ul style="list-style-type: none"> - Agricultura com ecologia - Produzir alimentos com base em princípios ecológicos, com diversidade, com mais independência de insumos, explorando mais a adubação orgânica, reciclando nutrientes da propriedade, não dependendo de insumos externos e cultivando as relações entre as pessoas, respeitando e ajudando o outro, sem egoísmo.
2	<ul style="list-style-type: none"> - Um modo de vida, onde a produção de alimentos é articulada com a engrenagem da vida do planeta, usando-se as formas naturais do planeta produzir vida, potencializando isso - Não se relaciona apenas com a produção, mas com a vida. - Entrar na vida do planeta, retirando-se daí os elementos relacionados para a nossa própria existência, sem agressões e respeitando a vida do planeta.
3	<ul style="list-style-type: none"> - Uma ciência, mas também um modo de vida - As pessoas que a praticam definem que a prática mudou suas vidas, mudou sua forma de ver o mundo.
4	<ul style="list-style-type: none"> - Uma produção livre de qualquer tipo de produto químico, que preze pelo bem-estar do produtor, da natureza e do consumidor - Uma filosofia de vida, na qual se está em contato e em boa relação com a Natureza - Gerar produtos limpos, saudáveis, saborosos, em estilo produtivo que agrega tudo isso.
5	<ul style="list-style-type: none"> - Não muda muito do que está sendo procurado na academia - Agricultura relacionada com a ecologia e com os elementos do “Eco”, do meio - Em alguns períodos, surgem modismos e temos que buscar a aplicação real - Uma agricultura cuidadosa é o mesmo que agroecologia - Alguns produtos, como orgânicos por exemplo, nem sempre são mesmo como deveriam.

As respostas de todos os entrevistados foram classificadas em ideias principais, agrupadas para comparação e estão apresentadas na figura 21.

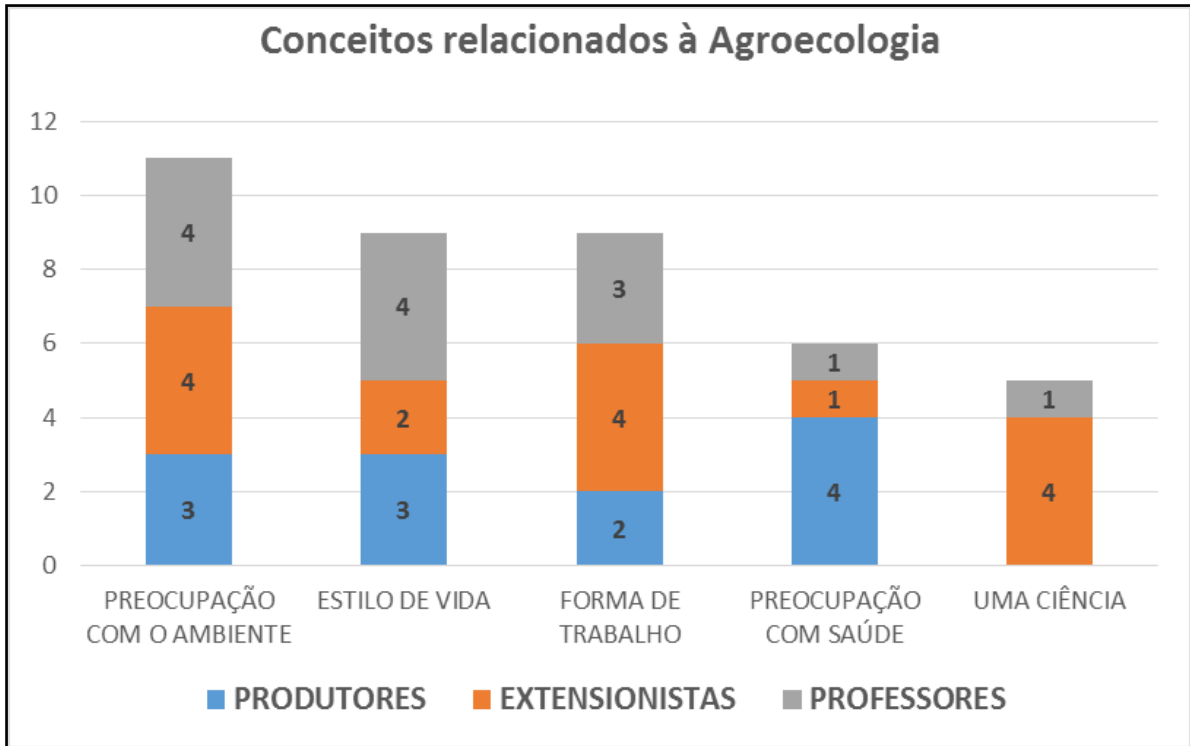


Figura 23 – Conceitos de Agroecologia de todos os entrevistados.

Analisando o âmbito dos dados coletados, percebemos que conceitos relacionados à preocupação ambiental são bastante citados, sendo os principais para professores e extensionistas. Para os produtores, os mais citados foram os relacionados à saúde. Para professores e produtores, também são importantes os conceitos de estilo de vida, enquanto para extensionistas, aparecem as questões de forma de trabalho.

Chama a atenção o fato de a Agroecologia ter sido amplamente considerada como ciência para os extensionistas, enquanto entre os demais, foi pouco ou não relacionada a campo científico.

Vemos que a temática realmente é muito complexa. Segundo Mattos et al. (2006) a Agroecologia somente pode ser entendida em plenitude se relacionada aos conceitos de sustentabilidade e justiça social. Nesse sentido, se concretiza quando cumpre com os ditames da sustentabilidade econômica, ecológica, social, cultural, política e ética.

Nas experiências práticas e entrevistas, vemos que a Agroecologia é muito mais associada às questões de saúde e segurança alimentar, estilos de vida e produção ambientalmente sustentável. Possui um arcabouço teórico muito mais voltado para a parte técnico-produtiva e científica do que com relação ao lado político

e de justiça social, que é muito amplo e deve envolver toda a sociedade, em todos os âmbitos.

Esse papel pode ser desempenhado pelo sistema distributista, como paradigma de pensamento social e político, aliado a Agroecologia como paradigma produtivo e ambiental.

5.3.2. O que pensa dos modelos de produção convencionais?

Para efeitos do trabalho de pesquisa, convencionou-se chamar de “modelos de produção convencional”, os sistemas agrícolas que se utilizam das premissas da Revolução Verde. Dessa forma, os entrevistados foram questionados sobre estes modelos de produção, e as respostas aparecem nas tabelas 14, 15 e 16.

Tabela 14 - Opiniões dos produtores acerca de modelos convencionais de produção.

PRODUTOR	MODELOS PRODUTIVOS CONVENCIONAIS
1	<ul style="list-style-type: none"> - Necessários para o desenvolvimento (governo quer ver alimentos) - Não dá para retroceder - Muita propaganda e grande comércio em cima. - Grandes proprietários têm mais força para se proteger da lei e da sociedade - Perigo para as futuras gerações (venenos, transgênicos, etc).
2	<ul style="list-style-type: none"> - Tipos de produção cheios de venenos e que não poderão continuar existindo - Necessário modificar os produtos utilizados - Tentam até se travestir de orgânicos, falsificar as vantagens da agroecologia.
3	* Não soube diferenciar agricultura familiar anterior à Revolução Verde de modelos convencionais dependentes de insumos industriais.
4	* Não opinou.
5	<ul style="list-style-type: none"> - As pessoas estão se matando aos poucos e aos demais - Não é contra, mas as pessoas precisam pensar sobre o que estão usando - Exagero na aplicação de produtos.
6	<ul style="list-style-type: none"> - Ruim para a saúde, mas necessários para os produtores - Produtos químicos necessários para produzir.

Tabela 15 - Opiniões dos extensionistas acerca de modelos convencionais de produção.

EXTENSIONISTA	MODELOS PRODUTIVOS CONVENCIONAIS
1	<ul style="list-style-type: none"> - Há diferentes tipos: os que utilizam poucas intervenções artificiais, como o manejo integrado de pragas, até os mais artificiais e calendarizados, onde se faz tudo para ganhar mais dinheiro, mesmo aterrando banhados e açudes e utilizando venenos próximos às cidades, para produzir mais.
2	<ul style="list-style-type: none"> - Insustentáveis e estão se exaurindo - Extremamente capitalistas e exploradores, com muita propaganda para vender, visam mais o lucro - Um mal necessário, pois o mundo enfrenta fome e alguns produtos, como transgênicos e alguns defensivos, ajudam a produzir maior quantidade de alimentos.
3	<ul style="list-style-type: none"> - Lamentáveis e tediosos - Imensidões fora do contexto natural que só servem para enriquecer o bolso daqueles que estão à frente dos negócios.
4	<ul style="list-style-type: none"> - Um grande problema que a humanidade arrumou - Agora são um mal necessário, pelo menos para manter a competitividade produtiva do Brasil - Para a produção de commodities são necessários, pois a agroecologia não se aplicaria às monoculturas de grande escala - Empresas tentam impedir mudanças, influenciam políticos.
5	<ul style="list-style-type: none"> - Estão aí e não por acaso, pois inserem-se em uma lógica capitalista, com egoísmo, sem limites, consumista - Talvez cheguem em algum colapso quase apocalíptico - Os defensores da agroecologia fazem um papel de resistência, mas é uma luta desigual.

Tabela 16 - Opiniões dos professores acerca de modelos convencionais de produção.

PROFESSOR	MODELOS PRODUTIVOS CONVENCIONAIS
1	<ul style="list-style-type: none"> - Sempre vão existir modelos de pacotes tecnológicos, mais focados no lucro, embora os modelos agroecológicos continuarão a crescer.
2	<ul style="list-style-type: none"> - Destruir a vida do planeta para produzir novas formas de vida, de cunho industrial - Modelos destrutivos - Correr cada vez mais rápido contra a parede - Geram acúmulo de riqueza em poucas mãos - Sistemas em crise.
3	<ul style="list-style-type: none"> - Forma tradicional, aquilo que está no senso comum no momento, para a maioria - Pacotes ditos “verdes” vão continuar; são ruins, mas não vão acabar até que se esgotem os recursos, porque geram dinheiro para alguns - Atendem demandas de boa parte da sociedade, que não se importa - Consumidores têm que cobrar, para mudar a situação.
4	<ul style="list-style-type: none"> - Vemos com mais frequência, com agrotóxicos, produtos químicos, com alta tecnologia - Complicado deixarem de existir, pois a grande demanda mundial de alimentos não pode ser suprida apenas pelos orgânicos. - Bom lembrarmos também dos desperdícios, que aumentam a necessidade de produção - Embora a problemática de serem formas "contaminadas" e ambientalmente incorretas de produzir, interligam-se à questão financeira dos produtores, o que implicaria na manutenção dos convencionais.
5	<ul style="list-style-type: none"> - Qual o conceito de “convencional”? As fronteiras não estão claras - Preciso diminuir o uso de insumos e produtos químicos, diminuir a erosão - Não é possível abandonar insumos, pois a demanda de alimentos não permitiria - Desisti de pensar em conceitos e procura fazer agricultura da forma mais sustentável possível - Talvez tenhamos que perder o medo de outras tecnologias, como transgênicos, e estudar bem, com cuidado - A produção de orgânicos deve ser estimulada e ampliada - Diferentes sistemas devem coexistir, ou seja, enquanto o orgânico e o agroecológico vão ocupando espaços no mercado, mantemos os de larga escala, para alimentar os mais pobres, diminuindo o uso de insumos e tornando-os mais sustentáveis.

Também os dados referentes aos ditos “modelos convencionais” foram classificados e agrupados, sendo apresentados na figura 22.

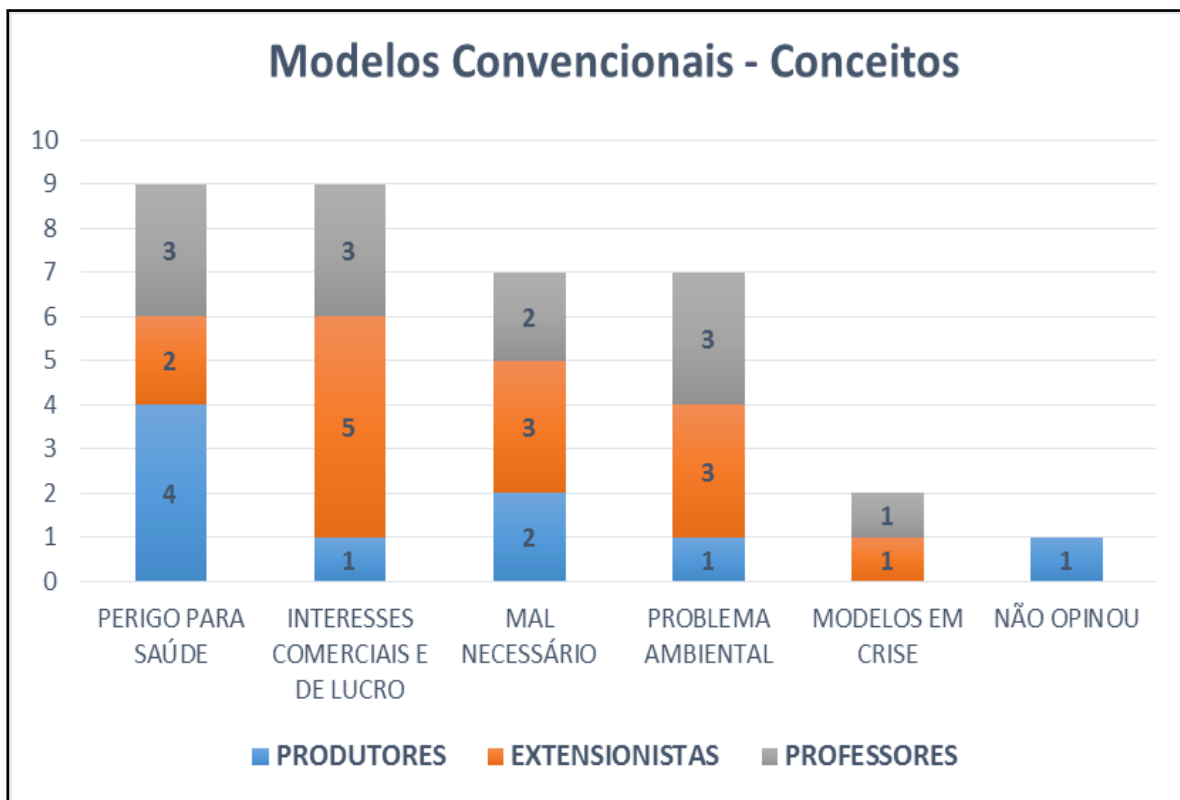


Figura 24 – Conceitos de “Modelos Convencionais de Produção” de todos os entrevistados.

A partir dos dados agrupados e comparados, verifica-se que os conceitos de perigo para a saúde e influenciados por interesses comerciais e de lucro são os vencedores, sendo seguidos de perto por “mal necessário” e problemas ambientais.

Nenhum entrevistado defendeu os sistemas convencionais, sendo associados sempre a características negativas. Entretanto, diversas pessoas defenderam que são necessários para alimentar a humanidade e para manter a economia. Um dos professores defendeu que não existe uma fronteira clara e que a ciência convencional busca os mesmos princípios de sustentabilidade, mantendo, entretanto, uma característica de fazer o que é possível enquanto não se alcança o ideal.

Concordando, em partes, com os conceitos defendidos pelos entrevistados, Gliessman (2002), defende que a agricultura do futuro precisa ser sustentável e altamente produtiva, se desejarmos produzir alimentos para uma população humana crescente. Tal desafio significa que não podemos simplesmente abandonar as práticas convencionais e voltar às tradicionais e indígenas. Ainda que a agricultura tradicional possa contribuir com modelos e práticas valiosas para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável, ainda não pode produzir a quantidade de alimentos

que necessitamos, pois destina-se a satisfazer as necessidades locais e de pequena escala. Essa questão exige uma nova abordagem para a agricultura e desenvolvimento agrícola, construída com base na conservação de recursos e outros aspectos tradicionais e da agricultura local e de pequena escala, enquanto, ao mesmo tempo, beneficia os conhecimentos e métodos modernos de ecologia.

É necessário então, ampliar a consciência de que os modelos convencionais não podem continuar como são hoje e, enquanto os sistemas vão evoluindo, devemos generalizar também as ideias de solidariedade, de maior distribuição das propriedades rurais, para que mais pessoas produzam alimentos, aumentando a comercialização de ciclo curto.

5.3.3 A preocupação com o ambiente e as gerações mais novas

Uma das temáticas levadas aos entrevistados dizia respeito à preocupação com o ambiente nas gerações mais novas, ou seja, se existe hoje maior conscientização quanto ao meio ambiente. O agrupamento de respostas é apresentado na figura 23.

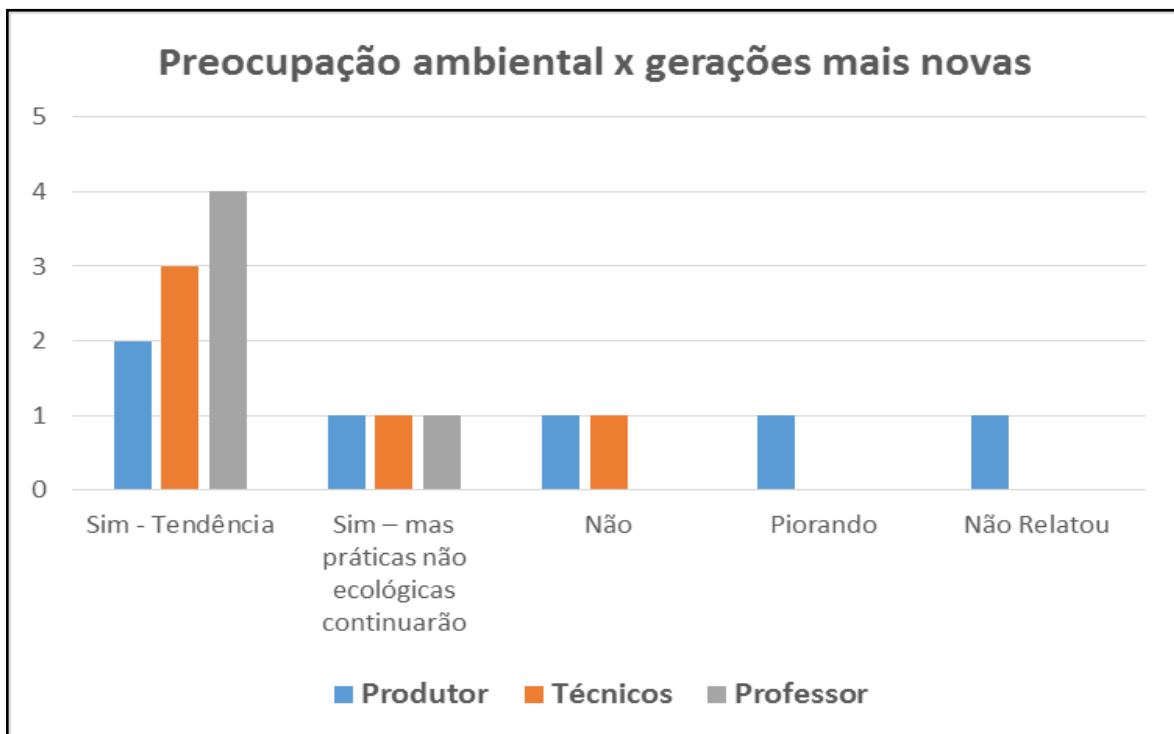


Figura 25 - Preocupação das novas gerações com a questão ambiental na visão dos grupos de entrevistados.

Como pode ser visto, as respostas da maioria foram otimistas com relação à preocupação das gerações novas em relação ao ambiente. Alguns afirmaram que a preocupação teórica vem aumentando, embora na prática ainda não estejam totalmente comprometidos. Ainda assim, se essa tendência for generalizada, é uma notícia boa para as perspectivas de mudança e ampliação da Agroecologia.

5.3.4 Meios de comunicação que mais utilizam para se informar

Por fim, todos foram questionados sobre os principais meios de comunicação acessados pelos produtores, onde eles buscam informações produtivas e tiram suas dúvidas técnicas. O objetivo era avaliar quais fontes influenciam os produtores, para saber como acessá-los em caso divulgação de ideias, troca de informações, etc. As informações dadas pelos grupos aparecem no gráfico da figura 24.

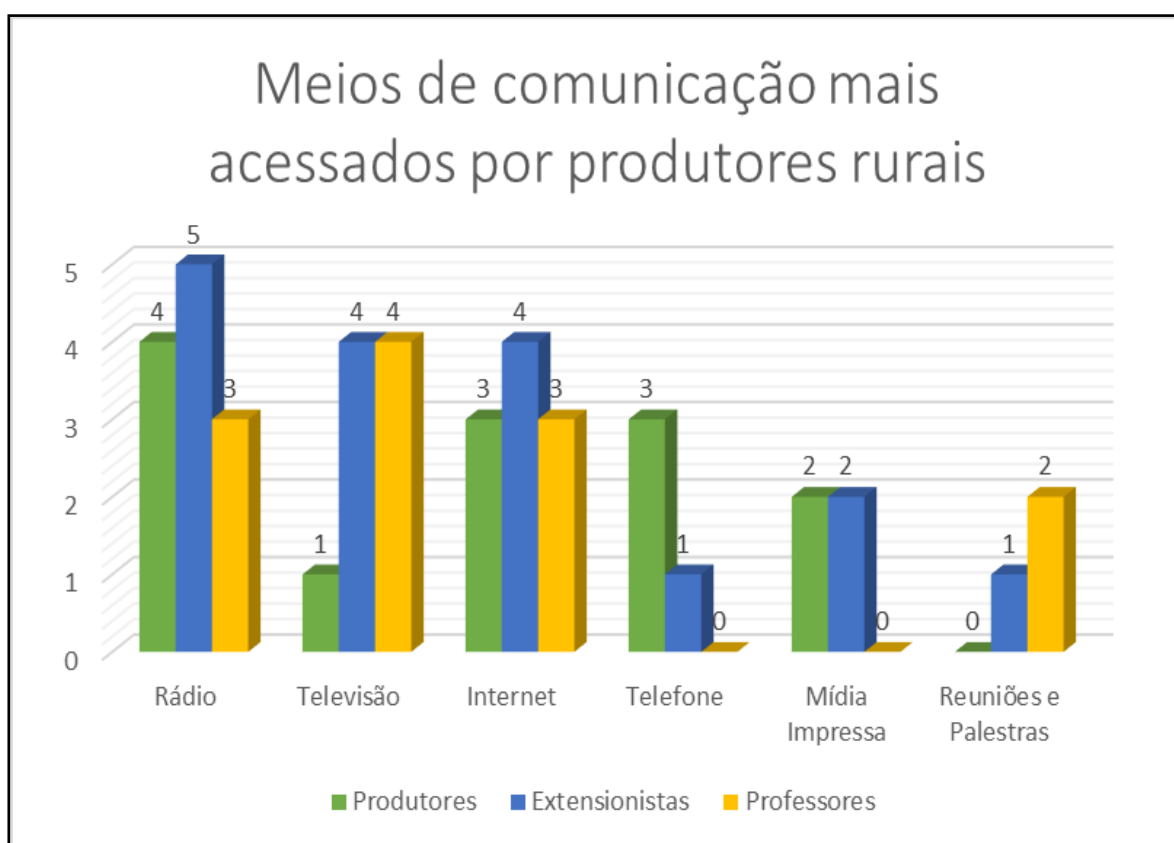


Figura 26 - Meios de comunicação que mais alcançam os produtores, na opinião dos entrevistados.

Meios de comunicação de massa, como o rádio e a televisão lideraram a pesquisa, como pode ser visto. Entretanto chamou a atenção a quantidade de

peças que também citaram a internet. Isso pode indicar que os tempos atuais facilitam o acesso a todo o tipo de informações, o que é uma ferramenta muito poderosa para o acesso a novas experiências produtivas e novos paradigmas científicos e sociais.

A bibliografia relacionada à Agroecologia é vasta na internet, sendo facilmente acessada por produtores e outras pessoas. Da mesma forma, embora o material sobre o Distributismo seja muito mais escasso, é mais simples produzir material sobre a temática para a rede do que para meios de comunicação de massa, ou seja, para a divulgação desse sistema, pode-se produzir material informativo de fácil acesso, embora não seja proibitivo estimular debates nas rádios e programas de televisão, sobre Distributismo, Agroecologia, sustentabilidade ambiental e social, bem como sobre a interação de conceitos e práticas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos inúmeros estudos, debates e políticas governamentais em busca de um mundo mais sustentável, ainda estamos muito distantes dessa realidade. A humanidade reluta em libertar-se de uma postura individualista, consumista e antropocêntrica, gerada ao longo de séculos de construção de conhecimento compartimentalizador do mundo, simplificador da Natureza e que coloca o indivíduo e sua busca pela satisfação a qualquer custo, no centro do mundo.

Grande parte dos problemas passa pelas formas como trabalhamos e retiramos os elementos para o nosso sustento do ambiente. Assim sendo, uma das principais áreas do conhecimento humano que atua para resolver problemas nesse campo é a Agroecologia.

Como campo do conhecimento científico, ocupado em estudar a estrutura e função dos ecossistemas agrícolas, com suas relações ecológicas e culturais, inclui métodos científicos somados às técnicas agrícolas para a conservação dos recursos naturais, enquanto produz alimentos de qualidade. Tudo baseado em princípios éticos e fundamentos filosóficos de respeito pela vida.

Entretanto, ela não oferece uma teoria sólida sobre Desenvolvimento Rural, metodologias participativas e tampouco Métodos para a construção e validação do conhecimento técnico. Busca nos conhecimentos e experiências já acumuladas em investigação-ação participativa, métodos de intervenção que contribuam na promoção das transformações sociais para gerar padrões de produção e consumo mais sustentáveis (CAPORAL & COSTABEBER, 2002).

Nessa perspectiva, a proposta do Distributismo é apresentada como o caminho para a implantação dos princípios técnicos e produtivos agroecológicos. A proposta distributista, que defende o acesso do maior número possível de indivíduos aos meios de produção, princípios de autogestão, incentivo às empresas locais e familiares, descentralização do poder e riqueza e valorização do indivíduo comum, com sua cultura e características, pode ser o caminho para remediar a situação ambiental e muitos de nossos problemas sociais. Isso pode ser conseguido tanto pelo fato de ser o sistema político, econômico e social ideal para a implantação da Agroecologia, como também pela valorização de cada pessoa como fim em si

mesma, portadora de dignidade, e do ambiente natural, imprescindível à nossa existência.

Assim sendo, os objetivos traçados nesta pesquisa foram trilhados. Após o esforço de estudo de comparação entre as metas da Agroecologia e do Distributismo, ficou muito fácil perceber que os movimentos caminham, historicamente, na mesma direção, pretendendo fundamentar as bases de um mundo mais humano, equilibrado e justo. A Agroecologia não tem como ser aplicada dentro da lógica liberal capitalista, nem da lógica estatizada socialista. É necessário a adoção dos princípios do Distributismo: distribuição da propriedade privada, solidariedade e subsidiariedade para remediar as crises atuais.

Porém, até pouco tempo, o movimento distributista parecia carecer de metodologia prática para iniciar as transformações. Seus defensores sinalizavam que o campesinato era uma das “peças-chave” para a implantação, mas não havia uma metodologia científica e técnica que possibilitasse a existência de um campesinato eficaz e sustentável.

A proposta desta pesquisa focalizou tal questão: propomos o Distributismo como caminho político, econômico e social para a resolução das crises e a Agroecologia como ponte para alcançar o campesinato ideal pregado pelos distributistas, recuperando as relações de confiança entre as pessoas, revitalizando as relações comerciais regionalizadas e o artesanato, racionalizando o consumo, humanizando a produção agrícola, melhorando a condição de vida do meio rural e diminuindo ou invertendo a migração em direção às cidades.

Para tanto, além do estudo teórico, foi possível ver, nas experiências práticas visitadas e nas conversas com produtores rurais, técnicos extensionistas e professores que os princípios agroecológicos funcionam plenamente e estão criando as relações propostas pelo Distributismo, como pudemos comprovar.

Os produtores envolvidos nas experiências, claramente experimentam melhoras nos quesitos financeiros e de trabalho e em seus modos de vida. Todos os produtores analisados estão satisfeitos com o processo de transição e com suas vidas atuais e não desejam retornar às atividades anteriores. Seus filhos pretendem permanecer nas propriedades e ampliar os negócios, sendo que, alguns deles, até mesmo abandonaram atividades urbanas para se dedicar ao campesinato.

Um ponto muito importante a ressaltar também é que todas essas atividades estão sendo realizadas em pequenas propriedades, pacificamente, sem lutas de

classe, nem explorações. Pode-se até mesmo ousar, propondo o Distributismo agroecológico como caminho para a consolidação da reforma agrária efetiva e correta pois, como visto, não são necessárias grandes propriedades para garantir uma vida digna aos proprietários.

Dessa forma, aqueles que não possuem propriedades podem comprar pequenas e médias áreas e trabalhar nelas. Ao mesmo tempo, seria interessante estimular que herdeiros de grandes latifúndios, gradativamente, substituam suas atividades e dividam, entre si, áreas das grandes propriedades e se insiram nesse mercado distributista.

Estas mudanças sociais não parecem ser fáceis, mas, com certeza são necessárias. Pela análise da sinergia entre Agroecologia e Distributismo foi possível perceber que o caminho existe e é funcional. Necessitamos apenas de vontade para trilhá-lo.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.
- ALBERGONI, L.; PELAEZ, V. Da Revolução Verde à agrobiotecnologia: ruptura ou continuidade de paradigmas? **Revista de Economia**, v. 33, n. 1, p. 31–53. 2007.
- ALMEIDA, J. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. **Revista Ensaios FEE**, v. 24, n. 2, p. 499-520. 2003.
- ALMEIDA, J. Tecnologias agrícolas "alternativas": nascimento de um novo paradigma? **Revista Ensaios FEE**, v. 19, n. 2, p. 116-131. 1998.
- AHLQUIST, D. **Common Sense 101: Lessons from GK Chesterton**. San Francisco: Ignatius Press, 2006.
- ALTIERI, M. A. The ecological role of biodiversity in agroecosystems. **Agriculture, Ecosystems & Environment**, v. 74, n. 1, p. 19-31, 1999.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012.
- ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. I.; Teoría y práctica para una agricultura sustentable. **Serie Textos Básicos para la Formación Ambiental. PNUMA. Red de Formación Ambiental para América Latina y el Caribe**. México, v. 235, 2000.
- ASSIS, R. L.; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 6, p. 67-80, 2002.
- BAUMAN, Z.; **Modernidad líquida**. México: Fondo de cultura económica, 2015.
- BELLOC, H. (1913). *Servile State*. Trad. Bruno Jacovella. **El Estado Servil**. 3º ed. Buenos Aires: La Espiga de Oro, 1945.
- BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. **Juventude rural em perspectiva**, 2007.
- CAVALCANTI, C. Concepções da economia ecológica: suas relações com a economia dominante e a economia ambiental. **Estudos avançados**, v. 24, n. 68, p. 53-67, 2010.
- CALLE, A.; SOLER, M.; VARA, I. La desafección al sistema agroalimentario: ciudadanía y redes sociales. **Ponencia pre sentada al Congreso Español de Sociología de la Alimentación**. Gij. 2009.
- CAMARGO, P. Fundamentos da transição agroecológica: racionalidade ecológica e campesinato. **Agrária (São Paulo. Online)**, n. 7, p. 156-181, 2007.

CAPRA, F. **As conexões Ocultas: Ciência para uma vida sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2002.

CAPORAL, F. R. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. **MDA/SAF, Brasília**, v. 1, p. 30, 2009.

CAPORAL, F. R. **Superando a Revolução Verde: A transição agroecológica no estado do Rio Grande do Sul, Brasil**. Rio Grande do Sul: EMATER/RS-Ascar. 2003.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e sustentabilidade. Base conceptual para uma nova Extensão Rural. In: **WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY**. 2001. p. 114-123.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Agroecologia como matriz disciplinar para um novo paradigma de desenvolvimento rural. **Congresso Brasileiro de Agroecologia**. 2005.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Análise multidimensional da sustentabilidade. **Agroecología e desenvolvimento rural sustentável**, v. 3, p. 71-84, 2002.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Construindo uma nova extensão rural no Rio Grande do Sul. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v. 3, n. 4, 2002.

CARROL, L., **Individualidad: Modernidad Líquida**. P. 59 – 97.1997.

CARVALHO, I. S. H. D.; BOCCATO-FRANCO, A. **O papel do campesinato na construção da sociedade do decrescimento**. Rio de Janeiro. 2012

CASTAÑO, D. S. **Gilbert Keith Chesterton y el distribucionismo inglés en el primer tercio del siglo XX**. Madrid: Fundación Universitaria Española, 2005.

CHESTERTON, G. K; **Illustrated London News**. Londres.1924

CHESTERTON, G. K.; In: DE SILVA, Álvaro. **El amor o la fuerza del sino: ensayos de GK Chesterton sobre el hombre y la mujer, el amor, el matrimonio, los niños, la familia y el divorcio**. Rialp, 1994.

CHESTERTON, G. K. G.K.'s Weekly: **The Distributist League**, 1935.

CHESTERTON, G. K. G.K.'s Weekly: **Two difficulties**, 1932

CHESTERTON G. K. (1926). The Outline of Sanity. Trad. Raul Martins. **Um esboço da sanidade: Pequeno manual do Distributismo**. Campinas: Ecclesiae. 2016.

CHESTERTON G. K. The Beginning of the Quarrel. **The Outline of Sanity**. Londres. Cap. 1. 1925.

CHESTERTON, G. K. The Beginning of the Quarrel. **The outline of Sanity**. Londres. Cap.1. 1925.

CHESTERTON, G. K. **What's Wrong with the World**. Cassell. 1912.

CHESTERTON G. K. **Why I am a Catholic. Twelve Modern Apostles and Their Creeds**. 1926.

CORÇÃO, G. **Três alqueires e uma vaca**. Brasil: Livraria AGIR, 1946.

COSTABEBER, J. A. **Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil**. 1998. Tese (Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia) Universidad de Córdoba, Escuela Técnica Superior de Ingenieros Agrónomos y de Montes, Córdoba, Espanha. 1998.

COSTA NETO C., CANAVESI F. Sustentabilidade em assentamentos rurais: o MST rumo à reforma agrária agroecológica no Brasil? **Ecologia Política. Natureza, sociedad y utopia**. CLACSO. 2002.

COSTA GOMES J. C. As bases epistemológicas da Agroecologia. In: CAPORAL F. R. & AZEVEDO E. O. (Org) **Princípios e Perspectivas da Agroecologia**. Instituto Federal do Paraná. 2011.

CUÉLLAR-PADILLA, M; CALLE-COLLADO, Á. Can we find solutions with people? Participatory action research with small organic producers in Andalusia. **Journal of Rural Studies**, v. 27, n. 4, p. 372-383, 2011.

DA SILVA, D. G., Chesterbelloc e o Distributismo. Disponível em: <<http://chestertonbrasil.blogspot.com.br/search/label/Chesterbelloc%20e%20o%20Distributismo#ixzz2woukeNPN>> Acesso em: 20 Ago. 2016.

DE LEON, J. Sobre el Distributismo. Disponível em: <<http://distributistreview.com/sobre-el-distributismo/>>. Acesso em 19 ago. 2016.

DINIZ, E. Neoliberalismo e corporativismo: as duas faces do capitalismo industrial no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 7, n.20. 31-46. 1992.

FINATTO, R. A.; SALAMONI, G. Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas/RS. **Sociedade & Natureza**, v. 20, n. 2, p. 199-217, 2008.

FLICK, U., VON KARDORFF, E. & STEINKE, I. (Orgs.) Was ist qualitative Forschung? Einleitung und Überblick. O que é pesquisa qualitativa? Uma introdução. Qualitative Forschung: Ein Handbuch. **Pesquisa qualitativa - um manual** pp. 13- 29. 2000.

FRANCIS, C.; Lieblein, G; Gliessman, S. R. Agroecology: the ecology of food systems. **Journal of sustainable agriculture**, v. 22, n. 3, p. 99-118, 2003.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª Edição. São Paulo: Atlas,1985.

- GLIESSMANN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 658p. 2001.
- GLIESSMAN, S. R. Procesos ecológicos en agricultura sostenible. **Agroecologia. Centro Agronómico Tropical de Investigación y Enseñanza (CATIE)**. Turrialba, Costa Rica, 2002.
- GOODLAND, R. La Tesis de que el Mundo está en sus Límites. **Medio ambiente y desarrollo sostenible**. Unesco. p. 19 -36, 1997.
- GOMES, J. C. C. **As bases epistemológicas da agroecologia**. 1999.
- GOMES, J. C. C. Pesquisa em agroecologia: problemas e desafios. In. AQUINO, Adriana M; ASSIS, R. L.(editores técnicos). **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília: Embrapa Informação tecnológica, p. 133-146, 2005.
- GUIMARÃES, P. R. B. Estatística não-paramétrica. **Curitiba. Apostila (Disciplina Estatística Não Paramétrica)-Curso de Estatística, Setor de Ciências Exatas, Universidade Federal do Paraná**, 2001.
- GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 22, n. 2, p. 201-210, 2006.
- GUZMÁN, E.S. **De la sociología rural a la agroecología**. Barcelona: ICARIA. 2006.
- GUZMAN, E. S.; SOLER MONTIEL, M. Del desarrollo rural a la agroecología. Hacia un cambio de paradigma. **Documentación Social: Revista de Estudios Sociales y Sociología Aplicada**, n. 155, p. 23-39, 2009.
- HADICH, C. L.; BEZERRA, I; BRUNET-LEYVA, R. N.; TARDIN, J.M. Autonomia e soberania alimentar: a geração de renda no agroecossistema camponês. **Resumos do VII Congresso Brasileiro de Agroecologia**. Fortaleza CE. 2011.
- HARVEY, D. **Espaços de esperança**. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2008.
- HERNÁNDEZ, J. M. **Sociedades rurales y naturaleza: en busca de alternativas hacia la sustentabilidad**. 1.ed. Guadalajara: ITESO. 249p. 2004.
- KANT, I. (1785) **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Trad. Paulo Quintela. Edições 70, Lisboa, 1986
- KANT, I. (1790) **Crítica da Faculdade do Juízo**. Trad. Valério Rohden e Antônio Marques. 2. Ed, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- KUHN, T. S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 1998. 257p.

LACERDA, G. B. Augusto Comte e o “Positivismo” Redescobertos. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 17, n. 34, p. 319-343, 2009.

LEÃO XIII, Papa. Rerum novarum. **Carta encíclica de sua santidade o Papa Leão**, 1891.

LEFF, E. **Agroecologia e saber ambiental - Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.1, 2002.

LEFEBVRE, H. **Perspectivas da sociologia rural: a comunidade camponesa e seus problemas históricosociológicos**, In: Martins, J.S. (Org.). Introdução crítica à sociologia rural. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de Camponês. In. **Anais do Encontro Nacional de Geógrafos**, XIII. João Pessoa. 2002.

MARQUES, M. I. M. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. **Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular**, p. 49-78, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. (1848) **Manifesto do partido comunista**. Tradução sob a direção de Sueli Tomazini Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM Pocket. 2016.

MATTOS, Luciano et al. Marco referencial em Agroecologia. **Brasília: EMBRAPA**, 2006.

MDA 2016. Territórios de Cidadania. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/mapa.php?opcaomapa=TC&modo=0>> Acesso em: 18 ago 2016.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 265p. 1978.

MESMIS, 2016. Programa Mesmis. Disponível em: <http://mesmis.gira.org.mx/es/static/mesmis_framework#1.2> Acesso em: 10 ago 2016.

NASCIMENTO, R. R. Hilaire Belloc e o Distributismo: um estudo sobre a teoria econômica formulada pelo historiador francês a partir de sua crítica ao capitalismo (século XX). **Anais do XVII Encontro de História da Anpuh-Rio**. Rio de Janeiro. 2016.

NEVES, D. P. Constituição e reprodução do campesinato no Brasil: legado dos cientistas sociais. **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**, v. 2, p. 303-326, 2009.

PENGUE, W. No te comas el mundo. Uma reflexión desde la Economía Ecológica. In CAMPERO, Agustín; ROMANELLI, Lilia. **Mateadas científicas II**. 2010.

PIUS, XI Papa. “Quadragesimo anno”. **Carta encíclica de sua santidade o Pio XI**, 1935.

PLOEG, J. D.V.D., **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora UFRGS. 2008.

ROHDEN, V. Kant: o ser humano entre natureza e liberdade: **Pensar o Ambiente: bases filosóficas para a educação ambiental**. 1ed. MEC-Unesco. Brasília 2006, p.107-122.

SICARD, T. E. L. Agroecología: Desafíos de una ciencia em construcción. **Agroecología**. v. 4, p. 7-17. 2009.

SILVA, A. G. Alceu Amoroso Lima e o distributismo como proposta para o Brasil. **Anais dos Simpósios da ABHR**, v. 13, 2012.

STRATHERN, P. **Locke em 90 minutos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1997.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de pesquisa em educação física**. Porto Alegre: Editora ArteMed, 2007.

TITTERTON, W. R. **GK Chesterton: a portrait**. A. Ouseley. 1936.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UFSM, 2014. NEA/CVT. Disponível em: <http://site.ufsm.br/noticias/exibir/grupo-de-pesquisa-em-agroecologia-agrobiodiversidade>> Acesso em: 31 jul 2016.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *In*: **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, p.23-56. 1999.

WEZEL, A; BELLON, S; DORE, T; FRANCIS, C; VALLOD, D; DAVID, C. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for sustainable development**, v. 29, n. 4, p. 503-515, 2009.

WOORTMANN, K. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. **Anuário antropológico**, v. 87, p. 11-73, 1990.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA COLETA DE DADOS PRODUTORES RURAIS

Entrevistador:

Data:

1 - DADOS GERAIS

Propriedade:

Endereço:

Proprietário(s):

Entrevistado:

Profissão do entrevistado:

Família (número, sexo, quantos vivem na propriedade e fora dela, escolaridades e ocupações):

Relação de familiares antecessores com o meio rural:

Qual a relação do entrevistado com o meio rural (sempre morou, trabalhou, convivia, visitava):

Como obteve a propriedade? Através de compra, herança, etc...

Se pudesse, optaria em trabalhar unicamente em uma atividade? Qual?

2 - DETALHAMENTO DA PROPRIEDADE

Área (ha):

Atividades desenvolvidas na propriedade:

Atividade principal:

O trabalho é realizado pela família ou há funcionários:

Idade/Escolaridade/Experiência na atividade, origem, tempo de trabalho dos funcionários:

Produção animal na propriedade (Plantel/Nº/sexo)

Manejo (pasto, concentrado, piquete, etc.):

Medicações dos animais:

Produção agrícola:

Produtos utilizados:

Algum tipo de mecanização na propriedade? (trator, ordenhadeiras, etc.)

Assistência técnica (profissional autônomo, EMATER, prefeitura, etc.):

3 - AGROECOLOGIA E SISTEMAS DE BASE ECOLÓGICA

Como é sua formação, acesso a cursos

Como era a produção anteriormente e por quê

Razões que o levaram a migrar para outro modelo

Quais as vantagens e limitantes das novas atividades

Quem auxiliou

Preocupação com a produção de alimentos saudáveis e com futuras gerações

Preocupação com a sucessão familiar

Como é a interação com outros produtores/vizinhos

Como a Universidade (ou outro órgão que realize extensão) poderia auxiliar a atividade de sua propriedade

Os membros da família e/ou funcionários, sem ensino superior, já frequentaram Universidade

O que entende por Agroecologia

O que pensa dos modelos de produção convencionais

As gerações mais novas e a preocupação com o

Citar meios de comunicação que possam informar o produtor/trabalhador rural

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA COLETA DE DADOS EXTENSIONISTAS

Entrevistador:

Data:

1 - DADOS GERAIS

Entidade:

Endereço:

Entrevistado:

Profissão do entrevistado:

Família (número, sexo, escolaridades e ocupações):

Relação de familiares antecessores com o meio rural:

Qual a relação do entrevistado com o meio rural (trabalhou, convivia, visitava):

Se pudesse, optaria em trabalhar em atividade rural? Qual?

2 – AGROECOLOGIA E SISTEMAS DE BASE ECOLÓGICA

Como é sua formação, acesso a cursos

Como era a produção anteriormente e por quê

Razões que o levam à migração para outros modelos

Quais as vantagens e limitantes das novas atividades

Quem auxiliou

Preocupação com a produção de alimentos saudáveis e com futuras gerações

Preocupação com a sucessão familiar

Como é a interação com outros produtores/vizinhos

Como a Universidade (ou outro órgão que realize extensão) poderia auxiliar a atividade de sua propriedade

Os membros da família e/ou funcionários, sem ensino superior, já frequentaram Universidade

O que entende por Agroecologia

O que pensa dos modelos de produção convencionais

As gerações mais novas e a preocupação com o

Citar meios de comunicação que possam informar o produtor/trabalhador rural

APÊNDICE C

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA COLETA DE DADOS PROFESSORES

Entrevistador:

Data:

1 - DADOS GERAIS

Entidade:

Endereço:

Entrevistado:

Profissão do entrevistado:

Família (número, sexo, escolaridades e ocupações):

Relação de familiares antecessores com o meio rural:

Qual a relação do entrevistado com o meio rural (trabalhou, convivia, visitava):

Se pudesse, optaria em trabalhar em atividade rural? Qual?

2 – AGROECOLOGIA E SISTEMAS DE BASE ECOLÓGICA

Como é sua formação, acesso a cursos

Como era a produção anteriormente e por quê

Quem auxiliou

Preocupação com a produção de alimentos saudáveis e com futuras gerações

Preocupação com a sucessão familiar

Como é a interação com outros produtores/vizinhos

Como a Universidade (ou outro órgão que realize extensão) poderia auxiliar a atividade de sua propriedade

Os membros da família e/ou funcionários, sem ensino superior, já frequentaram Universidade

O que entende por Agroecologia

O que pensa dos modelos de produção convencionais

As gerações mais novas e a preocupação com o

Citar meios de comunicação que possam informar o produtor/trabalhador rural